

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

PRICILA NICHES MÜLLER

**MARCHA SOBRE PEQUIM: A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NA POLÍTICA
EXTERNA DO GOVERNO GEISEL (1974-1979) SEGUNDO O *JORNAL DO BRASIL* E O
*ESTADO DE SÃO PAULO***

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PRICILA NICHES MÜLLER

**MARCHA SOBRE PEQUIM: A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NA POLÍTICA
EXTERNA DO GOVERNO GEISEL (1974-1979) SEGUNDO O *JORNAL DO BRASIL* E O
*ESTADO DE SÃO PAULO***

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestra em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História pela
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul.

Área de Concentração: História das Sociedades
Ibéricas e Americanas.

Linha De Pesquisa: Sociedade, Política e
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira

Porto Alegre 2019

PRICILA NICHES MÜLLER

**MARCHA SOBRE PEQUIM: A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA NA POLÍTICA
EXTERNA DO GOVERNO GEISEL (1974-1979) SEGUNDO O *JORNAL DO BRASIL* E O
*ESTADO DE SÃO PAULO***

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção do grau de Mestra em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História pela
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande
do Sul.

Área de Concentração: História das Sociedade
Ibéricas e Americanas.

Linha De Pesquisa: Sociedade, Política e
Relações Internacionais.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira – PUCRS (orientador)

Prof. Dr. Charles Sidarta Machado Domingos – IFSUL

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins – PUCRS

Porto Alegre

2019

Ficha Catalográfica

M999m Müller, Pricila Niches

Marcha sobre Pequim : a República Popular da China na política externa do Governo Geisel (1974-1979) segundo O Jornal Do Brasil e O Estado De São Paulo / Pricila Niches Müller . – 2019.

130.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira.

1. Governo Geisel. 2. Jornal do Brasil. 3. O Estado de São Paulo. 4. Opinião Pública. 5. Brasil-China. I. Silveira, Helder Volmar Gordim da. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Salete Maria Sartori CRB-10/1363

Para aqueles que me inspiram e fortalecem,

Lorimar, Rosane e Eduarda,

Com amor.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir a presente dissertação, encerro mais uma etapa. Gostaria de expressar minha gratidão àqueles que estiveram comigo nesses dois anos. Agradeço, portanto:

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, à comissão de bolsas, assim como agradeço à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior –, pelo acolhimento e oportunidade de ter uma bolsa de dedicação exclusiva que viabilizou esta pesquisa.

À Henriet Shiohara, sempre atenciosa e prestativa.

Agradeço ao meu orientador, Helder Volmar Gordim da Silveira, por confiar no meu trabalho, pelo profissionalismo e dedicação que contribuíram para o meu crescimento profissional, assim como o incentivo e compreensão em todos os momentos.

Aos membros da minha banca, Luís Carlos dos Passos Martins e Charles Sidarta Machado Domingos, não só por aceitarem fazer parte da conclusão deste ciclo, mas também por tudo que aprendi com os senhores nestes dois anos.

Agradeço aos demais professores da PUCRS que contribuíram para o meu aprendizado, em especial às professoras Mônica Karawejczyk, Tatyana Maia, Carolina Etcheverry e aos professores Luciano de Abreu, Charles Monteiro, Marçal Paredes e René Gertz.

Aos grupos de pesquisa, História e Imprensa e o GEHM.

Aos colegas do PPGH-PUCRS, aos companheiros do V EPHIS e em especial à Gabbiana dos Reis, Leonardo Fetter da Silva, Letícia Krilow, Samuel Alves, Thaíze da Luz e Vitória Machado, queridos amigos e amigas que sempre me apoiaram e contribuíram para que cada semestre fosse mais gratificante.

Aos amigos e amigas da graduação, em especial a Patrícia Moreira e sua biblioteca pessoal, a qual me acompanha desde o princípio desta pesquisa.

Às minhas amigas Agnes Ortenzi, Anna Rita, Chaiane Brock, Cristal da Rocha, Eunice Leite, Isis Petry, Manuela Moraes e Thaís Cardoso, pelo carinho e companheirismo.

À Luana Porto, por todo empenho, carinho e dedicação.

À Theodora, em memória.

À minha irmã Eduarda Müller, pela paciência, parceria, amizade e também por me lembrar que precisava comer, além de escrever. A mana te ama!

Por fim, agradeço aos meus pais, Lorimar Müller e Rosane Müller, por sempre me darem apoio e acreditarem no meu trabalho, ensinando para mim e a Dudinha que a educação é a melhor herança que os pais podem proporcionar aos seus filhos. Amo muito vocês!

RESUMO

Este trabalho aborda relações entre imprensa e política externa no Brasil, com foco na análise do posicionamento de órgãos da imprensa a respeito da política externa do governo Geisel (1974-1979), a qual buscou a diversificação de parcerias com o emprego de uma política dita “pragmática, responsável e ecumênica”, com ênfase no estabelecimento inicial da parceria estratégica com a República Popular da China, inclusive em nível de Embaixadas entre ambos os países. Assim, o objetivo principal do estudo é investigar de que maneira a formação de parceria entre Brasil e China está retratada na imprensa brasileira no contexto dos anos que compreendem o Governo Geisel. Para isso, foram eleitos jornais para análise e foi feito o recorte temporal para composição do *corpus*, o qual envolve os anos de 1974 a 1979. O estudo foi construído com base em bibliografia especializada e em análise da documentação de dois dos maiores veículos de comunicação impressa da época: *O Estado de São Paulo* e o *Jornal do Brasil*, considerando que a documentação Oficial do Governo brasileiro é também norteadora para a pesquisa nos jornais. No percurso do trabalho, constatou-se que, na década de 1990, a relação entre Brasil e China passou a ser chamada de *estratégica* e notou-se a necessidade de estudar as origens dessa parceria, examinando a sua formação embrionária na década de 1970. Dessa forma, a pesquisa apresenta uma discussão acerca das implicações a respeito da relação *estratégica* entre o Brasil e a China comunista durante o Governo Geisel a partir do enquadramento elaborado pelos dois periódicos mencionados, bem como identifica as interferências que singularizam as suas narrativas.

Palavras-chave: Governo Geisel. *Jornal do Brasil*. *O Estado de São Paulo*. “Opinião Pública”. Brasil-China.

ABSTRACT

The present study addresses the relation between the press and the foreign policy in Brazil with focus on the analysis of the press strategy concerning the foreign policy during the Geisel government (1974-1979), which sought the diversification of partnerships with the use of a policy called "Pragmatic, responsible and ecumenical", with emphasis on the initial establishment of the strategic partnership with the China Popular Republic, including at the embassy level between countries. Thus, the main purpose of this study is to investigate in which way the building of a partnership between Brazil and China is portrayed in the Brazilian press in the context of the years that comprise the Geisel Government. In order to do that, newspapers were selected to analysis and the temporal cut was made for the composition of the corpus, which comprehends the year 1974 until 1979. This study was built based on the specialized bibliography and analysing texts of the main printed communication vehicles of that period: *O Estado de São Paulo* and *Jornal do Brasil*, considering that official documentation of the Brazilian government is also a guideline for newspaper research. In the course of the work, it was observed that in the 1990s the relationship between Brazil and China came to be called strategic and it was noted the need to study the origins of this partnership, examining its embryonic formation in the 1970s. Thus, the research presents a discussion on the matter of the implications of the strategic relationship between Brazil and the Communist China during the Geisel government based on the framework elaborated by the two mentioned journals, as well as identifying the interferences that distinguish their narratives.

Keywords: Government Geisel. *Jornal do Brasil*. *O Estado de São Paulo*. "Public opinion". Brazil-China.

LISTA DE SIGLAS

AEB – Associação dos Exportadores Brasileiros

CIF – *Cost, Insurance and Freight*

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

EUA – Estados Unidos da América

FOB – *Free On Board*

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

JB – Jornal do Brasil

OESP – O Estado de São Paulo

ONU – Organização das Nações Unidas

PC – Partido Comunista

PEI – Política Externa Independente

PIB – Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

RDC – República Democrática da China

RPC – República Popular da China

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Gráfico sobre a Corrente de Comércio Brasil-China (1974-1979) (US\$FOB)	
.....	28
Figura 2: Gráfico sobre a Evolução do Comércio Brasil-China (1974-1979) (US\$FOB)	
.....	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. POLÍTICA EXTERNA, IMPRENSA E CENSURA	18
1.1 DITADURA CIVIL MILITAR E CENSURA.....	20
1.2 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO GEISEL	22
1.3 IMPRENSA COMO OBJETO DE ESTUDO, OS JORNAIS E A DÉCADA DE 1970	31
1.3.1 <i>Jornal do Brasil</i> e “ <i>Estadão</i> ”	40
1.3.2 Os anos 1970 na imprensa	43
2. NEGÓCIO DA CHINA	48
2.1. A POSSE DO PRAGMATISMO RESPONSÁVEL E ECUMÊNICO	50
2.2. UMA MISSÃO ECONOMICAMENTE POLÍTICA.....	59
3. NA AGENDA NACIONAL, O DESENVOLVIMENTO	73
3.1. ATENÇÃO! OS CHINESES ESTÃO CHEGANDO.....	73
3.2. A MISSÃO DA CHINA COMUNISTA E O ENIGMA DIPLOMÁTICO	81
3.3. RELAÇÕES ESTABELECIDAS: O 17 DE AGOSTO DE 1974.....	91
3.4. INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EMBAIXADAS	96
3.5. ACORDO COMERCIAL	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERENCIAS	103
ANEXOS	108

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem por objetivo geral investigar de que maneira a formação de parceria entre Brasil e China está representada na imprensa brasileira no contexto dos anos que compreendem o Governo Geisel (1974-1979), fazendo uso da análise de dois periódicos com expressiva popularidade na época, sendo um do Estado do Rio de Janeiro e outro de São Paulo, respectivamente, o *Jornal do Brasil*¹ e o jornal *O Estado de São Paulo*².

Partindo deste objetivo geral, procurou-se identificar como se construía nos jornais e se já era possível perceber o caráter **estratégico**³, no processo embrionário da parceria entre Brasil e China através da política externa brasileira, tal qual a bibliografia especializada costuma empregar este termo para abordar a relação entre ambos na década de 1990⁴. No entanto acredita-se que a expressão pode ser usada para referenciar acordos anteriores a esse período, como o estudado. Tal hipótese surgiu por se tratar de uma parceria firmada no período da ditadura civil-militar⁵ (1964-1985) no Brasil, tendo como uma das características para o golpe atrelada ao combate ao comunismo no país, bem como havia a intenção de não deixar que tal ideologia se propagasse pelas Américas⁶, conforme também era o intuito dos Estados Unidos, país pelo qual o Brasil possuiu um alinhamento ideológico, conforme poderá ser visto na parte inicial deste trabalho.

Em meados da década de 1960, a política externa brasileira sofreu uma mudança de paradigmas e passou a buscar outros parceiros políticos e econômicos. Essa inserção do Brasil em um contexto mais global refletiu-se também no meio acadêmico. É nesse cenário que entraram em cena as relações com países asiáticos, primeiramente com o Japão, nas décadas de 1960 e 1970, posteriormente com a China, a partir da segunda metade dos anos 1970, e com outros países, como a Coreia do Sul, o relacionamento é ainda mais recente. Em meados dos anos 1980, houve uma crise nas relações diplomáticas entre Brasil e Ásia, sendo estas retomadas com maior fluxo nos anos 1990 (OLIVEIRA; MASIERO, 2005). Em 1961, o então vice-presidente João Goulart esteve na China, realizando uma visita diplomática que foi

¹ O acesso ao acervo é *on-line* e gratuito, podendo ser efetuado a partir da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

² O acesso ao acervo é *on-line* e realizado mediante assinatura.

³ Uma relação bilateral estratégica é entendida como apresentando relevância de padrão elevado para a realização de objetivos de médio e longo prazo da política externa de um país, considerando a noção hegemônica de interesse nacional que neste se apresenta.

⁴ Sobre isso, ver os trabalhos de Henrique Altemani de Oliveira, Letícia Pinheiro e Danielly Becard.

⁵ Discutiremos esta questão no primeiro capítulo.

⁶ Com exceção da Guiana, desde a década de 1950, todos os países da América do Sul sofreram processos ditatoriais. O último a findar foi o do Chile, em 1990.

interrompida pela renúncia do Presidente Jânio Quadros. Para os militares, que faziam suposições sobre vínculos entre o vice-presidente e o partido comunista, Jango era visto, de certa forma, como uma ameaça ao país. Nesse sentido, é importante lembrar que, por ocasião do Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil, a China representava o perigo comunista e por isso não ocorreram relações sino-brasileiras durante o auge da ditadura civil-militar. Conforme Celso Lafer (2001), havia um nacionalismo de inspiração militar baseado no desenvolvimento e na integração do espaço nacional, que buscava formular a sua identidade internacional, mas sem ser um nacionalismo de característica expansionista.

Além disso, outra característica que influenciou o questionamento nesta pesquisa quanto ao caráter estratégico da formação de parceria foi a adoção de uma política externa “pragmática, responsável e ecumênica” por parte do Governo Geisel, em que se percebe um distanciamento das práticas diplomáticas realizadas desde o golpe civil-militar de 1964. Tal maneira de conduzir a política externa também já foi analisada por outros autores⁷ através de suas congruências com a Política Externa Independente, praticada no governo que precedeu a ditadura civil-militar. Considerando estudos sobre o tema, esta investigação propõe uma ampliação da abordagem ao relacioná-lo à forma como a imprensa caracterizou a ação governamental na sua política externa, essencialmente na parceria entre Brasil e China. Através disso, buscou-se apresentar uma comparação entre a postura do governo Geisel quanto à política externa brasileira e a de governos ditatoriais anteriores ao seu e, para isso, a observação à imprensa aqui selecionada para análise foi crucial especialmente pelas narrativas que os dois jornais utilizaram para noticiar os caminhos para o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China comunista. É oportuno lembrar que, na época, o Brasil já era parceiro da outra China, a nacionalista, e também que, logo após o golpe civil-militar, ocorreram prisões de chineses provenientes da China comunista aqui no Brasil, acusados de subversão, mas que aqui estavam por questões comerciais⁸.

Conforme poderá ser identificado nos capítulos desta dissertação, através das publicações feitas pelos jornais, pelo pouco de informações que eram divulgadas pelos meios governamentais, assim como constava nos periódicos, o Governo procurou afirmar que não se tratava de nenhuma relação em especial, sendo apenas uma parceria comercial como qualquer

⁷ Ver LIGIÉRO (2011).

⁸ O relacionamento conturbado entre as “duas Chinas” cabe também no contexto da Guerra-Fria, assim como o relacionamento delas com a URSS e os EUA. Nos anos 1970, há uma aproximação dos EUA com a RPC e uma intensificação dos atritos entre URSS e a China comunista. A título de conhecimento, estas situações também estavam presentes nas discussões das editoriais de internacional dos periódicos analisados nesta pesquisa, mas não é objetivo deste trabalho analisá-las. Quanto a bibliografia ver: DOMINGOS (2010), HOBBSAWN (1995), OLIVEIRA (2006) e PINTO (2000).

outra (D'ARAUJO; CASTRO; 1998). Em vista disso, nota-se uma movimentação intensa por parte das empresas jornalísticas em relação ao Governo, que passaram a cobrir todas as movimentações feitas em direção a China comunista, as quais podem ser identificadas antes mesmo de o General Ernesto Geisel assumir a presidência.

Sob esse viés, a escolha por utilizar a imprensa foi realizada após uma análise dos documentos oficiais, disponibilizados pelo Itamaraty mediante solicitação prévia, e, com base neles, constatou-se a necessidade de apurar em outros meios que não os governamentais como a referida parceria com um país comunista em caráter embrionário foi delineada para a sociedade brasileira no período de 1974-1979. A adoção dos jornais como objetos de investigação ainda se mostrou pertinente, pois, após analisar a bibliografia especializada, bem como teses e dissertações a respeito do assunto, verificou-se a negativa quanto ao uso da imprensa como objeto e fonte de análise.

Para desenvolver o tema da pesquisa, já explicitado, algumas questões nortearam esse primeiro momento da pesquisa, a saber: poderia, nessa tomada de decisão do governo brasileiro, haver alguma influência dos setores empresariais da sociedade, que viam na China um grande parceiro na importação/exportação de produtos? Tratou-se apenas de uma estratégia da política externa de diversificação de parcerias? Ou, ainda, havia setores contrários à parceria? Em caso afirmativo, houve interferências para que o acordo não ocorresse? O discurso político sempre teve espaço privilegiado na imprensa, na esfera do debate político, mesmo com as reformulações pelas quais passaram os periódicos no século XX, e isso por si só já justifica o uso dos jornais como objeto de pesquisa.

A participação da imprensa nesta esfera ainda era fundamental à sua dinâmica. Mesmo durante o Estado Novo, Getúlio criou um jornal exclusivamente voltado para a defesa do seu governo. Com o retorno dos direitos civis com a constituição de 1946, **emergiram uma pluralidade de novos agentes que recorreram à imprensa como forma de ampliação das suas posições e aspirações políticas. Sem o propósito de descrever o emaranhado de intencionalidades em jogo e suas vinculações com os jornais da época, cabe afirmar, a princípio, a importância da imprensa como espaço de polemização** das questões nacionais e locais, mais valorizado e participativo do que o rádio, o cinema e as publicações periódicas nacionais e locais.⁹ (RIBEIRO, 2004, p.321)

Conforme Ribeiro, as influências que poderiam ocorrer na esfera pública eram variadas e nem por isso significa que ocorriam de fora para dentro, apesar de que também são evidentes – e foi possível comprovar durante a pesquisa – as interferências governamentais por conta da censura ainda em alta naquele período, as quais ocorreram diretamente dentro das empresas jornalísticas. Todos esses fatores interferiam na composição do que seria transcrito nas páginas

⁹ Grifos nossos.

dos jornais e levado ao público leitor, os quais eram considerados como uma “opinião pública” a ser defendida. Diante disso, surgiu outro questionamento deste trabalho, pois, assim como vimos na citação acima, como definir quem era esse público que compunha a dita “opinião pública”?

A tentativa de elucidar todas essas questões originou esta pesquisa. A documentação oficial por parte do Itamaraty¹⁰ serviu de guia para o processo de pesquisa nos jornais, tendo considerado esta documentação como eventos na formação de um roteiro para desenvolver a pesquisa. Nessa perspectiva, as parcerias são analisadas nos periódicos alguns dias antes e após a data dos Acordos, com exceção da posse do General Ernesto Geisel que também é aprofundada, a qual não se trata de um Acordo, mas que se tornou o ponto de partida para a investigação nos periódicos¹¹.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, a metodologia foi inspirada na Análise de Conteúdo, à semelhança de como foi formulada por Roque Morais (1998) e Laurence Bardin (2011), cujos trabalhos se destacam por processos da análise qualitativa como a categorização, descrição e interpretação. Essa metodologia em si vai além de uma leitura simplista do material selecionado, ela se constitui em “uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos” (MORAIS, 1998, p.9), oportunizando uma gama maior de dados bibliográficos a serem utilizados no embasamento da pesquisa, quando defendem que “a matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não verbal” (MORAIS, 1998, p.10). Conforme os autores, a análise de conteúdo enquanto metodologia consiste em cinco passos, os quais serviram de inspiração, tais como: preparação das informações, transformação do conteúdo em unidades, classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação.

A primeira etapa é o processo no qual o pesquisador tem o primeiro contato com a fonte a ser estudada, passando pelo que Bardin (2011) define como “leitura flutuante”, para conhecer o material, elaborar hipóteses e objetivos. Sobre esta etapa, Morais (1998) afirma que é nela que se codifica o material para tornar fácil o acesso na hora de voltar a ele durante as outras etapas da pesquisa. No que toca este trabalho, esta etapa consistiu em primeiramente fazer uma busca através da palavra “China”, para então selecionar nos periódicos após esta primeira leitura

¹⁰ Foi solicitado por esta pesquisadora o acesso em outubro de 2015, obtive retorno e foi fornecido o *link* para o site do Sistema Consular Integrado do Ministério das Relações Exteriores (<http://dai-mre.serpro.gov.br/>) que em meados de 2017 verificou-se ter saído do ar. Felizmente, os documentos necessários para a pesquisa foram salvos, bem como foi formulada, na época, uma tabela com todos os Atos e Acordos ocorridos entre Brasil e China até o ano de 2015. Este compilado de informações está disponível nos anexos A e B.

¹¹ Os Acordos foram três: Estabelecimento de Relações Diplomáticas, Instalação de Embaixadas e Acordo Comercial, disponíveis nos anexos E, F e G.

o que nele seria analisado na pesquisa, optando por editoriais, através dos quais se considera uma opinião mais fiel e condizente ao que a empresa tem a intenção de representar. É preciso registrar que os editoriais não possuem nenhum tipo de assinatura. Também colunas, artigos, reportagens e notícias divulgadas pelas editorias de economia, internacional, mercado, política e governo foram fonte de dados. Alguns jornalistas fazem uso de pseudônimos e não é possível reconhecê-los. Nas publicações analisadas nos capítulos a seguir foi possível encontrar algumas que eram assinadas apenas com letras iniciais de nomes, não havendo referências sobre ser um nome real ou pseudônimo.

A segunda etapa Morais (1998, p.16) define como sendo aquela em que se seleciona a natureza das unidades de análise, que podem ser “palavras, frases, temas ou mesmo documentos em sua forma integral”, sugerindo isolar cada unidade de análise e também as inserir em uma unidade de contexto. Para isso, classificou-se o material encontrado em (ECO), (INTER), (MERC) e (POL E GOV), conforme os assuntos encontrados com maior frequência e que tivessem utilidade para a pesquisa no âmbito do panorama nacional, exceto pelos documentos oficiais do Itamaraty, que foram utilizados na sua forma integral. A categorização, etapa na qual, segundo os autores, o pesquisador vai selecionar os elementos da mensagem para a compreensão do material, é um processo que ocorre de forma cíclica e não linear, significando que se retorna ao texto várias vezes. Sendo assim, fez-se uso da análise narrativa das publicações jornalísticas, buscando, através do seu estudo, responder os questionamentos mencionados acima, que nortearam a pesquisa. As duas últimas etapas, de descrição e interpretação, ocorreram na medida do possível simultaneamente, fazendo o uso de citações, conforme indicam Morais (1998) e Bardin (2011), para exemplificar as conclusões que iriam se alcançando no decorrer do trabalho.

Com o intuito de finalizar esta introdução, cabe ainda ponderar acerca da estrutura desta dissertação. Este trabalho está dividido em cinco etapas, sendo a primeira delas composta por esta breve introdução à pesquisa realizada, com apontamentos metodológicos, exposição da temática e problemas que compõem a justificativa para a realização da investigação. Há, na sequência, três capítulos que fazem a união da fundamentação teórica com o exame criterioso dado as fontes e objeto de análise. Por fim, apresentam-se as considerações finais que buscam associar os resultados obtidos e a teoria aplicada durante o processo de análise.

O primeiro capítulo, intitulado “Política Externa, Imprensa e Censura”, detém-se no estudo da teoria e do contexto da política externa brasileira através da bibliografia pertinente ao assunto abordado neste trabalho. Para tanto, foi feita a divisão do capítulo, buscando explicar sobre o processo da censura e da ditadura em um primeiro momento, a fim de obter uma maior

compreensão do que cercava a atividade jornalística naquele período, para depois também esclarecer especificamente o processo da diplomacia que foi adotado no Governo Geisel. A partir de então, demonstra-se o processo de tomada de decisão a respeito da parceria com a China comunista através das práticas do Governo, conforme já analisado por alguns autores. Por fim, a imprensa passa a ser o foco do capítulo, contextualizando seus processos formadores e modernizadores, bem como um estudo específico sobre o *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*, para também compreender a imprensa na década de 1970, com todas as transformações e interferências por ela sofrida.

No segundo capítulo, denominado de “Negócio da China”, faz-se uma contextualização que procura demonstrar ao leitor o que foi tornando a China comunista um parceiro em potencial para a diplomacia brasileira, partindo de pressupostos que analisam a esfera pública e também aqueles que mostram como o jornal produz o seu público leitor, para então referir-se a ele como “opinião pública”. Neste capítulo, a análise se concentra nos episódios que envolveram a posse do presidente General Ernesto Geisel, através do material coletado nos jornais em análise, e da missão que foi à China comunista, com caráter dito comercial, mas contendo “observadores” enviados pelo governo recém-empossado e dessa “observação” resultariam as negociações que desencadearam a parceria entre os dois países.

O terceiro capítulo, intitulado “Na agenda nacional, o desenvolvimento”, constitui-se de uma análise da representação feita pela imprensa do momento que antecedeu a parceria, que teve como foco central a visita no Brasil por parte de uma missão chinesa, bem como da abordagem acerca do estabelecimento de relações diplomáticas e a grande repercussão que este fato recebeu nos jornais, bem como o que isso gerou *a posteriori*, com o estabelecimento de embaixadas em Brasília e Pequim, a escolha do diplomata e mais à frente um acordo comercial. Esses momentos destacados no capítulo apontam mudanças no teor das publicações da imprensa, conforme a parceria foi se delineando, bem como trazendo questionamentos para o público leitor em relação aos atos governamentais.

Ponderações feitas, dá-se início ao primeiro capítulo.

1. POLÍTICA EXTERNA, IMPRENSA E CENSURA

A terceira geração dos Annales, caracterizada por introduzir métodos das Ciências Sociais ao trabalho do historiador, proporcionou mais possibilidades de investigação e de abordagens de estudo historiográfico, além de um retorno à área de renovação da história política e a sua renovação, incorporando a longa duração e o uso de fontes seriadas, auxiliando na construção da História Cultural e Política (BURKE, 1992). Assim a imprensa também passou a ser considerada um importante meio de pesquisa e fonte de novas problemáticas. Nesse sentido, a autora Tânia Regina de Luca (2005) salienta que, até a década de 1930, os jornais não eram vistos como uma fonte confiável de abordagem do passado. Esse meio de comunicação era considerado apenas como uma “enciclopédia do cotidiano” e, conseqüentemente, conceituado apenas como um meio de comunicação passível de paixões, conflitos de interesses, etc.

Por conseguinte, essa renovação na disciplina resulta em rupturas epistemológicas, alterando efetivamente o *status* dos jornais no Brasil a partir de 1970, quando, ao lado da História da Imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto de pesquisa histórica (LUCA, 2005), pois a imprensa como um todo, seja ela impressa na forma de periódicos ou na de jornais televisivos, tem a característica de proporcionar à população um amplo espaço para dialogar sobre as questões de interesse público no país. A imprensa se impôs como uma força política, carregando consigo o que se tornou notícia, mas muitas vezes fazendo uso da manipulação de interesses para interferir na sociedade (CAPELATO, 1988). Porém, não nos referimos aqui a esta manipulação de interesses dita pela autora como uma forma de enganar os leitores, mas, sim, de a empresa selecionar o que vai ser publicado e o que ficaria de fora do seu jornal, o que muito tem a ver com o interesse do seu público cativo, o qual o periódico conquistou através das publicações e a narrativa empregada.

Tais pressupostos de investigação na área de História Cultural e Política permitem pensar, por exemplo, como se constrói a política externa de um país. Assim, é preciso observar ainda outras perspectivas de trabalho nesse campo. Considerando, por outro lado, a História Política e o pensamento de Rémond quanto à interdisciplinaridade desse campo, analisar-se-á a política externa brasileira, no período abrangido neste trabalho, a fim de investigar a parceria estratégica firmada com a República Popular da China, tal como esta está representada nos jornais, usando “ferramentas” imprescindíveis a outras disciplinas, tais como técnicas de pesquisa, conceitos e até mesmo vocabulário (RÉMOND, 2003). De acordo com Rémond,

[...] não há hoje muitas realidades da nossa sociedade que a história política não tenha começado a explorar, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais. (RÉMOND, 2003, p. 36)

Para o historiador francês, a história política está presente em diversas áreas. Abrangendo muito mais do que apenas o político, é um lugar de gestão do social e do econômico, mas afirma que a recíproca não é verdadeira (RÉMOND, 2003, p. 10). O autor ainda destaca, nas páginas iniciais de sua obra, que, nas sociedades contemporâneas, tudo gira em torno do poder que o Estado representa e assim as políticas se organizam em torno dele. Para tanto, não se deve focar apenas na aparência e no reflexo do Estado, durante as pesquisas historiográficas, mas, sim, deve-se ir em busca do elemento originador das decisões estratégicas, vindas dos grupos de pressão (RÉMOND, 2003, p.20).

No que toca às relações entre imprensa e política, que fundamentam a pesquisa aqui realizada, sobre a visão e o posicionamento dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil* a respeito da política externa do governo Geisel (1974-1979), particularmente quanto ao princípio da parceria estratégica com a República Popular da China, os estudos realizados por MARTINS (2016) vêm alertar aos pesquisadores que trabalham com o assunto sobre o grau relativo de autonomia da imprensa frente a uma série de pressões externas, que seriam advindas do “campo político (Estado), do campo econômico (anunciantes) e do universo de leitores” (p. 20). Como veremos a seguir, a censura foi um elemento de grande influência no período, sendo um fator importante a considerar na análise do *corpus* documental. Segundo o autor, devemos compreender as ações do campo jornalístico como estratégicas, em razão de todas as pressões de poder ao seu redor, ao qual o periódico – no nosso caso – está submetido¹².

Não há neste trabalho a intenção de abordar as estratégias jornalísticas como manipuladoras. Em outro trabalho realizado por MARTINS¹³, no qual o autor aborda o uso da “imprensa como fonte/objeto da história conceitual do político”, ele apresenta uma linha de raciocínio que tentamos seguir nesta pesquisa. Dentre vários argumentos que justificam o uso

¹² Luís Carlos dos Passos Martins destaca, ao citar autores que trabalham com a análise da imprensa, que é discutível a relação que a imprensa tem com outras instâncias sociais. “Algumas análises mais recentes têm demonstrado (Lavínia RIBEIRO; ABREU & LETTMAN-WELTMAN), por exemplo, que os grandes jornais brasileiros dos anos 50 já apresentavam maneiras próprias de inserção no espaço público, não podendo ser considerados apenas suporte do discurso de outras instâncias sociais.” (p. 16). MARTINS, Luis C. P. **A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954):** conflito entre projetos de desenvolvimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. Ao trazer esta perspectiva para a década de 1970, torna-se ainda mais interessante vislumbrar estas “maneiras próprias de inserção no espaço público” devido a situação política do país no período.

¹³ Ver: MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos Conceitos e Conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto na História dos Conceitos Políticos. In: Charles Sidarta M. Domingos, Alessandro Batistella e Douglas Souza Angeli. (Org.). **Capítulos de História Política.** 1ed. São Leopoldo: OIKOS, 2018, v. 1, p. 53-74.

da imprensa como fonte/objeto, destacamos aqui a questão dos modelos comunicacionais e a importância de perceber as relações da imprensa a partir do ponto de vista da mediação. Isso porque, conforme o autor, por mais que o jornalista (aquele que escreve) tenha prioridade em relação ao leitor (aquele que lê), a matéria publicada nos periódicos deve ser vista como um diálogo entre leitor e escritor.

Na sequência do capítulo, veremos com mais detalhes essas asserções acima registradas, bem como serão complementadas nos próximos capítulos, ao analisar o conteúdo das matérias produzidas pelos jornais impressos selecionados. Poderá ser visto de forma clara o “diálogo” entre escritor e leitor nas publicações feitas pelos jornais no período analisado, as quais também podemos identificar como estando dentro de um agendamento, por conter aspectos recorrentes na narrativa, assim como a frequência com que aparecem nos editoriais. Ainda assim, ressalta Martins (2018), é necessário respeitar os limites e as possibilidades apresentadas pelos periódicos, sem exigir deste documento um rigor acadêmico que não compete a ele explorar, entendendo como um esforço de estratégia argumentativa a sua busca por legitimação nas tomadas de posição.

1.1 DITADURA CIVIL MILITAR E CENSURA

A ditadura civil-militar¹⁴ instaurada no Brasil em 1964, em decorrência de um Golpe de Estado que também foi denominado pelos militares de Revolução de 64¹⁵, foi um movimento que colocou o país sob um regime de exceção¹⁶. Esse fato ocorreu na noite do dia 31 de março

¹⁴ Conforme Tatyana de Amaral Maia (2013) “A partir de 2000, com a publicação do livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, de Daniel Aarão Reis, as pesquisas tomaram um novo impulso e incorporaram às suas análises as complexas relações estabelecidas entre civis e militares naqueles tortuosos anos. Nesta perspectiva, a ditadura não seria exclusivamente militar, fruto da truculência e do autoritarismo gestados na caserna e impostos a toda a sociedade a partir de 1964. Ao contrário, diversos setores da sociedade civil aplaudiram o golpe que derrubou o presidente João Goulart; promoveram manifestações entusiásticas em favor da intervenção militar e ingressaram nas fileiras estatais para propor projetos de desenvolvimento para a nação. É neste sentido que o artigo incorpora a perspectiva de que se trata de um regime civil-militar. A ditadura, composta e legitimada também pela participação de civis, se guiou por projetos gestados por estes antes mesmo do golpe de 1964. Durante o processo de redemocratização, iniciado em 1974, elaborou-se uma memória de resistência que apresenta os civis como defensores incontestes da democracia, mas se silenciaram as relações de apoio, participação e legitimidade de vários setores da sociedade durante os 21 anos do regime.” (p. 184-185). Caracterizou-se assim o caráter civil-militar do regime ditatorial, no qual, apesar da “última palavra” ser do ditador ocupando o cargo de presidente, ele não governou sozinho o país, ao contrário do que propõe FICO (2014) ao ressaltar que o golpe havia sido civil-militar, porém o governo teria caráter essencialmente militar.

¹⁵ Em entrevista fornecida pelo General Ernesto Geisel e publicada em livro pelo CPDOC na década de 1990, o ex-presidente refere-se ao período ditatorial constantemente como sendo uma revolução em favor da democracia, que estava sob perigo comunista. Essas informações podem ser melhor consultadas no capítulo 9 da obra, no qual constam informações acerca do Golpe realizado em 1964. D’ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso Corrêa Pinto de. Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

¹⁶ O Estado de Exceção é conceituado como uma medida de cunho não habitual que possui poder normativo, pertencente ao Direito, ainda que venha a suspender o Poder Jurídico.

de 1964, comandado por militares, com extenso apoio de civis. Obtiveram também apoio externo na consolidação do Golpe, que foi imediatamente reconhecido pelos EUA, após desmobilizar a Operação Brother Sam (VIZENTINI, 2004)¹⁷. Ao iniciar o mês de abril do referido ano, já foi promulgado o primeiro de um total de cinco Atos Institucionais que ocorreram nos dez anos iniciais da ditadura, os quais fortaleciam e ampliavam o poder Executivo.

Conforme Vizentini (2004), nesse cenário, não havia um programa econômico de governo pré-estabelecido pelos militares para o pós golpe, a saber, suas intenções eram manter a ordem e a paz social com o afastamento do “perigo comunista”¹⁸ – o que era de interesse dos EUA também –, e estimular o capitalismo privado para retomar o crescimento e combater a corrupção. O autor ainda assevera que houve civis que apoiaram o golpe com o intuito de se aproveitar do poderio militar, almejando uma posição de maior importância no cenário político brasileiro (VIZENTINI, 2004, p.25). Rodrigo Patto Sá Motta (2002) identifica que o anticomunismo no Brasil teve sua matriz calcada em três pilares: liberalismo, catolicismo e nacionalismo. Violência de Estado foi o principal modo utilizado para eliminar seus opositores (MOTTA, AARÃO & RIDENTI, 2014) de forma sistemática ou organizada, como forma de legitimar o poder e, naquele período, isso significava “combater os subversivos”. Já Fico (2017) chama atenção para a seletividade dessa repressão conforme o impacto que poderia ter na opinião pública ou por não terem dado relevância para alguns setores. No próximo capítulo, abordaremos como isso também afetou as relações entre Brasil e China.

Ao contextualizar esse período histórico brasileiro, Ridenti (2014) salienta que o uso de força contra os opositores não trazia em si o significado de ignorar seus interesses, mas uma nova ordem modernizada autoritariamente buscava resolver as reivindicações de forma palatável. Na ótica das classes sociais, o autor destaca como integrantes civis que apoiaram o golpe membros do empresariado nacional e multinacional, a grande imprensa, oligarquias rurais

¹⁷ Sobre a presença dos EUA no país e a relação do Brasil com os Estados Unidos, é importante também citar as obras de Moniz Bandeira sobre o assunto, entre elas: BANDEIRA, Moniz. **A presença dos Estados Unidos no Brasil**: dois séculos de história, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978. BANDEIRA, Moniz. **Relações Brasil-EUA no contexto da globalização**, II – Rivalidade Emergente, São Paulo, Ed. SENAC, 1999. Ver também: FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014. HIRST, Mônica. Os cinco “AS” das relações Brasil-Estados Unidos: aliança, alinhamento, autonomia, ajustamento e afirmação. In: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. (Org.). **Relações Internacionais do Brasil**: temas e agendas, v.1, São Paulo: Saraiva, 2006.

¹⁸ Em relação ao perigo comunista e ainda citando a entrevista fornecida pelo ex-presidente Geisel, ao ser questionado sobre a ocorrência de o golpe ter sido uma estratégia adequada, Geisel responde que “Muitos estavam ali apenas por serem contra o comunismo. Outros porque viam a nação se desintegrar e ir para um estado caótico. Era preciso por um paradeiro nisso. Achávamos que este era o problema principal e que, depois de liquidado, a situação iria se resolver com um governo oriundo da revolução ou que obedecesse mais ou menos ao seu espírito.” (D’ARAÚJO e CASTRO, 1998 p. 162).

e até mesmo setores da classe média e trabalhadora. Com o passar dos 21 anos de repressão, os militares foram perdendo apoio civil e angariando cada vez mais opositores ao regime, que tentavam, na medida do possível, desestruturar o Governo.

Aliada ao uso da força, estava a Censura. Apesar de não pertencer a setores mais conservadores do regime civil-militar e não sincronizar suas ações com os interesses de seus integrantes, conforme Soares (1995), no momento de flexibilizar e demonstrar seu comprometimento com a democracia, Geisel ainda preferiu governar com os instrumentos do aparato repressivo. Esta forma de afirmação de poder do Estado sobre as ações civis, controlando informações que seriam compartilhadas com o grande público, foi exercida de 1967 a 1978. Com o AI-5, em 1968, a repressão atingiu seus maiores índices, vindo a reduzir somente no primeiro ano do Governo Geisel.

[...] a grande imprensa escrita evoluiu, apesar da censura prévia imposta pelos militares, de um apoio entusiasmado à implantação do regime militar para uma oposição liberal e moderada, porém, crescente ao regime militar. [...] mas essa posição mais crítica ficou confinada a imprensa escrita, pois o governo manteve durante todo o período mais duro do regime militar uma rígida censura, que se somava à autocensura e ao apoio espontâneo ao governo (caso da TV Globo). Com a posse de Geisel, em 1974, [...] a grande imprensa ampliou paulatinamente seus limites de liberdade e a capacidade de propor agenda de debates e refletir a opinião pública. (GOULART, 2006, p. 39)

O objeto de censura era tido como uma suposta ameaça ao Estado e os órgãos de segurança agiam através da Divisão de Censura, ainda que esta Divisão não exercesse a censura política e moral diretamente (SOARES, 1995). Dessa forma, as informações aqui destacadas a respeito da ditadura civil-militar são de grande utilidade para compreender a atuação dos jornais no período estudado nesta pesquisa bem como o conteúdo das matérias por eles publicadas. Consideramos, ainda, o fato de que as informações já chegavam à imprensa previamente filtradas pelo Governo. Sendo assim, passaremos a analisar a política externa empregada pelo General Ernesto Geisel e os funcionários do governo para depois retomarmos à questão da imprensa novamente.

1.2 POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO GEISEL

A política externa dos governos militares, de 1964 a 1985, não foi, porém, constituída por um todo único. Paulatinamente, enquanto se fechava em termos internos, o regime militar passou a defender a democratização das regras de convivência internacional, a partir de uma visão nacionalista e da ideia de construção de um Brasil grande potência. (LIGIÉRO, 2011, p.137)

Luís Fernando Ligiéro faz comparações entre os discursos e a implementação da Política Externa Independente (PEI)¹⁹ e do Pragmatismo Responsável, modelo empregado na política externa do Governo Geisel em 1974. Com base nesse e em outros estudos, expomos um panorama da política externa do governo Geisel, a fim de analisar as estratégias empregadas na retomada de parceria entre o Brasil e a República Popular da China, apresentando aspectos abordados por alguns autores que trabalharam com esta temática, construindo uma base teórica para melhor compreensão dos resultados obtidos com o estudo desta política externa nos periódicos analisados. Pinheiro (2002) que analisou a documentação da política externa do arquivo Geisel contidas no dossiê EG/pr 1974.03.18, salienta que nos três últimos anos que antecederam a posse de Geisel já vinha sendo indicada uma relação mais amena com Pequim, desde que não contrariasse os interesses da segurança e do desenvolvimento²⁰.

Com o golpe civil-militar em 1964, a PEI foi exterminada pelos governantes que visavam a um alinhamento automático com os EUA com o intuito de obter maiores vantagens para o desenvolvimento nacional. Geisel não demonstrava nessa relação da política externa brasileira o interesse de permitir que outros países interferissem na política interna do país ao relacionar-se diplomaticamente e é nesse aspecto que as ações por ele – e os demais funcionários do governo – empregadas se assemelhavam à PEI. O ex presidente tinha como foco expandir as relações internacionais do Brasil, possibilitando negociar com países que pudessem fornecer os instrumentos necessários para que o país continuasse o desenvolvimento econômico. Conforme afirmava San Tiago Dantas no período em que foi Ministro, “a tendência independente da política externa decorria da universalização das relações internacionais do Brasil, necessária à ampliação dos mercados para os seus produtos” e também pela causa da paz (SILVA, 2004, p. 241). Foi isso que os governantes anteriores à ditadura tentaram alcançar com a PEI, articulando ações com diversos países, fossem eles do bloco capitalista ou socialista (LIGIÉRO, 2011).

¹⁹ Em seu discurso de posse como Ministro do Exterior em 1961, em relação à diplomacia e ao emprego da PEI, San Tiago Dantas disse que “O nosso país, cômico de suas responsabilidades na ordem internacional e perfeitamente esclarecido a respeito dos objetivos nacionais que persegue, não pode deixar de ser cada vez mais o que tem sido, a saber: uma nação independente, uma nação fiel aos princípios democráticos em que se funda a sua ordem interna, fiel aos seus compromissos internacionais, assumidos com a aprovação do Congresso Nacional, fiel à grande causa – da emancipação e do desenvolvimento econômico de todos os povos – que nos levou a, com eles, nos solidarizarmos e a tomarmos, em todas as assembleias de que fazemos parte e em todas as ações diplomáticas que empreendemos, uma atitude, uma linha de conduta coerente e uniforme, em defesa da emancipação dos povos e pela abolição dos resíduos do colonialismo no mundo.” FRANCO, Álvaro da Costa (Org). **Documentos da política externa independente**. – Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 161.

²⁰ PINHEIRO, Letícia. O pragmatismo responsável no arquivo do presidente Geisel. In: CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, Maria Celina de. (Org). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 84.

Segundo CERVO (2008, p.74), ao discorrer sobre o paradigma desenvolvimentista (1930-1989), Vargas, Goulart e Geisel recomendavam o desenvolvimento autônomo pela força da nação, criando autonomia política e fortalecendo a economia. O autor declara que “a busca do desenvolvimento tornou-se vetor da política exterior”, abarcando o crescimento econômico e a industrialização e levando à substituição de importações à substituição de exportações²¹. De um lado, então, havia as articulações de cunho externo e, de outro, internas. Nestas últimas, Geisel precisava lidar, em seu governo, com a crise do petróleo e as necessidades altíssimas do país em importar o produto e, por isso, a opção de manter o crescimento do país em caráter acelerado foi a tática adotada pelo governo. Para auxiliar no combate à crise, foi implementado ainda em 1974, no primeiro ano do governo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Este, conforme Ligiéro, tinha como base aumentar a participação do Brasil no sistema internacional e ampliar a base do sistema industrial, fornecendo incentivos à produção do capital privado nacional.

O governo Geisel logrou ao mesmo tempo contornar a grave crise econômica e reestruturar a economia brasileira, adaptando-a aos novos tempos surgidos a partir da crise do petróleo. Ao mesmo tempo, porém, optou pela manutenção do crescimento econômico, mesmo à custa de um crescente endividamento, que tornou o Brasil mais vulnerável à crise financeira da década de oitenta. (LIGIÉRO, 2011, p.174)

Assim também analisa Ângela de Castro Gomes (2001) a respeito do nacional desenvolvimentismo, identificando a transição de uma base agrário-exportadora para uma urbano industrial, ressaltando a existência das massas²². Nesse contexto, a população brasileira estava crescendo, assim como os ideais de desenvolvimento propostos pelo então presidente. O governo conseguiu lograr um aumento no PIB, “tendo atingido dois dígitos em alguns anos” (LIGIÉRO, 2011, p. 176). As exportações brasileiras de produtos industrializados, alcançaram nível satisfatório pela primeira vez no final do Governo Geisel, ano de 1978. Domingos (2010, p.86) ressalta que o “paradigma “globalista” da Política Externa Independente não deixa de ser uma forma de autonomia frente aos EUA nas relações internacionais”, tal qual a diplomacia pragmática e ecumênica de Geisel também buscava, diversificando suas parcerias. Como destaca Ligiéro, os maiores feitos da política externa ocorreram na inserção internacional do Brasil, diversificando suas parcerias – independentemente das questões ideológicas. Foi assim

²¹ Cervo, Amado Luiz. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 74-75.

²² GOMES, Ângela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (Org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.27. *apud* DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **O Brasil e a URSS na Guerra Fria**: a Política Externa Independente na imprensa gaúcha. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010, p. 76.

que a RPC se configurou como uma opção de parceiro diplomático para o Brasil – e reduzindo a dependência em relação aos EUA (LIGIÉRO, 2011).

As relações internacionais entre Brasil e China ocorrem desde o período colonial. Mas além da questão sobre democracia e comunismo, os dois países tiveram de enfrentar pelo menos dois obstáculos para se relacionarem, inclusive, no século XX: a distância geográfica e a difícil troca de informações, devido a costumes, linguagem e cultura bastante distintas (BECARD, 2008). Ainda assim, podemos destacar também duas semelhanças significativas, como o desejo de uma ordem internacional anti-hegemônica e o princípio de não interferência em assuntos internos (BECARD, 2008). Esses são fatores ressaltados de forma substancial nas referências consultadas sobre a política externa do período.

Tendo em vista o contexto brasileiro, a política externa do país atravessou diversas fases desde o final do século XIX. Com um caráter autônomo em relação à política interna, a construção da identidade internacional²³ também foi sendo moldada ao longo do tempo, como um meio de intermediação com o mundo (LAFER, 2001). Conforme analisa Letícia Pinheiro, a política externa brasileira foi, majoritariamente, ou *americanista* ou *globalista* ao longo desses anos. De acordo com a autora:

Enquanto o *americanismo* foi definido como aquele que concebia os Estados Unidos como eixo da política externa, donde a maior aproximação a Washington elevaria os recursos de poder do país, aumentando assim sua capacidade de negociação; o *globalismo* foi concebido como uma alternativa ao anterior, elegendo a diversificação das relações exteriores do Brasil como condição para aumentar seu poder de barganha, inclusive junto aos Estados Unidos. (PINHEIRO, 2004, p. 64).

Ainda assim, também conforme PINHEIRO, esses termos apresentavam subdivisões em suas bases, a saber: ideológica ou pragmática e hobbesiana ou grotiana. Durante a primeira metade do regime civil-militar, retornou e predominou a ideologia americanista, pois a aliança com os Estados Unidos era significativa na conjuntura do combate ao comunismo, como destacamos anteriormente. A partir do governo Geisel, a política externa adotou o lema de “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” juntamente com a retomada do globalismo, pois considerava-se que a política externa mais diversificada seria melhor para o desenvolvimento da nação. Podemos comprovar isso na manifestação de Geisel, seja na obra organizada pelo CPDOC, mas também em matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* no ano de 1974, na qual o

²³ Conforme SANTOS (2002), Celso Lafer buscou construir, através da especificidade brasileira e a idealização deste termo, o sentido da nação brasileira, fazendo para isso uso de outros trabalhos de autores como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Gilberto Freyre.

presidente deixa claro, em outras palavras, que, se a relação for para beneficiar o desenvolvimento do país, é uma parceria bem-vinda²⁴.

O Governo Geisel ficou conhecido pela política do Pragmatismo Responsável e Ecumênico, ou seja, uma política dita livre de compromisso ideológico, mas responsável pelo controle de quem eram seus agentes na medida em que ainda não era possível instaurar de imediato a democracia no país (PINHEIRO, 1993). E, além disso, uma última característica dessa política era seu caráter universalista em função da expansão das relações do Brasil com outros países. Dois problemas foram determinantes nos rumos de suas ações políticas: a crise do petróleo, conforme mencionado anteriormente e que já se anunciava desde 1973, e o problema nas relações com os EUA. O aparato do Governo Geisel preocupou-se em pôr em prática seu Pragmatismo Responsável e Ecumênico, tentando encontrar novas opções que pudessem sanar ou amenizar a necessidade que o país apresentava então, a saber, de petróleo estadunidense. A busca por opções viáveis levou à procura por novos parceiros, o que não era bem visto aos olhos dos dirigentes do país norte-americano, com o qual o Brasil mantinha uma relação de certa dependência, também relacionada à questão da política externa muito fechada e restrita que vinha sendo praticada nos governos anteriores (D'ARAÚJO e CASTRO, 1998).

Cabe ressaltar aqui que, durante o Governo Geisel, a tomada de decisões tornou-se também mais centralizada do que nos governos anteriores do período ditatorial, nos quais havia uma maior influência de outros chefes militares (LIGIÉRO, 2011). Não só em relação ao petróleo, mas levando em consideração as diretrizes do II PND, procuraram-se parceiros com o intuito de modernizar/melhorar a indústria e a tecnologia brasileiras. O governo buscava uma diversificação visando à independência política e econômica. Quanto mais parceiros o Brasil fizesse, haveria menos dependência em relação aos EUA, que não concordavam com os rumos tomados pela política externa brasileira. Havia também a questão dos Direitos Humanos, fonte de críticas dos EUA para o Brasil. Além de ampliarem relações com a América Latina e principalmente com a Europa, sobretudo com a Alemanha²⁵, firmaram-se também parcerias com a América Central, Países Andinos, Caribe, Guianas, Países Socialistas, África, Oriente

²⁴ As publicações dos jornais serão analisadas e referenciadas nos próximos capítulos.

²⁵ Segundo as informações obtidas por Castro&D'Araújo (1997) na entrevista com o General Geisel, o ex-presidente afirma que os EUA sugeriram que o Brasil interrompesse o acordo nuclear com a Alemanha, porque provavelmente “queriam que tudo que o Brasil fizesse em termos de uso de energia nuclear ficasse dependente deles.” Para Geisel, o Brasil precisava produzir o urânio enriquecido a fim de completar o ciclo da produção energética, visto que a intenção era construir usinas nucleares. Este produto, na época, vinha sendo adquirido por meio dos EUA. (p. 339) No próximo capítulo, será mais detalhada a importância da autossuficiência energética que um país deve ter, segundo o entendimento do General Ernesto Geisel.

Médio, Japão e até mesmo com a Oceania, enfrentando todas as distâncias (VIZENTINI, 2004)²⁶.

Se Geisel já tinha, antes mesmo de conhecer Azeredo da Silveira²⁷, ideais voltados para a ampliação das relações internacionais, com a presença e dedicação do Ministro foi possível amadurecer os projetos. Eles tinham uma relação muito próxima e, por vezes, o presidente precisava conter o tipo de ações pretendidas, pois, se dependesse de Silveira, alguns aspectos da política externa teriam sido muito mais ríspidos, em se tratando dos EUA, por exemplo, como declarou o próprio presidente em entrevista pouco antes de vir a falecer na década de 1990. Ambos realizavam várias reuniões e a palavra final era sempre de Geisel. Golbery do Couto e Silva²⁸, então Ministro Chefe da Casa Civil, também participava dessas reuniões na maioria das vezes, tendo um importante papel ao lado do presidente, na tomada de decisões (D'ARAÚJO e CASTRO, 1998).

Brasil e China tiveram suas relações restabelecidas no ano de 1974, primeiro ano do Governo Geisel, o quarto presidente do período da ditadura civil-militar no Brasil. Os contatos iniciais haviam ocorrido em 1949, mas sem muito fluxo comercial, tendo havido também tentativas nesse sentido durante os governos de Jânio e Jango, que antecederam a instauração do regime civil-militar no Brasil. Assim também o foram logo que se deu por restabelecida a relação sino-brasileira. No período do Governo Médici, que antecedeu Geisel, cogitou-se a possibilidade de retomada de relações com a China, mas sem sair do âmbito das intenções, justamente pelo caráter fechado do regime. Neste período, Brasil e China realizavam relações comerciais extraoficiais e o volume era irrisório conforme destaca Becard (2008). O gráfico

²⁶ Ver também: SILVA, André Luiz Reis da; SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Política externa brasileira durante o regime militar (1964-1985)**. Curitiba: Juruá, 2014.

²⁷ Antônio Francisco Azeredo da Silveira (1917-1990) vem de uma família de republicanos com tradição na política brasileira, seu pai Flávio da Silveira fora deputado federal pelo DF duas vezes e seu avô materno Antonio Francisco Azeredo, além de jornalista fundador do *Diário de Notícias* no RJ em sociedade com Rui Barbosa, foi constituinte e senador federal pelo MT, onde também exerceu a vice-presidência do senado. Seu bisavô fora Manuel Francisco Correia, senador vitalício do Império e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabinete do Visconde do Rio Branco. Azeredo da Silveira ingressou na política aos vinte anos, formou-se bacharel em Ciências e Letras no RJ em 1934, frequentou dois anos do curso de Direito também no RJ (1936-1937), fez cursos em Stanford e na Universidade da Califórnia, regressou ao Brasil em 1941, prestou concurso para a carreira diplomática e foi nomeado cônsul de terceira classe em 1943. A partir de então, sua carreira política triunfou, passando por diversos cargos, dentre eles destacam-se o de Embaixador Brasileiro na Argentina 1969-1974, Ministro das Relações Exteriores 1974-1979, Embaixador Brasileiro nos EUA 1979-1983 e Embaixador Brasileiro em Portugal 1983-1985. Informações sobre o Ministro retiradas do verbete biográfico no CPDOC/FGV e da obra de LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018.

²⁸ Conforme a obra publicada pelo CPDOC, organizada por Castro e D'Araújo (1997), Geisel escolheu Golbery para a Casa Civil por ser um ministério em que ficariam em maior contato, pois inicialmente havia pensado no seu nome para o ministério do planejamento. Geisel considerava Golbery um oficial melhor preparado e de "mentalidade muito superior a maioria dos oficiais do Exército." p. 273 e 264.

abaixo demonstra o quanto esta relação se intensificou no Governo Geisel, chegando a ultrapassar a casa dos US\$200 milhões em 1979 (BECARD, 2008).

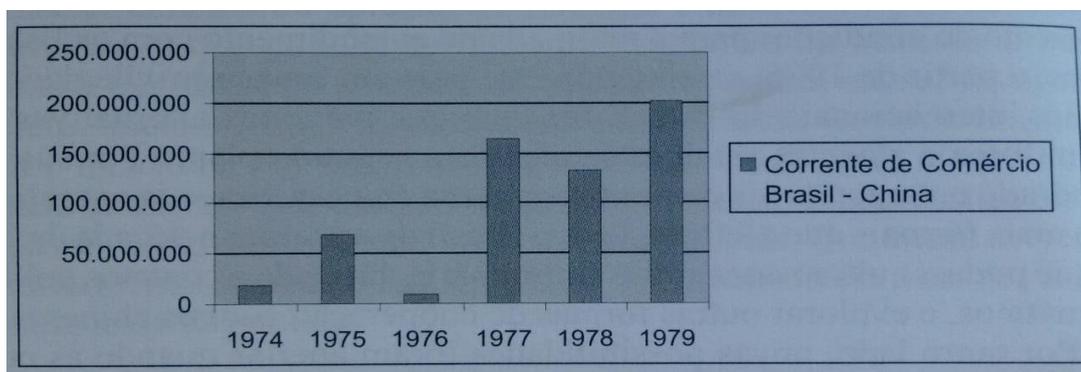


Figura 1: Gráfico sobre a Corrente de Comércio Brasil-China (1974-1979) (US\$FOB)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Turismo. In: BECARD, 2008, p.72.

Entretanto, não foi só com a China que Geisel procurou investir na parceria diplomática, assim como já mencionamos o caso da Alemanha e a questão nuclear, mas também com países do terceiro mundo, segundo aponta Oliveira (2014) na citação a seguir.

O Brasil estava apostando enfaticamente na agenda do Terceiro Mundo e, conseqüentemente, visualizou a República Popular da China, retomando sua cadeira no Conselho de Segurança da ONU e defendendo os mesmos ideais, como um promissor parceiro na defesa de interesses comuns (OLIVEIRA, 2006, p. 175)²⁹.

Para além desses dados, nas pesquisas realizadas nos periódicos, foi possível evidenciar uma diversificação de ações para ampliar a relação externa do país, pois, em publicações sobre Brasil e China ou mesmo nas próprias publicações, há informações sobre outros contatos que o Itamaraty estava realizando com esse intuito e também recebendo delegações estrangeiras.

Sob esse viés, a agenda de relações internacionais brasileiras, no período do Governo Geisel, era bastante abrangente, assim como mencionado anteriormente, com o intuito de sempre buscar alternativas à política externa de relações Norte-Sul. Os interesses comuns na política externa propiciaram a aproximação do Brasil com a República Popular da China, apesar dos seus diferentes sistemas políticos, pois as questões ideológicas não estavam em pauta. Dentre os interesses comuns, estava a diversificação de parcerias no plano internacional com um caráter de não interferência nas questões internas. Nas décadas de 1970 e 1980, seu foco estava voltado para questões de segurança, autonomia e independência. Além de ter retomado as relações de política externa com o Brasil em 1974, a RPC e os Estados Unidos da América

²⁹ Ver: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. (Org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**, v.1, São Paulo: Saraiva, 2006.

havia iniciado reaproximações no início da década de 1970, em uma parceria antissoviética (VIZENTINI, 2011, p. 132).

Trata-se de uma potência nuclear, com imensa capacidade militar, além do fato de tratar-se de um modelo de desenvolvimento de pretensões autônomas. A República Popular da China, graças à sua capacidade militar de dissuasão, armamento nuclear, indústria armamentista própria, tecnologia aeroespacial e de mísseis, bem como por ser membro Permanente do Conselho de Segurança da ONU (com poder de veto) é o único país em desenvolvimento que se encontra no núcleo do poder mundial. (VIZENTINI, 2011, p. 133)

Paulo Antônio Pereira Pinto retoma aspectos da China na década de 1980 e a sua abertura político cultural, quando iniciou os processos dentro da Ásia para depois expandir as relações exteriores com outros continentes – como o Brasil, conforme podemos ver nas tabelas em anexo construídas por mim através da documentação oficial do Itamaraty– e consolidando o seu relacionamento com o sudeste asiático (PINTO, 2010). No ano em que se completavam trinta e seis anos do restabelecimento da parceria sino-brasileira, Henrique A. Oliveira também faz menção em seu artigo sobre o poder da RPC e da sua relação com o Brasil:

Durante a Guerra Fria, o Brasil e a China, conscientes de sua condição de países em desenvolvimento, colaboraram no campo político-estratégico com o objetivo de exercer pressão sobre o processo de reforma das instituições multilaterais, especialmente as econômicas e financeiras. Este processo de cooperação foi expandido, em 1988, para cooperação tecnológica nas áreas da indústria aeroespacial e de mísseis [...]. Em decorrência da crescente dependência brasileira em relação ao mercado chinês e de seu caráter assimétrico, parte da sociedade brasileira acompanha com um misto de desilusão e ceticismo o relacionamento sino-brasileiro. A grande imprensa reproduz continuamente este descontentamento, enfatizando as imagens de ameaça chinesa, de necessidade de estabelecimento de salvaguardas, de ingenuidade no reconhecimento da China como uma *economia de mercado*. (OLIVEIRA, 2010, p. 88-89, grifo do autor).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Lya Valls Pereira destaca que, atualmente, uma crise na China resultaria em impactos negativos de grande escala no Brasil, portanto, seria o momento de identificar possibilidades para uma diversificação no destino das exportações (PEREIRA, 2006. p. 138). A autora menciona ainda que não deveria haver um descuido por parte do governo brasileiro na agenda internacional norte-sul, por exemplo, pois, mesmo com os ganhos na relação sino-brasileira, “[...] não deve ser esperado um ‘tratamento especial’ para o Brasil” (PEREIRA, 2006. p. 140).

Essa diversificação foi priorizada na década de 1970 pelo governo brasileiro, que aproximou as relações econômicas entre os dois países – Brasil e China. No entanto, podemos também identificar, através de outro gráfico apresentado por Becard (2008), que, mesmo naquele momento, as exportações sempre excederam as importações. Assim como podemos observar que, em uma matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* na ocasião da visita de uma

comitiva chinesa em 1974, para os chineses não havia problema em importar mais do que exportar para o Brasil, pois eles equilibravam esta balança nas relações com outros países³⁰.

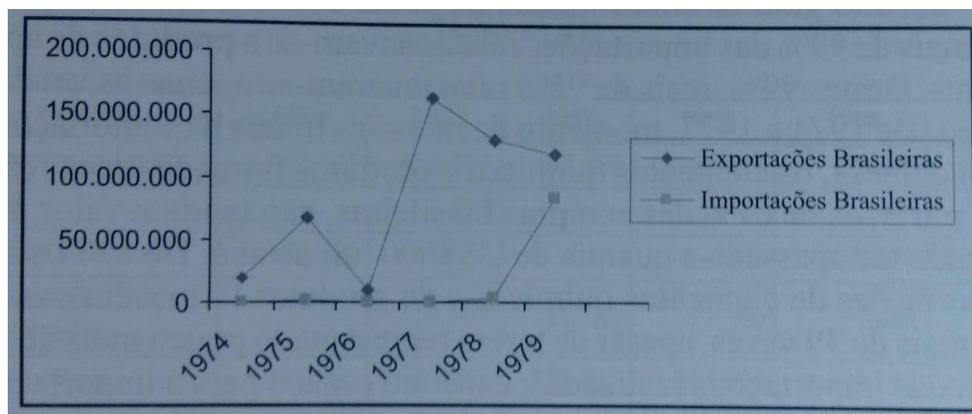


Figura 2: Gráfico sobre a Evolução do Comércio Brasil-China (1974-1979) (US\$FOB)

Fonte: BECARD, 2008, p.75.

Tratando-se de Política Externa Brasileira, Letícia Pinheiro (2004) apresenta um século XX marcado pela busca de autonomia em nível mundial e também de mecanismos de poder embora para isso tenha sido necessário alinhar-se à determinada potência político-econômica. Ao longo dos anos, foi percebendo-se que a autonomia desejada no meio internacional e o desenvolvimento interno do país eram conquistados de forma mais eficaz com uma maior participação em nível mundial e não apenas com o alinhamento automático da política externa com a de outro país. Nesse contexto, encaixa-se perfeitamente a política externa de caráter pragmático, responsável e ecumênico, desenvolvida pelo Ministro Azeredo da Silveira no Governo Geisel, na qual os ideais do Presidente já eram voltados para uma abertura política.

Na conjugação de ideias e interesses, o que se percebe na política externa brasileira é a hegemonia de uma visão realista das relações internacionais e do papel que o país deveria desempenhar no sistema. Essa visão realista percebe o sistema internacional como anárquico, onde o Estado é o principal, embora não o único, ator no sistema internacional agindo tanto em busca de ganhos relativos, na vertente hobbesiana, quanto de ganhos absolutos, na vertente grotiana. (PINHEIRO, 2004. p. 8-9).

Celso Lafer, ao trabalhar em sua obra com “a identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira” (2001), expõe argumentos que seguem a mesma linha de raciocínio de Pinheiro. No entanto, ele acrescenta a ideia de um “nacionalismo de fins”. Essa expressão havia sido formulada por Hélio Jaguaribe ao analisar o nacionalismo no Brasil, compreendendo este “fim” como sendo o desenvolvimento do país. São aspectos que se identificam amplamente

³⁰ A respeito desta colocação sobre as publicações dos Jornais, veremos mais a fundo no próximo capítulo.

com o Governo empregado por Ernesto Geisel. Da mesma forma, Motta (2002) apresentou o nacionalismo como um dos pilares para o anticomunismo no Brasil, visto anteriormente. Lafer ainda destaca que essa lógica do “nacionalismo de fins” perdurou até o final da década de 1980.

Nesse período, o governo buscava uma diversificação, almejando a independência política e econômica, com foco total no desenvolvimento nacional, e não mediu esforços para defender a sua política externa. As críticas contra o Governo apareciam de dentro e de fora do Brasil, o que caracterizava ainda mais a necessidade de fornecer resultados positivos, mostrando que a inserção internacional do Brasil estava ocorrendo da melhor forma possível.

O Pragmatismo Responsável, como não poderia deixar de ser, despertou a ferrenha oposição dos EUA, bem como de segmentos conservadores da política brasileira. Geisel precisou mediar constantemente conflitos entre o Conselho de Segurança Nacional, que opunha-se à muitos aspectos desta diplomacia, e o Itamaraty que a defendia. (VIZENTINI, 2004. p. 203)

Danielly Becard (2008) também menciona a hostilidade interna em relação à diplomacia que estava sendo construída no Brasil, assim como Luís Fernando Ligiéro (2011), que inclusive faz referência a uma possível investida por parte da linha dura do regime contra o Governo Geisel. Ainda conforme o autor, as divergências entre Geisel e outros militares que não se identificavam com os rumos do Governo ocorreram várias vezes, até mesmo ignorando ordens emitidas pelo então presidente em situações internas do país. Já sobre a situação norte-sul dos EUA com o Brasil, Becard analisa que o Governo brasileiro foi forçado a buscar uma estratégia de diversificação de parceiros internacionais (BECARD, 2008), aspecto convergente com a citação anterior de Vizentini sobre o pragmatismo responsável brasileiro, adequando-se ao *globalismo* em detrimento do *americanismo*, empregado nos governos militares que o antecederam.

1.3 IMPRENSA COMO OBJETO DE ESTUDO, OS JORNAIS E A DÉCADA DE 1970

Para introduzir a importância da exploração da imprensa como objeto de estudo, iniciaremos este capítulo com uma análise sobre a institucionalização do jornalismo moderno feita por Schudson e, na sequência, serão abordadas outras características da imprensa, tão caras para esta pesquisa. Schudson contempla, em seu estudo, a relação entre as esferas econômicas, políticas, culturais e sociais com a institucionalização do jornalismo moderno. A objetividade dá nome à introdução do livro e é o ponto crucial de discussão sobre o que é notícia, o que é fato e o porquê de a objetividade ser um tema tão familiar entre os jornalistas. O autor ressalta

que a notícia como conhecemos hoje é uma invenção da época jacksoniana³¹ e, para isso, o período precisa ser analisado, a fim de que sejam compreendidas a objetividade no jornalismo e a confiança que tal objetividade obtinha dos fatos.

Podemos perceber que a revolução no jornalismo vem ocorrendo desde a primeira metade do século XIX, sobretudo na década de 1830. Obviamente, tais mudanças não agradam a todos. A novidade era uma imprensa que não fazia distinção de seu público, voltada para as massas. Um jornal vendido nas ruas por um valor muito acessível à população, pois o maior lucro da empresa vinha dos anunciantes, os quais também não sofriam distinção, a não ser que fossem anúncios impróprios. E, mesmo hoje, os anúncios ainda fazem parte das páginas dos jornais, fornecendo material para estudos que poderiam ser realizados apenas com eles.

Consolidava-se assim a *Penny Press*, um jornal apartidário com informações variadas ao consumidor, vendidos nas ruas a um penny. Além disso, foi possível perceber que o jornalista adquiriu maior liberdade para escrever as suas matérias em virtude de um maior distanciamento entre as empresas jornalísticas e os partidos políticos. Michael Schudson escreve com detalhes sobre as mudanças que ocorreram nesse sentido. Antes de 1830, os jornais apresentavam características muito mais comerciais ou políticas e partidárias. No caso destes últimos, ficavam extremamente dependentes daquilo que o partido solicitava como publicação. Também havia semelhanças entre os jornais comerciais e políticos. Estes eram vendidos apenas por assinaturas e sua circulação era baixa, sendo o público leitor apenas as elites comerciais e políticas (SCHUDSON, 2010). Para diferenciar da *Penny Press* ao longo do texto, o autor passa a chamar estes jornais de *six penny*, o valor que eles custavam.

A imprensa popular era diferente, não somente em organização econômica e posição política, mas em seu conteúdo. O caráter dessa originalidade é simplesmente este: a imprensa popular inventou o conceito moderno de “notícia”. Pela primeira vez, os jornais norte-americanos transformaram em uma prática regular a publicação de notícias políticas, não apenas internacionais, mas domésticas, e não somente nacionais, mas locais; pela primeira vez, eles divulgaram relatos policiais, dos tribunais, das ruas e da vida privada. Poder-se-ia dizer que, pela primeira vez, o jornal considerava não apenas o comércio ou a política, mas a vida social. (SCHUDSON, 2010, p. 34)

³¹ Este período durou de 1828 até a década de 1850, ocasionando uma guerra civil nos EUA, em razão da declaração de secessão por estados escravagistas do sul. Conforme Viana (2014) “O avanço da excludente ideia de uma América para o homem branco na primeira metade do século XIX foi bastante potencializada pela chamada democracia jacksoniana. Em 1828, Andrew Jackson tornou-se presidente dos Estados Unidos pelo Partido Democrata, amparado pela defesa da igualdade política, civil e moral dos homens brancos. O historiador norte-americano A. Saxton definiu a era Jackson como aquela em que o homem comum (“common man”) poderia tornar-se advogado, construtor ou banqueiro, uma vez que a livre competição e a igualdade de oportunidades seriam supostamente acessíveis a todos os homens brancos.” VIANA, Larissa Moreira. A América Negra em tempo de Revolução: Raça e República nos Estados Unidos (1776-1860). *Rev. hist. comp.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 146-165, 2014.

Schudson caracteriza a *Penny Press* como sendo o triunfo da notícia sobre o editorial, eventos ocorridos no dia a dia tornavam-se notícia nas mãos dos jornalistas e, conforme o autor, “um jornal vendia um produto ao leitor em geral, e vendia o leitor ao anunciante” (SCHUDSON, 2010, p. 37). Outro diferencial eram os furos de reportagem, motivo de competição entre os *penny papers*. E assim o autor vai dialogar com possibilidades que possam explicar esse aumento no consumo de jornais, trazendo ao leitor argumentos tecnológicos, de alfabetização e história natural – ideia que o autor refuta. Em suma, o que se retira dos dois primeiros argumentos é que eles avançam para atender à demanda e não o contrário. As transformações no jornalismo não fazem parte somente de um processo espontâneo, mas o empenho das pessoas ou o esforço empreendido é o principal motivo da evolução da imprensa. Assim como apresenta Michael Schudson, a evolução de um modelo social ocorreu na primeira metade do século XIX (SCHUDSON, 2010, p. 54).

O autor se utiliza dessas premissas para também refletir sobre a sociedade democrática de mercado. Essas transformações que ocorrem na sociedade, como o aumento populacional, bem como uma maior alfabetização, provocaram nos indivíduos um maior interesse em se inteirarem da vida pública e política. O pesquisador volta-se a observar o período ditatorial que estamos analisando, com o advento das universidades e até mesmo estudantes estrangeiros que vinham estudar aqui, bem como os movimentos contra o regime civil-militar promovido por estudantes (LIGIÉRO, 2011).

A “Democracia Jacksoniana” dos anos 1830 propiciou um aumento da população votante, assim também foi o desenvolvimento econômico, que atingiu grande parte dos indivíduos. Schudson ainda acrescenta que os *Penny Papers* tiveram uma certa influência nessas transformações e, através do seu crescimento, também era possível ver surgir um novo tipo de empresário no período (SCHUDSON, 2010, p. 64). Além destes jornais terem revolucionado a forma de fazer jornalismo, transformaram o hábito de apenas ler um jornal emprestado vez ou outra, em clubes, para algo que era consumido diariamente. Lembramos ainda que a publicidade contida em grande quantidade nos *Penny Papers* também influenciou numa ampliação do mercado.

A democratização política e econômica foi palco para o surgimento do jornalismo moderno, conforme Schudson, visto que cada indivíduo na sociedade teve a sua valorização ampliada, seja na política, economia e no próprio jornalismo. Schudson também analisa o jornalismo americano após a I Guerra Mundial e destaca que, no mínimo, dois assuntos ainda são recorrentes: o público consumidor e a objetividade no jornalismo. Sob esse viés, foi

defendida a ideia de que o jornalista era o responsável por levar ao leitor do jornal apenas o fato como ele tinha ocorrido, sem dialogar com o acontecimento.

Ainda cabe registrar que, nesse contexto de guerra, surgiu a figura do repórter para o público, um novo elemento acrescentado ao corpo jornalístico, como um *marketing* para os jornais, alguém que iria até o fato para apresentar maiores detalhes que iriam compor a matéria jornalística. A propaganda de guerra, os publicitários, assessores de imprensa, profissionais das relações públicas são outros atores que ganharam destaque no meio comunicacional do período. E todos eles, muitas vezes com informações já filtradas, principalmente em se tratando de política, passaram a formar a chamada opinião pública.

Sabemos que a objetividade é vista pelos jornalistas como um ideal a ser alcançado ao levar uma notícia ao público consumidor. Porém, esse ideal não é simples de ser atingido, segundo Schudson, pois a subjetividade é considerada como algo inevitável ao jornalista (SCHUDSON, 2010, p.185). Uma maneira utilizada por esses profissionais para tentar atingir a objetividade é procurar seguir o método, as normas de construção da notícia, que podem variar de uma empresa para outra, evitando que elementos subjetivos sejam inseridos neste processo. Conforme Ribeiro (2007, p.345), seja uma produção objetiva ou subjetiva, a objetividade e a subjetividade são apenas aspectos discursivos, dotados de estratégias de autoridade que produzem diferentes sensações nos leitores, através da narrativa.

Na esfera das produções jornalísticas, a notícia é resultado do trabalho produzido por uma equipe de jornalistas que se apropriaram de um acontecimento e o transformaram em notícia. Mas isso não significa que todo acontecimento é uma notícia. Pelo contrário, conforme Darnton (1990), por vezes um não-acontecimento pode tornar-se em uma notícia. O autor exemplifica esta questão contando sobre o caso do roubo de uma bicicleta, algo que não parecia ser de grande importância para publicação, mas que o jornalista resolvera exercitar a escrita. É neste momento que a experiência jornalística faz a diferença, no momento da construção do fato noticioso. Um jornalista com mais anos de profissão do que o responsável pela matéria do roubo da bicicleta mostra a este como melhor poderia ficar a notícia, utilizando aspectos emocionais ligados à bicicleta que chamariam a atenção do leitor, fazendo com que este se conectasse com o ocorrido de forma emocional (DARNTON, 1990, p. 105).

Outro fator importante na construção de uma notícia é o seu público consumidor. Um acontecimento que se torna notícia em um jornal, por exemplo, pode não ser nem mencionado em outro jornal, por não se adequar ao seu público. Isso está relacionado ao destinatário da notícia. Pode-se assim pensar em fazer um possível levantamento do público consumidor dos

jornais, através de suas publicações e, também, das propagandas contidas junto à reportagem. Porém, fazer certas afirmações torna-se arriscado para o pesquisador, já que é difícil saber se o consumidor daquele jornal o comprou para ler as matérias sobre esporte, política ou apenas para consultar os classificados.

O autor Miguel Alsina (1989) aborda bem a questão da produção de uma matéria – a notícia – com base em acontecimentos.

Por todo lo dicho podríamos considerar a los mass media un sistema que funciona con unos *inputs*, los acontecimientos, y que produce unos *outputs* que transmiten: las noticias. Y estas noticias son recibidas como acontecimientos por los individuos receptores de la información. Es decir, todo *output* puede ser a la vez un *input* de otro sistema, y todo *input* puede haber sido también un *output* de un sistema anterior. (ALSINA, 1989, p. 92)

Do mesmo modo, o autor Patrick Charaudeau (2013) analisa a necessidade de demanda por informações vinculada ao consumo da notícia. Seja essa demanda natural ou socialmente construída, é necessário que haja um certo grau de confiança do expectador para com o seu informante, criando assim uma relação de consumo assíduo, fidelizando o público com determinado jornal. Na leitura de Traquina (2008), já é possível identificar um destaque para a construção narrativa de uma notícia, ponderando sobre os critérios de noticiabilidade e os valores notícia. Estes valores notícia formam uma espécie de código e é através deles que um acontecimento pode tornar-se notícia. Esses valores abrangem aspectos como amplitude e frequência de um acontecimento, imprevisibilidade e continuidade, referência a nações ou pessoas de elite, entre outros.

De forma exclusiva, a técnica empregada não garante uma boa narrativa da notícia, uma vez que é importante para o emissor praticar e refinar seu instinto profissional neste processo de escrita. A linguagem utilizada pelo emissor pode aproximá-lo de determinado público ou distanciá-lo de outro, considerando o compartilhamento cultural entre emissor e receptor. Não podemos esquecer que o emissor não se trata de uma única pessoa, pois uma notícia, em processo de construção, mesmo levando o nome de um jornalista, vai ter passado pelo crivo de, no mínimo, outro jornalista – um editor, por exemplo – com a finalidade de verificar a padronização do texto, ou mesmo de melhorar a forma como a matéria será publicada, conforme vimos anteriormente no que foi apresentado por Darnton (1990), a fim de tornar a leitura mais atrativa.

Através dos estudos realizados por Milton José Pinto e Roland Barthes, entendemos a complexidade da composição da narrativa de uma matéria jornalística. Milton José Pinto, em seu texto introdutório à edição do livro, faz uma análise dos fatores complementares, que são a

teoria e o método empregados na composição de uma matéria e as estruturas internas – padronização – que direcionam a escrita. Um jornalista pode querer transmitir diversas mensagens em uma mesma mensagem, devido à característica heterogênea de um discurso a partir do ponto de vista semiológico (BARTHES, 2009, p.10). O sucesso em atingir esse objetivo não depende somente destas estruturas às quais a matéria se submete, mas também ao nível de prática ou talento do jornalista em produzir a narrativa do discurso, ou, melhor dizendo, as narrativas, pois um discurso pode ser composto por mais de uma narrativa.

Se em Milton José Pinto compreendemos que a narrativa compõe o discurso, Barthes acrescenta nesta análise que a estrutura compõe o código da narrativa. Para Barthes, a capacidade de inserir várias narrativas a partir de uma estrutura compõe o que o autor chama de “arte” do narrador (BARTHES, 2009, p. 20). Sendo assim, em um discurso, o jornalista pode fazer uso de palavras ou expressões no sentido figurado – conotação – ou no sentido literal – denotação – juntamente com elementos do real, inserindo índices na sua narrativa que estarão dando crédito a sua produção, como veremos mais à frente nos próximos capítulos ao analisarmos o conteúdo das matérias publicadas sobre a relação embrionária do Brasil com a RPC. Em se tratando de um político, por exemplo, através da linguagem que o jornalista utilizar na sua narração, poderá estar construindo a imagem deste político ao seu expectador.

De fato, o problema não é interiorizar os motivos de narrador nem os efeitos que a narração produz sobre o leitor; é o de descrever o código através do qual narrador e leitor são significados no decorrer da própria narrativa. Os signos do narrador parecem à primeira vista mais visíveis e mais ainda numerosos que os signos do leitor (uma narrativa diz mais frequentemente eu que tu). (BARTHES, 2009, p. 47)

O leitor modelo está implícito na própria narrativa do emissor. No livro organizado por Nelson Traquina (1993), é aprofundada a importância do talento jornalístico além da técnica ao produzir uma narrativa. O autor diferencia a construção de uma notícia diária de uma reportagem, pois esta última necessita de um enredo maior para compor o discurso, fazendo parte de uma cadeia de diversas notícias. Já a reportagem compõe um espaço maior na agenda do que matérias esporádicas sobre determinados assuntos, mesmo que sejam elas sobre economia e/ou política. O jornalista irá produzir o seu público através da narrativa empregada no discurso, na construção de uma história que aproximará o leitor do acontecimento, que está sendo transformado em notícia. A narrativa empregada pelo jornalista neste processo também é o que diferencia um mesmo acontecimento utilizado para construir matérias/notícias em mais de um meio de comunicação. Se apenas a técnica fosse aplicada, esta matéria noticiosa seria absolutamente igual nos meios que a publicaram.

Ao pesquisador e ao expectador, cabe o questionamento de qual a autonomia que o jornalista tem ao construir uma notícia, pois são diversos os fatores que podem interferir na sua narrativa. Isso porque devem ser considerados o modelo padrão do veículo de comunicação no qual o jornalista está vinculado, havendo também os patrocinadores e ainda o informante da notícia, que, na maioria das vezes, torna-se os próprios consumidores. Os veículos de comunicação também possuem uma história, uma tradição nas suas publicações, popularmente ditas como sendo a fama do mesmo e isso é algo sobre o qual procuramos nos inteirar ao pesquisar nos jornais, principalmente tratando-se de política o interesse do trabalho. Essas são algumas das possíveis interferências diretas ou indiretas que podem ocorrer no processo de construção narrativa de uma notícia.

Abrangendo também a década de 1960, Schudson analisa o período pós-II Guerra Mundial, tal qual a década que antecede a publicação original dessa obra referida, na qual ele ainda aborda a objetividade no jornalismo, porém com três aspectos importantes a serem destacados. São aspectos relevantes para a obra em si, mas também para a pesquisa que realizamos neste trabalho. Neste momento, há uma maior tomada de consciência por parte dos jornalistas sobre o controle que o Governo procurava exercer a respeito da informação que veiculava. Com esta tomada de consciência, havendo também a realização de pseudoeventos entre Governo e Jornais para repassar as informações, o jornalista percebe que apenas buscar a notícia já não é suficiente, pois não basta relatar um fato, é preciso interpretá-lo e dar a opinião sobre ele.

Esta postura mais crítica do jornalista, de acordo com Schudson, era motivada por estarem eles apresentando uma reação ao que era identificado em suas fontes. Essa mudança foi vista no meio jornalístico como um movimento social e cultural dessa categoria profissional, que se tornava cada vez mais interpretativa e menos relatora de fatos (SCHUDSON, 2010, p. 210-213). É possível identificar, nas matérias coletadas durante a pesquisa, o uso de advérbios que causam uma entonação maior para a informação que está sendo apresentada ao leitor. Palavras, como *finalmente*, no início de uma matéria na qual apresentar-se-ia alguma informação dada pelos governantes.

O terceiro ponto que o autor destaca é a busca por novas transformações no jornalismo que não tenham especificamente ligações com o mito da objetividade. Essas transformações surgiram na década de 1960 como um “novo jornalismo” – aspas colocadas pelo autor. Este “novo jornalismo” englobava mudanças ocorridas tanto na escrita, na forma como as reportagens eram dispostas e não só nos jornais, como nas revistas também, e um exemplo disso utilizado pelo autor é a Revista *Rolling Stone*. Abrangendo as novidades, está a figura do

repórter investigativo, porém, para este novo elemento do jornalismo, ainda não havia um método de trabalho firmado, bem como os investimentos neste modo de fazer jornalismo eram escassos na época.

Ainda sobre as transformações por que passou o jornalismo, é oportuno recorrer a Michael Schudson. Esse estudioso percorre o jornalismo americano e suas tradições bem como os impasses enfrentados ao longo de dois séculos. Apesar de majoritariamente utilizar o termo transformações no jornalismo, o autor explora através do aspecto da objetividade as alterações ocorridas na construção da notícia, que, conseqüentemente, exterioriza a mudança que acompanhou o jornalista ao longo dos anos – e ainda acompanha, poder-se-ia dizer. Juntamente com o surgimento do jornalismo moderno, observam-se as mudanças ocorridas na sociedade como um todo, desde a vida privada do indivíduo que teve um maior acesso à escolarização e, também, na vida pública, no sentido de que a população alfabetizada tornou-se mais participativa e inteirada dos acontecimentos, política e economicamente. Esse embasamento sobre o modelo americano é interessante para considerarmos o modelo opinativo francês, predominante, analisando as publicações sobre a política externa do Governo Geisel, na década de 1970, nos jornais pré-selecionados.

Na historiografia francesa, também é possível identificar em Patrick Champagne e Pierre Bourdieu reflexões acerca da expressão opinião pública. Champagne explora o verbete “opinião”, podendo ser ele expresso por qualquer indivíduo, seja ele instruído ou não. Em sua obra, o autor expõe sobre o que chama de modos legítimos de expressar a opinião pública, como institutos de sondagem e a sua relação com o político, considerando que seja a opinião pública a responsável por legitimar um regime democrático. A opinião pública pode ser expressa através da imprensa, ou também ainda, através de manifestações, lembrando que mesmo as manifestações são mediadas e sempre há líder e liderados.

Bourdieu (1982) contraria todas as expressões e significações de opinião pública expressas ao longo do seu trabalho. Para ele, a opinião pública não existe. Se em Champagne já se podia perceber que as sondagens não deixavam claro o que a dita opinião pública estaria realmente expressando, Bourdieu acrescenta que as sondagens estariam transmitindo resultados previamente programados, pois também se deve levar em consideração quem encomendou determinada pesquisa de opinião. Para apresentar resultados com eficiência, possivelmente uma sondagem deveria conter inúmeras possibilidades de resposta, mas não é esta eficiência que está procurando o contratante da pesquisa de opinião pública. Bourdieu apresenta que também

deveriam ser levadas em consideração as não-respostas. A imprensa estaria tal qual publicando informações reduzidas, objetivas, pois os jornalistas, visando à simplicidade, simplificam a mensagem.

Robert Darnton (1990) descreve com detalhes a rotina dentro de uma emissora. A tensão, os prazos, a hierarquia entre os jornalistas, o prestígio que uma boa matéria escrita pode proporcionar ao jornalista, do mesmo modo que uma matéria ruim pode fazê-lo perder este prestígio da noite para o dia. Através dos exemplos apresentados pelo autor, pode-se concluir quem é, em uma escala de prioridades, o seu modelo de leitor. Alguns dos principais exemplos são: seus colegas jornalistas dentro da própria emissora, os jornalistas das outras emissoras, os patrocinadores e os próprios informantes. Sendo a competitividade entre os pares tão acirrada, somada com a cobrança em cima do jornalista, é de levar-se em consideração estas influências na construção narrativa do discurso jornalístico.

Assim como Darnton (1990) já havia referido, Cristha Berger (1997) irá se inspirar para igualmente trabalhar o processo narrativo na construção de uma matéria. A matéria produzida precisa caber não apenas no espaço físico disponibilizado pelo diretor da redação, mas principalmente necessita caber dentro da ideologia do jornal, por exemplo, ou mesmo caber no que é desejável pelo patrocinador. Torna-se mais evidente o fato de não haver isenção na produção jornalística, uma vez que, em algum momento, o jornalista irá assumir uma posição no processo de ser um facilitador do conhecimento para o leitor, produzindo uma estória com a informação bruta recebida (BERGER, 1997). Neste processo de construção da matéria, há estruturas narrativas que já são consolidadas e, quanto melhor o jornalista dominar a técnica, mais repertório ele terá ao realizar o seu trabalho. O caráter inovador pode vir a causar uma certa estranheza entre os pares, e a inovação é tida como ruptura no fazer jornalístico.

A partir dessa asserção, os jornais escolhidos para oportunizar a realização da pesquisa obrigatoriamente foram dispostos a um levantamento de informações: a motivação do jornal em publicar matéria³² referente à parceria entre Brasil e China; o destaque e a abordagem dada ao assunto; a identificação do grupo responsável por sua publicação, no caso de ser uma matéria solicitada por terceiros; a análise de conteúdo da matéria, pois isso reflete nos aspectos visuais e de materialidade, identificando também o local de publicação nas páginas dos jornais, bem como se havia sequência ou não do assunto, com o intuito de identificar se o fato se enquadrava em uma questão de agenda.

³² Quando nos referimos a “matéria”, estamos mencionando-a no sentido amplo dos textos jornalísticos.

Para facilitar a organização das fontes, foi realizado um levantamento sobre quais jornais estariam à disposição para pesquisa. Ao selecionar a grande mídia que compõe este trabalho, foi feita, em um primeiro momento, a investigação de quais seriam os maiores meios de comunicação impresso da década de 1970. A partir dessa pesquisa, selecionamos os dois jornais que compõem esta dissertação: o *Jornal do Brasil* e o jornal *O Estado de São Paulo*. Após uma leitura inicial para a coleta do material a ser estudado, passamos então para a análise narrativa das publicações destes dois periódicos para tentar compreender a construção por eles realizada sobre a condução da diplomacia brasileira no caso da relação entre o Brasil e a China comunista assim que Geisel assumiu o Governo.

1.3.1 *Jornal do Brasil* e “*Estadão*”

Os dois jornais selecionados para esta pesquisa datam do século XIX, sendo dois dos mais antigos periódicos diários ainda correntes. Em sua trajetória, ambos enfrentaram crises, em períodos diferentes e por motivos distintos. O *Estadão*³³ surgiu em 1875 sob o nome de *A Província de São Paulo*, tendo como seus fundadores um grupo de republicanos, dos quais seus líderes eram Américo Brasiliense e Manoel Ferraz de Campos Salles. Tinham como diretrizes criar um diário para combater a monarquia e a escravidão. A família Mesquita iniciou seus trabalhos no jornal em 1885, com Julio Mesquita e, até os dias atuais, ainda pertence à família, tendo como presidente Francisco Mesquita Neto. No período em que analisamos, o responsável era Júlio de Mesquita Neto, que dirigiu o jornal desde 1969 até 1996, quando faleceu.

Não foi só o *JB* que teve o título de pioneiro na área jornalística, pois em 1876 *A Província* foi motivo de escândalo entre os pares por incorporar na sua equipe a figura do jornaleiro, um funcionário que saía a cavalo pela cidade divulgando as notícias do periódico diariamente. No final da década de 1870, teve seu primeiro anúncio colorido nas páginas do jornal. Somente em 1890, *A Província de São Paulo* passara a ter o nome de *O Estado de S. Paulo*, mesmo ano em que Julio Mesquita assume a direção do jornal, promovendo período de inovações e assumindo-se em 1895 como redator do mesmo. Essa foi a década em que a produção do jornal elevava bastante em virtude das notícias de guerra³⁴.

O *Jornal do Brasil* foi fundado em 1891 por defensores da monarquia, contrários aos republicanos, que acabaram por comprar o jornal em 1894, o qual passou então a pertencer a

³³ As informações sobre a história do jornal *O Estado de S. Paulo*, que remetem a sua fundação e demais características que formaram o histórico do periódico, foram retiradas diretamente do acervo *on-line* do Estadão, com acesso mediante assinatura. Acesso em: 08/10/2018.

³⁴ Naquele período, ocorria a Guerra de Canudos na Bahia, entre 1896 e 1897.

Mendes e Cia, mudando o foco do jornal – antes apresentava os conflitos políticos e então começou a abordar assuntos relacionados ao cotidiano da cidade, adquirindo a fama de “popular³⁵” por voltar-se para as massas (KRILOW, 2018). Em 1919, mais uma vez se modificaram os proprietários do *JB*. Em virtude de uma hipoteca sem condições de ser resgatada pela firma Mendes e Cia, o periódico passou a pertencer ao conde Pereira Carneiro, dando início a uma nova fase do jornal que duraria até a década de 1930. Esta fase caracterizou-se por uma recuperação econômica, reformulação na equipe com a presença de intelectuais de renome e posições políticas moderadas, evitando engajar o nome do periódico em campanhas políticas.

Contudo, na década de 1930, foi necessária uma nova reformulação que acarretaria em um novo apelido pejorativo para o periódico, o “Jornal das Cozinheiras”. Isso ocorreu devido à busca do jornal por estabilidade financeira, tornando em classificados as primeiras páginas do impresso e fazendo com que ele perdesse o prestígio informativo adquirido nos primeiros anos de Pereira Carneiro na diretoria do *JB* (RIBEIRO, 2007). Assim como Letícia Krilow (2018, p.57) bem destaca, as classes populares eram atraídas pelos classificados, ao mesmo tempo que o linguajar requintado chamava atenção das classes média e alta para o conteúdo informativo do jornal. Outro dado importante descrito pela autora sobre o *JB* e que também pode ser associado ao jornal *Estadão* diz respeito às características físicas do periódico. Ambos os jornais conservaram o formato *standard* até o século XXI, sendo que o *Estadão* ainda circula neste formato. Outra característica comum aos dois é o fato de concentrarem no primeiro caderno as matérias dedicadas aos assuntos nacionais e internacionais, bem como as matérias de opinião dos jornais contidas nas primeiras páginas – e são essas as páginas que interessam a esta pesquisa.

Na década de 1950, o Brasil passava por um momento de grande efervescência cultural. Os jornais passaram a se modificar, adotando critérios de qualificação profissional e também tentaram substituir o modelo francês – opinativo – pelo modelo norte-americano – mais objetivo e investigativo –, formando uma nova configuração para as páginas de notícia (COELHO, 2012). Aos poucos, as publicações foram ganhando imagens no corpo da edição, sendo que antes os editores se preocupavam apenas com a primeira e última página. O jornal *Estado de S. Paulo* demonstra características ideológicas liberais, é um periódico que representa a opinião

³⁵ “Durante toda essa fase, oscilando entre o sensacionalismo, a exploração de casos policiais, as campanhas populares e a crítica dosada de humor e ironia aos costumes e ao governo, o Jornal do Brasil se caracterizou como um órgão muito mais informativo do que de opinião. Essa preocupação com a informação de interesse popular foi alvo de crítica dos demais órgãos de imprensa, que chegaram a apelidar pejorativamente o jornal de “O Popularíssimo.” (FERREIRA e MONTALVÃO, Verbete CPDOC, p.5). Acesso em: 10/10/2018.

pública, além de ter uma efetiva atuação política, na qual o conservadorismo e elitismo são a tônica do jornal (CAPELATO, 1980). Apesar de o *Jornal do Brasil* ter surgido como monarquista, ainda no século XIX tornou-se defensor da República (KRILOW, 2018), levando consigo no decorrer de sua trajetória atributos de caráter católico e liberal-conservador, mesmo com as reformas realizadas³⁶.

No Rio de Janeiro, o *Jornal do Brasil* fez parte dos nove grupos da mídia impressa que apoiaram o golpe de 64, com reportagens que enfatizavam o caráter comunista³⁷ de Goulart (LARANGEIRA, 2014), assim como o *Estadão* também o fez em São Paulo. O *Jornal do Brasil*, conforme exemplifica Pedro Aguiar³⁸, não conta com nenhum correspondente fixo no exterior desde o início do século XXI, mas, quando necessário, destina algum jornalista em viagens como um enviado especial (AGUIAR, 2008, p. 36). Mas as mudanças no *JB* não ocorreram, na segunda metade do século XX, apenas na organização de pessoal da sua redação e, nem sempre, foram em virtude de cortes de despesas. O *Jornal do Brasil* foi pioneiro em mudanças estéticas do jornal, desde inovações no equipamento do *JB* por outros mais modernos³⁹ até à inserção de um Suplemento Dominical e um novo *design* para as páginas.

O responsável pelas inovações estéticas no *Jornal do Brasil* foi Amílcar de Castro, que trouxe a diagramação em “L”, criando um contraste entre fotografia e notícia e, também, foi dele a ideia de excluir o “fio” que dividia as notícias. A autora atenta para o fato de o *Jornal do Brasil* ter se tornado, nas suas palavras, “um celeiro de repórteres”, sendo um dos mais respeitados veículos da imprensa do país (COELHO, 2012, p.111). Retornando para o assunto de jornalismo internacional, Pedro Aguiar ressalta mais um diferencial do *JB* em relação aos outros jornais, pois teve, no final da década de 1950, os assuntos do noticiário estrangeiro organizados sob a forma de uma editoria.

Tomei gosto pelas questões internacionais com essa experiência na Europa e, quando retornei, participei da reforma do *Jornal do Brasil* e assumi a editoria Internacional do *Jornal do Brasil*, que foi a primeira – digo isso com toda sinceridade e sem constrangimento – com caráter de editoria. (NEWTON CARLOS *apud* AGUIAR, 2008, p. 39-40)

³⁶ No acervo *on-line* do CPDOC, é possível encontrar diversas informações sobre a imprensa em geral. Entre os arquivos, há um excelente verbete produzido por Marieta de Moraes Ferreira e Sérgio Montalvão, através de diversas fontes, sobre a trajetória do jornal do Brasil.

³⁷ É necessário enfatizar que esta era a visão dos jornais sobre Goulart, pois o mesmo não era comunista e, sim, capitalista.

³⁸ Importante ressaltar que AGUIAR não é historiador, sua formação é na área do jornalismo.

³⁹ Conforme REIS (2018), a modernização dos equipamentos do *JB* ocorreu em 1956, após o retorno de uma viagem feita ao exterior pela Condessa Perereira Carneiro, então proprietária do jornal, trocando maquinários e reformulando suas páginas.

Aguiar faz uso desta citação para exemplificar a importância do *JB* entre as outras editorias, que também são citadas no seu trabalho. Em contraste com o início do século XXI, na década de 1980, posterior ao período analisado nesta pesquisa, o *Jornal do Brasil* e também *O Estado de São Paulo* contavam com quase 10 correspondentes no exterior, mas com privilégios para notícias relacionadas aos Estados Unidos e também na Europa Ocidental (AGUIAR, 2008, p. 40). É importante destacar que as agências de notícias, as quais forneciam informações para a imprensa, eram sinônimo de padrão, segurança e comodidade. Ana Paula G. Ribeiro analisou o mito da objetividade e a implantação do modelo norte-americano de fazer jornalismo⁴⁰. Apesar de definir a objetividade como um mito, a autora ressalta que a imprensa adquiriu legitimidade através deste atributo (RIBEIRO, 2007, p.17).

Uma consequência importante da “tecnização” e padronização do texto jornalístico foi o deslocamento do foco enunciativo do redator para o veículo, e a consequente transferência do juízo crítico do repórter para o jornal. Ou seja, houve um processo de institucionalização da opinião, na medida em que se passou a ser um corolário da empresa (RIBEIRO, 2007, p.226).

Por estar compondo a imagem do jornal e atribuindo a ele uma opinião, como grupo ou veículo informativo, podemos atrelar a isso o fato de a rigidez na composição de uma matéria ser tão grande, para que se mantenha dentro da técnica padrão. Sendo assim, quando um jornalista resolve escrever de forma diferente, causa estranhamento entre os seus colegas. Foi assim que os profissionais com formação universitária ganharam maiores possibilidades de trabalho do que os antigos jornalistas de renome, pois o que interessava era compor uma matéria conforme o que o periódico desejava e não em fornecer a opinião de determinado jornalista. Instituiu-se a função do *copy desk*, funcionário redator responsável por colocar as matérias dentro do padrão desejável (RIBEIRO, 2007).

1.3.2 Os anos 1970 na imprensa

Uma maneira de tentar controlar o fluxo de informações, também citadas por Pedro Aguiar no segundo capítulo de sua monografia, são as técnicas de agendamento e *gatekeeping*, desenvolvidas a partir da década de 1970. Os acontecimentos são selecionados pela imprensa, que também faz o controle de por quanto tempo determinados assuntos estarão em pauta.

⁴⁰ Marialva Barbosa é a responsável pelo prefácio da obra e descreve que, na sua visão, “O que se procura construir naquele momento é a autonomização do campo jornalístico em relação ao literário, fundamental para a construção da legitimidade da própria profissão. Assim, as reformas dos jornais da década de 1950 devem ser lidas como o momento de construção, pelos próprios profissionais, do marco-fundador de um jornalismo que se fazia moderno e permeando por neutralidade fundamental para espelhar o mundo. A mítica da objetividade – imposta pelos padrões redacionais e editoriais – é fundamental para dar ao campo lugar autônomo e reconhecido, construindo o jornalismo como a única atividade capaz de decifrar o mundo para o leitor” (RIBEIRO, 2007, p.9).

Nelson Traquina (2000) faz uma análise da teoria do agendamento e manipulação, mas não no sentido perverso de manipular o outro, e, sim, de um detentor da informação que está ditando uma agenda. Em se tratando de política, podemos dizer que nem sempre será o próprio jornalista a ditar essa agenda, mas sim a sua fonte, o seu fornecedor de acontecimentos a serem transformados em notícias.

Não eram – e não são – só os jornalistas que possuíam uma agenda, os políticos também a têm e isso reflete no conteúdo midiático, que por vezes repassa ao leitor/ouvinte os planos que o presidente, por exemplo, tem para os próximos dias ou semanas. Mas é importante ressaltar que esta agenda é algo abstrato e quem a controla é quem detém a informação. O governo do presidente General Ernesto Geisel, ocorrido na década de 1970 – período em que o Estado ainda fazia interferências diretas sobre o que era divulgado na imprensa, devido à censura, como vimos anteriormente –, foi um governo que renovou a agenda de relações internacionais do Brasil, tornando-a mais abrangente. Geisel buscava uma diversificação de parcerias, visando a uma maior independência política e econômica (VIZENTINI, 2004). E os periódicos trabalhados aqui mostraram isso, acompanharam as movimentações antes, durante e depois da parceria ser estabelecida, como foi possível identificar na relação entre Brasil e China. Desta forma, é necessário pensar no jornal pesquisado e criar comparações, identificando os assuntos que dominam o jornal bem como a sua construção narrativa.

Outro ponto de vista sobre esta abordagem de agendamento é o trabalhado por Sônia Meneses (2016), no qual a autora analisa o caso do golpe de 64 e a *Folha de São Paulo*. Sua intenção é discutir o acontecimento e a sua representação na construção de uma memória, como sendo uma monumentalização inserida na longa duração. Portanto, seus questionamentos remetem à atuação social dos meios de comunicação e efetivação de eventos emblemáticos na contemporaneidade (MENESES, 2016, p.18). No caso da autora, o evento foi o golpe e o meio de comunicação foi o jornal *Folha de São Paulo*. Meneses apresenta que esta monumentalização se dá através dos processos de resignificação de um acontecimento no tempo e na cena pública, produzidos pelo periódico através de vários momentos de retorno ao acontecimento. Essa organização nada mais é, em outras palavras, do que uma agenda gerada pelo jornal em questão ou por quem estivesse por trás dele. Sônia Meneses também analisa, no mesmo trabalho, que, a partir dos anos 1970, aconteceu uma virada desta construção de memória através do periódico, considerando a realidade do momento e a temática, pois, se em um período havia o interesse de se aproximar de determinado acontecimento, em outro já não há o mesmo interesse.

Maria Aparecida de Aquino analisa um período menor (1968-1978) do que Meneses e faz uso de dois periódicos em seu trabalho, sendo um deles o *Estado de S. Paulo*⁴¹. A temática da autora gira em torno da questão do Estado autoritário interferindo na Esfera Pública – assunto do próximo capítulo – através de censura imposta à imprensa. O período selecionado para o trabalho de Aquino é tal qual o de vigência do AI 5 que, conforme mencionamos anteriormente, foi o marco de maior censura e repressão na ditadura civil-militar e que acabou por dar a tônica do trabalho da imprensa na década de 1970. A autora destaca que, com a liberalização da censura, há uma ruptura nessa linha de trabalho.

Conforme apresentamos no início do capítulo, o General Ernesto Geisel não estava de acordo com a chamada linha dura do regime, seja para assuntos internos seja para os de política externa também. A questão da repressão e da violação dos direitos humanos era algo que refletia nas suas relações externas, como a parceria com os Estados Unidos, que questionavam as ações empregadas aqui no Brasil. Era um fato que não estava de acordo com a política externa de Geisel, a qual prezava pela não interferência em assuntos internos nas suas relações exteriores. Isto interessa para este subcapítulo em virtude de melhor contextualizar o que acontecia no período, pois, com a entrada de Geisel na presidência da república, há uma maior liberalização da censura, mas isso não ocorre no primeiro ano do mandato.

Conforme Aquino (1999), a censura no período ocorria de diversas maneiras, podendo ser empresarial ou política – forma que ela analisa. Havia casos de autocensura realizadas pela imprensa, através de um acordo entre Governo e Jornal⁴², no qual a empresa mesma era responsável por restringir suas ações e discurso narrativo nas páginas do periódico. Além disso, a censura ocorria por meio de “bilhetinhos” enviados pelo Governo à emissora de comunicação e, quando, mesmo assim, a censura era ignorada, ocorria censura nas gráficas e também por boicotes financeiros de investidores. Ou seja, na década em questão, assim como todo o período em que os militares estiveram no poder, a tensão entre Governo e Instituições midiáticas era constante, e, devido à censura, na visão da autora, a imprensa era tida como um instrumento de dominação de classes.

⁴¹ No acervo *on-line* do *Estadão*, os destaques da década de 1970 estão para a já comentada censura que havia sido intensificada a partir de 1968 e também para o fim dela, o que ocorreu na ocasião da comemoração do centenário do jornal *O Estado de S. Paulo* em 1975. Outros destaques vão para a criação da Agência Estado – em funcionamento ainda nos dias de hoje – e do estúdio da rádio Eldorado, além de um prêmio de grande importância para o período concedido ao *Estadão*, chamado de Pena de Ouro para a Liberdade, concedido pela Federação Internacional dos Editores de Jornais para a empresa que tenha destaque na luta pela liberdade de imprensa. Como é sabido e passível de consulta, o jornal publicava receitas de bolo, trechos de poesia de Luiz de Camões, entre outras publicações, toda vez em que o jornal era alvo dos censores, como uma forma de protesto. Acesso em: 08/10/2018.

⁴² Letra maiúscula em Jornal por estarmos nos referindo a ele como Instituição jornalística.

Sobre essa questão da interferência de determinados setores na cena pública, é importante mencionar o trabalho de Jürgen Habermas sobre a esfera pública, publicado na década de 1960. Nesta obra, o autor pondera sobre a constituição de uma esfera pública burguesa. Habermas faz uma diferenciação entre esfera pública, privada e íntima. A primeira é composta por pessoas privadas, a burguesia, que se relaciona entre si como um público. Esta esfera tem origem nos antigos salões e cafés, onde as pessoas de posses se reuniam, fazendo uso da literatura e da arte como mercadoria e esta esfera pública literária foi caminho para a esfera pública política. A esfera privada é a esfera do mercado e a esfera íntima é a da família. Para o autor, “a linha entre a esfera privada e a esfera pública passa pelo meio da casa” (HABERMAS, 1984, p. 62), ou seja, pelo meio da esfera íntima⁴³.

O autor traça a ideia e a ideologia da esfera pública burguesa, fazendo uso de conceitos apresentados por Kant, Marx, Hegel, Mill e Tocqueville, Habermas inicia pormenorizando as diferenças entre opinião, opinião pública e espírito público. Sendo opinião algo privado e sem certezas, espírito público é uma pré-disposição a sacrifícios por sujeitos individuais e, finalmente, opinião pública é a opinião verdadeira, que pressupõe homogeneidade de opiniões, prezando pressupostos educacionais e de propriedade privada. Segundo o autor, “o autoentendimento da função da esfera pública burguesa cristalizou-se no topos da “opinião pública”” (HABERMAS, 1984, p. 110), quer dizer, dos indivíduos detentores de posse e educação que integravam esta esfera.

Como veremos na sequência dos capítulos, a postura dos Jornais altera-se perante as informações a serem noticiadas. Esta mudança pode ser vista através da narrativa dos periódicos, em diferentes momentos. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, possui estas evidências narrativas bem delineadas, indo de postura neutra à crítica, o que era possível por haver um clima de maior abertura política no final da década de 1970. Suas críticas pairavam sobre o fato de o presidente ter ampliado o controle do poder decisório em suas mãos, reduzindo a pressão do empresariado⁴⁴. O *Jornal do Brasil* foi defensor da liberalização e também sofreu boicotes econômicos devido a sua tomada de posição contrária ao governo em determinadas ocasiões. Situação atrelada ainda à questão da censura, tão em evidência no período e que era um dos

⁴³ A esfera privada vai sendo reduzida apenas ao círculo familiar e, assim, ocorre também a decadência da esfera pública, na qual o público vai sendo transformado em massa. O papel da imprensa está em tentar mediar esta massa populacional com a esfera pública, modificando a participação das notícias políticas em seus jornais, trazendo matérias mais no estilo *news stories*, principalmente nos jornais diários e de uma forma mais avançada nos chamados novos mídias (HABERMAS, 1984, p. 200-201).

⁴⁴ Arquivo *on-line* do CPDOC. Verbete produzido por Marieta de Moraes Ferreira e Sérgio Montalvão sobre a trajetória do jornal do Brasil.

maiores instrumentos de poder do governo para ter controle daquilo que circulava na imprensa. Na sequência, vamos trabalhar com esta relação entre imprensa e Estado no espaço público, através dos jornais por nós selecionados, podendo identificarmos melhor a situação desta relação através das matérias produzidas sobre a política externa e analisando o caso da parceria entre Brasil e China configurado no período.

2. NEGÓCIO DA CHINA

A expressão popular “Negócio da China” intitula o nosso capítulo por todo o sentido que ela representa de “um negócio vantajoso”, expressão que também era usada em anúncios de mercadorias encontrados nas páginas do *Jornal do Brasil*⁴⁵, no período pesquisado, mas que, na sua maioria, antecederam o estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, que é o foco deste capítulo. Se for realizada uma rápida pesquisa, encontra-se relacionado à origem da expressão desde o tempo das viagens de Marco Polo⁴⁶, que, ao fazer a descrição dos lugares que visitava, atraiu o interesse de europeus, por exemplo, que buscavam maneiras de enriquecer o comércio. Neste capítulo, o que notamos é semelhante, pois os eventos selecionados para a análise, nos periódicos, têm justamente o propósito de expandir o comércio internacional.

Nosso interesse está em aprofundar a construção narrativa que a imprensa, aqui representada pelo *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo*, fez sobre a parceria que se anunciava no início do Governo Geisel, tendo como eventos-chave de pesquisa a posse do General presidente e também a viagem realizada em missão à China menos de um mês após assumir o governo. Consideramos a formação e defesa de uma “opinião pública⁴⁷” por parte dos periódicos, ora em comum acordo com o governo, ora questionadora. As diferenças aparecem não somente entre as duas empresas jornalísticas, como é possível observar, em menos de dois meses de governo, a abordagem individual dos jornais manifestou oscilação.

Assim como os moldes habermasianos apresentam, é de grande importância ao leitor saber que o conceito de opinião trata de reputação, de considerar aquilo que se é colocado e que está na opinião do outro. Conforme o dicionário, é um substantivo feminino que significa a maneira de pensar, de ver e de julgar.

⁴⁵ No jornal *O Estado de São Paulo*, não identificamos, durante a parte de coleta de material para a pesquisa, propagandas que mencionassem produtos sendo vendidos e que fizessem referência à China. Já no *Jornal do Brasil*, há uma série de publicidades e propagandas, desde produtos que não tenham nada a ver com a China, mas se utilizam da expressão “Negócio da China”, como pacotes de viagens para aquele país, publicidades estas que se intensificam na medida em que avançam as relações entre os dois países.

⁴⁶ Sobre isso, ver uma série de livros que tratam sobre suas viagens, as quais inspiravam outros viajantes a explorar determinados locais, entre eles, a China.

⁴⁷ Apesar de a expressão parecer significar algo grandioso, remetendo às massas, defendemos neste trabalho que esta influência vinha de grupos menores. Conforme Champagne “[...]até o início dos anos 60, os estudos sobre a opinião que eram efetuados pelos especialistas da ciência política partiam de alguma forma da definição – dominante, na época, do ponto de vista social – da opinião pública: em grande parte, incidiam sobre os “grupos de pressão” e consistiam no estudo das estratégias dessas minorias ativas e organizadas (lobbies) que tentavam influenciar as instâncias políticas (Parlamento e governo) ao fabricarem, em particular, por meio de campanhas de imprensa, movimentos de “opinião”, mais ou menos artificiais.” (CHAMPAGNE, 1998, p.81)

Ainda Habermas⁴⁸ discute a questão de uma mudança estrutural na esfera pública, preocupando-se com o dilema do intervencionismo. Se o Estado intervém, ele perpassa a esfera pública. Porém, as empresas também são uma ameaça, pois, no momento em que elas controlam a economia, vão tentar controlar a esfera pública e também interferir na esfera política. Há, nesse contexto, uma mudança entre produtor e consumidor, ocorrendo uma ampliação neste último, principalmente em relação à cultura. Habermas fala em publicidade, propaganda e manipulação culturais utilizadas pelos setores políticos e econômicos para envolver os indivíduos.

A opinião pública provém das pessoas instruídas e se expande “principalmente entre aquelas classes que, quando atuam em massa, constituem o que prepondera” /50/. Certamente aí não pertencem “as classes mais baixas do povo”, os sans-culottes, pois, sob a pressão da necessidade e do trabalho, não tem disposição nem oportunidade “de se preocuparem com coisas que não concernem de modo imediato o seu bem-estar corpóreo” /51/. (HABERMAS, 1984, p. 125-126)

Por vinte e um anos, o Brasil esteve sob esteve sob um regime autoritário, governado por militares. É tradicional pensar em uma influência que a política tem em relação à imprensa nesse período, em virtude do golpe militar ocorrido em 1964, ao passo que a imprensa sofreu deveras retaliações acerca do que era publicado pela mídia em geral. Tendo em vista o significado de público como um conjunto de indivíduos, com suas vidas privadas e pertencentes a uma sociedade, relacionando-se econômica e politicamente, sob uma constante influência de setores empresariais e estatais detentores do poder, a realidade de uma “opinião pública” ainda é algo a ser questionado. E, considerando que ela exista, teria ainda que ser investigado de que indivíduos ela é composta, pois, como evidenciamos no trecho citado de Habermas, alguns cidadãos não dispõem de tempo para lidar com assuntos que não digam respeito exclusivamente ao seu bem-estar, ao mesmo tempo que nem todos se interessam pelo que ocorre mundo afora, preocupando-se apenas com o seu círculo social. Visto que os acontecimentos publicados na cena pública são meticulosamente escolhidos de acordo com interesses privados, analisaremos aqui a sua repercussão na mídia impressa selecionada.

Com base no artigo de Bourdieu mencionado no primeiro capítulo, podemos refletir de uma maneira ampla sobre o papel de cada indivíduo na sociedade, desde a sua representação individual e o papel que ele exerce na economia e na política, até o inverso, de como as

⁴⁸ Habermas expõe a visão daqueles intelectuais mencionados no primeiro capítulo, sobre a questão da opinião pública, cada qual com seu ponto de vista. Kant considera que os filósofos são os mais qualificados para serem porta-vozes da opinião pública, e isso pressupõe um uso público da razão, uma necessidade racional dos atos do poder serem públicos. Hegel e Marx discordam da visão de Kant, pois, para eles, isso não é opinião pública, mas apenas a opinião de um público, sem constituir unidade. Mill e Tocqueville questionam a explicação dos três anteriores, em favor de um senso comum mais realista, ampliado através da imprensa, sendo a opinião pública apenas uma força entre outras forças e as massas sem serem ouvidas. Habermas conclui, por fim, que a esfera pública se amplia enquanto esfera, esvaziando o setor privado (HABERMAS, 1984, p.168).

instituições políticas, o Estado e também as empresas podem interferir na vida privada do homem. Em meio a esses aspectos, temos também o papel da imprensa e, com ela, também a expressão “opinião pública”. É uma imprensa que foi conquistando o seu espaço, construindo um público leitor cativo e com ele os patrocinadores interessados nesse público. E é ainda uma esfera pública que foi sendo ampliada e tendo o seu caráter de público misturado entre setores da sociedade, reduzindo o privado.

O questionamento que fica é o seguinte: como pensar uma “opinião pública” em meio a tantas demonstrações de poder político, social e econômico? Seria realmente possível haver uma opinião que deveras represente algo unificadamente? Podemos dizer que esses poderes estão difundidos nos diversos meios de comunicação, tentando cativar o indivíduo, assim como o jornal o fez para construir o seu público leitor.

2.1. A POSSE DO PRAGMATISMO RESPONSÁVEL E ECUMÊNICO

Desde que o General Ernesto Geisel iniciou as preparações para o seu governo, esperava-se que, com Geisel, viriam muitas transformações, principalmente na área política. Seu discurso⁴⁹ de posse é comparável ao do presidente Garrastazu Médici, que o antecedeu, porém ambos diferem consideravelmente dos dois primeiros presidentes da ditadura civil-militar instaurada em 1964. A questão do apelo a Deus, a Nação⁵⁰ e a união do povo brasileiro era unânime em todos. O terceiro e o quarto presidente da ditadura destoavam no aspecto de ressaltar um maior interesse em se relacionar economicamente em caráter mundial e também sobre o fator ideológico⁵¹ não ser motivo de empecilho nestas relações.

Essa postura ficou evidenciada principalmente com Geisel e o ministro Azeredo da Silveira, que nomearam sua política externa de pragmática, responsável e ecumênica. Como já citamos no capítulo anterior, isso fazia dela uma política dita livre de compromisso ideológico, mas responsável por controlar quem eram os seus agentes⁵². Assim como se anunciava no discurso e também como é abordado pela bibliografia especializada, os jornais também mostravam em suas páginas os sinais de uma transformação no modo de agir do governo que

⁴⁹ Discursos do Ex-Presidente General Ernesto Geisel estão disponíveis na biblioteca *on-line* da presidência: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel> Acesso em: 01/12/2017.

⁵⁰ O termo Nação tem seus primórdios na Revolução Francesa, no final do século XVIII. Não cabe estender a discussão para os propósitos deste trabalho. Sobre isso ver: ANDERSON, Benedict; FICHTE, Johann G.; RENAN, Ernest; SMITH, Antony; e outros.

⁵¹ Não cabe estender a discussão para os propósitos desta pesquisa.

⁵² Sobre isso ver: PINHEIRO, 1993.

estava assumindo o poder, mesmo que de maneira incerta e especulativa, pois não havia nenhuma data marcada para que as mudanças ocorressem.

No jornal *OESP*, foi publicado um texto de opinião⁵³ da editoria do jornal⁵⁴, intitulado “Chegou a hora das definições” no dia que se seguiu a posse de Geisel. No texto, consta que

[...] Um governo que assume tem sempre de si um espaço em branco a ocupar, toda uma área de poder a ser exercida. E, nas mudanças, não se trocam apenas os homens, mas também os estilos. Ora, todas as indicações coincidem na de que estamos às vésperas de uma profunda transformação, de dimensões que não podem ser precisamente avaliadas e que reclamarão tempo para que possam ser analisadas.⁵⁵

O periódico ressalta ainda no mesmo texto, na sequência, a demonstração de uma postura forte por parte do presidente recém-empossado, que comandaria o governo sem delegar suas decisões para outros representantes do governo.

Enquanto o *OESP* assim se manifestava, o *Jornal do Brasil* optou por destacar a fala do próprio Ministro do Exterior Azeredo da Silveira, neste mesmo dia, em uma notícia⁵⁶ composta de uma foto acima do título “Silveira quer fortalecer relações com a A. Latina”, na editoria que trata sobre a sucessão presidencial. Apesar de o título estar destacando a América Latina, na notícia em si, ela é mencionada apenas no primeiro e no último parágrafo. A essência do conteúdo volta-se para o tema das mudanças necessárias no rumo da política externa, também explorando os aspectos das transformações que se esperavam do novo governo. A narrativa do escrito assinala, a respeito da fala do Ministro, que, no momento atual (1974), o Brasil não poderia ficar alheio às outras nações, sendo o seu intuito desenvolver-se e adquirir maior representatividade no plano internacional⁵⁷.

Para Geisel, o desenvolvimento nacional estava conectado diretamente à capacidade energética⁵⁸ e, esse foi um tópico recorrente no seu governo, sendo inclusive um dos motivos de impasse entre Brasil e Estados Unidos na ocasião em que ocorreu o Acordo entre Brasil e

⁵³ “Chegou a hora das definições”, *O Estado de São Paulo*, 16 de março de 1974, p.3, editorial.

⁵⁴ Conforme KRILOW(2018) analisa, mencionando as definições sobre os jargões jornalísticos feitas por Aguiar, considera-se “editorial como o espaço privilegiado, mas não único, de expressão do que deveria ser considerado o ponto de vista oficial do jornal e/ou da redação, é um texto analítico que não possui assinatura”. AGUIAR, Rafe. *Dicionário Jornalístico: entenda todos os jargões. Coisas de Jornalista*, 2016. *apud* KRILOW, L. S. W. **Cidades de papel**: as representações sobre as favelas na imprensa carioca durante o segundo governo Vargas (1951-1954). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2018.

⁵⁵ “Chegou a hora das definições”, *O Estado de São Paulo*, 16 de março de 1974, p.3, editorial.

⁵⁶ “Silveira quer fortalecer relações com a A. Latina”, *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1974, p.13, 1º caderno.

⁵⁷ Em entrevista, Geisel falou a respeito da política externa dos governos anteriores, que, na sua opinião, servia demasiadamente aos interesses dos Estados Unidos. Essa era uma atuação que Geisel desejou mudar, segundo sua entrevista, para buscar mais independência, projetando-se para outros países e na medida do possível tratar os EUA de igual para igual (D’ARAÚJO&CASTRO, 1997, p.335-336).

⁵⁸ Na mesma entrevista, Geisel, ao ser questionado sobre como se projeta o desenvolvimento de um país, entre outros aspectos, menciona que “[...] Outro setor prioritário era o de energia elétrica. Um país que não tem energia elétrica não pode crescer, não pode se desenvolver, inclusive na zona rural. A energia elétrica é um insumo industrial, mas também social.”. (D’ARAÚJO&CASTRO, 1997, p.302)

Alemanha sobre a energia nuclear. Shigeaki Ueki⁵⁹ era o responsável escolhido pelo então presidente para o Ministério de Minas e Energia. Nesse contexto, um projeto que já estava em negociação antes do mandato de Geisel era a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada no Rio Paraná e que faz a fronteira entre Brasil e Paraguai, resultado de uma parceria entre os dois países. A construção da Usina foi iniciada no segundo ano do Governo Geisel, mas sua inauguração foi realizada somente no final do Governo seguinte.

Outra fonte de energia, porém não renovável, e que gera crises que repercutem mundialmente é o petróleo. Uma das crises ocorreu em 1973 e produziu impacto ainda no período do Governo aqui em análise, o que também refletiu no fim do “milagre econômico⁶⁰”, com elevação da inflação e redução dos investimentos. Apesar de termos a Petrobras⁶¹ criada na década de 1950, quando o Brasil era governado por Getúlio Vargas e ela ser uma das empresas que possui maior distinção mundial, somente nos anos 2000, o Brasil alcançou a autossuficiência de petróleo, sendo necessária à sua importação a fim de suprir as necessidades nacionais.

A explanação feita acerca do princípio do Governo Geisel e também sobre a questão energética, a qual é deveras interessante para a compreensão do destaque dado pela imprensa à parceria entre Brasil e China, lembrando que as informações que a ela chegavam vinham, na sua maioria, de fontes oficiais do Governo, conforme os periódicos costumam ressaltar, todavia ainda tivessem suas matérias fiscalizadas pelos censores que trabalhavam em prol do Governo naquele período, como vimos no capítulo anterior. Embora nenhum dos Atos, Tratados e Acordos entre Brasil e RPC utilizados nesta pesquisa trate sobre assuntos relacionados ao petróleo, na imprensa houve bastante repercussão à possível negociação, conforme veremos mais à frente. Entretanto, a abordagem realizada pelos periódicos aqui analisados difere uma da outra, o que é natural considerando que o público – fora as próprias fontes oficiais do Governo – possivelmente difere um do outro, apesar de não ter sido possível especificar quem eram os leitores destes jornais no presente trabalho. Mas não queremos com isso dizer que as informações foram manipuladas, no sentido perverso que comumente se atribui à palavra, pois conforme CHAMPAGNE,

Seria ingênuo acreditar que a imprensa produz, por si só, de forma totalmente arbitrária e manipuladora, os “acontecimentos”. Na realidade, trata-se de uma produção coletiva: os jornalistas são apenas seus agentes mais visíveis e, ao mesmo

⁵⁹ Após o mandato do presidente Geisel em que Ueki foi ministro de Minas e Energia, no mandato de Figueiredo, Shigeaki Ueki foi presidente da Petrobrás.

⁶⁰ Foi a denominação dada para o período do Governo Médici (1969-1973) em que a economia cresceu rapidamente.

⁶¹ Antes de ser presidente da República, Geisel foi presidente da Petrobras. Seu histórico na carreira política ainda inclui a refinaria de Cubatão e o Conselho do Petróleo.

tempo, os mais bem ocultos. Seja qual for a maneira, positiva ou negativa, como falam a respeito, existem “acontecimentos” que não podem deixar de ser relatados pelos jornalistas sob pena de dilapidarem seu capital de credibilidade; nem podem inventar seja lá o que for como “acontecimento” sob pena de perderem precisamente seu próprio poder de criação de eventos. É na relação entre o campo⁶² da imprensa e os diferentes campos sociais que se engendram os “acontecimentos”. (CHAMPAGNE, 1996, p.224)

Portanto, a forma com que o jornal produz o material a ser veiculado é que irá formando, com o tempo, a sua credibilidade informativa. O que se pode afirmar, em relação ao público, é que cada periódico possui leitores cativos⁶³, estejam eles interessados em notícias sobre política, esporte, cultura ou outras temáticas. Partindo desta ideia e levando em consideração que os jornais se dizem representantes da chamada “Opinião Pública⁶⁴”, um ponto que norteou o pensamento desta pesquisadora durante a “leitura flutuante⁶⁵” nos periódicos selecionados foi que a realidade desta “opinião pública” é algo a ser questionado, pois, através da sua narrativa, pode-se perceber que há uma determinada tomada de posição frente às negociações que estavam surgindo entre o Brasil e a República Popular da China naquele momento, o que pode ser identificado através do uso de advérbios e adjetivos, por exemplo, na narrativa dos jornalistas que usam essa estratégia na tentativa de criar uma imagem específica ao leitor. Sendo assim, defende-se a ideia de que não há uma representação uma por parte da imprensa que se diz defensora da “opinião pública”. Então, a quem estariam eles se referindo como “opinião pública”?

Para iniciar essa discussão, vamos refletir acerca do que foi veiculado sobre a relação entre o Brasil e a China comunista no período em que Geisel estava recém assumindo a administração do país. Sua posse ocorreu na metade do mês de março de 1974, como mencionamos anteriormente, e desde o início daquele mês os dois jornais já comentavam sobre o contato entre os países. O *OESP* publicou já no dia 7 de março uma nota⁶⁶ com informações segundo as quais, no mês seguinte, estaria indo para a China uma missão comercial brasileira, com o intuito de “incrementar as vendas” para aquele país, o que estaria sendo considerado pela AEB um mercado de “forte potencial”. A nota⁶⁷ acima desta informa sobre uma fala do ministro

⁶² Um autor que aborda as noções de campo é Pierre Bourdieu, mas não aprofundaremos este conceito no decorrer deste trabalho.

⁶³ Ver: CHARADEAU, Patrick; 2013.

⁶⁴ CHAMPAGNE (1996) comenta sobre esta questão da mídia e a “opinião pública”, ressaltando que “Por profissão, os jornalistas tornar-se-ão “líderes de opinião”: exprimem sua opinião que pensam ser também a opinião de seus leitores e essa opinião pré-ajustada ao público, lida pelos leitores, tende a tornar-se a opinião dos leitores e, por consequência, um importante componente do que é percebido como “opinião pública”.” p.71

⁶⁵ Etapa própria da Análise de Conteúdo, na qual esta pesquisa se inspira.

⁶⁶ “Economia - Missão”, *O Estado de São Paulo*, 07 de março de 1974, p.3.

⁶⁷ “Economia - Exportação”, *O Estado de São Paulo*, 07 de março de 1974, p.3.

Delfim Netto⁶⁸ que ocorreu na Associação de Comércio Exterior do Brasil, na qual o destaque foi para o “papel decisivo das exportações para o fortalecimento do poderio nacional”. Ambas as notas são complementares e remetem para notícias que discorrem sobre elas no interior do jornal, relacionando uma necessidade para o desenvolvimento, conforme a exposição do ministro, a uma possível solução preventiva que demonstra o fato de os exportadores já estarem atentos para a importância da questão, embora já ser natural a um comerciante explorar suas possibilidades de melhora nos negócios.

A notícia⁶⁹, à qual a nota fazia referência e com um título em letras garrafais no topo da página, indicava a China como sendo “a melhor alternativa para aumentar as exportações brasileiras”, nas palavras do próprio presidente da AEB. No texto é ressaltado que Giulite Coutinho “nada adiantou sobre a possibilidade” de um representante do governo integrar a missão, juntamente com os exportadores que estariam indo nesta viagem comercial, em caráter avaliativo. O *Estadão* assinala que o objetivo central da missão é “dar continuidade aos entendimentos” do ano anterior. Esta era a segunda missão comercial organizada pela AEB para a China, sendo que a primeira ocorreu em outubro de 1972, um ano após a China ter tido a sua entrada na ONU, tendo o Brasil votado contra⁷⁰.

Já o *Jornal do Brasil* havia publicado, no dia anterior a esses textos do *Estadão*, uma notícia⁷¹ em editoria que versava sobre política e governo, e nesse texto o foco eram as visitas que estavam ocorrendo por parte de autoridades governamentais e principalmente sobre os ministros que faziam parte do Governo Geisel e já estavam mantendo contato direto com o presidente. O ministro Azeredo da Silveira recebeu destaque nesta notícia, em dois momentos, sobre o mesmo assunto. Primeiramente, havia o relato de todos que estiveram com Geisel no dia anterior, mencionando Silveira e, ao final desta primeira parte, segundo o escrito, ao ser questionado por um repórter sobre o reatamento da relação entre Brasil e China, o ministro respondeu que “ainda é cedo para pensar no assunto”. Após falar sobre os outros visitantes e também informar que nenhum dos ministros estaria dando informações sobre o futuro do Governo, o jornal volta a abordar sobre as questões de política externa, ressaltando

⁶⁸ Delfim Netto desempenhou vários cargos no período da ditadura civil-militar, sendo Ministro da Fazenda (1967-1974) – período no qual ocorreu o AI-5 e tendo o nome do ministro como um dos seus assinantes –, Embaixador do Brasil na França (1974-1978), Ministro da Agricultura (1979) e Ministro do Planejamento (1979-1985).

⁶⁹ “Missão vai avaliar potencial chinês”, *O Estado de São Paulo*, 07 de março de 1974, p.46.

⁷⁰ Oscar Araripe é autor do livro “China Hoje - O Pragmatismo Possível”, publicado em 1974. O livro possui uma cronologia ao final dele com todo o histórico das relações entre Brasil e China, em formato de linha do tempo, e nessa parte constam também estas informações sobre a primeira viagem da AEB e o voto contrário à entrada da China na ONU por parte do Governo brasileiro. Araripe foi jornalista e esteve presente na missão chefiada por Coutinho, que foi à China em abril de 1974, fato o qual analisamos neste capítulo.

⁷¹ “General Geisel recebe visita de mais oito no Largo da Misericórdia”, *Jornal do Brasil*, 6 de março de 1974, p.3, 1º caderno.

adjetivos, como “delicado”, no sentido figurado, remetendo a algo que demanda cautela/prudência, e “complicado” que tem um de seus sentidos usado em tom pejorativo. Tais expressões foram empregadas no texto sobre um curto diálogo com Silveira ainda no dia 5 de março, que “também só quer falar depois do dia 15”. É importante mencionar aqui que o primeiro adjetivo citado estava expresso nas palavras do próprio ministro, sendo que o segundo constava na narrativa do próprio jornal acerca do assunto. A notícia é finalizada novamente com a alusão ao reatamento entre Brasil e China, sendo utilizada a palavra “secamente”, que é um advérbio de modo, para definir a maneira com que Silveira respondeu aos jornalistas sobre a questão, dizendo que “é muito cedo para pensarmos nisso”, como já havia dito anteriormente.

Ao analisar os textos dos jornais, constatamos que houve duas abordagens diferenciadas dadas ao assunto diplomático. O jornal *O Estado de São Paulo* deu destaque aos civis empenhados em seus negócios pessoais que igualmente trariam excelente retorno internacional ao Brasil, sem descartar ao mesmo tempo que ainda não havia confirmação pública sobre a participação governamental na missão brasileira, no início do mês de março. Já o *Jornal do Brasil* apostou em publicar informações diretamente das bases do governo sobre o reatamento da parceria entre os dois países, sobre o qual podemos perceber que, independente da questão, todos os ministros citados na reportagem não estavam tornando públicas as discussões que já ocorriam com o General Geisel sobre o Governo. A AEB publicou entrevistas com alguns integrantes da missão que foi à China em abril de 1974, na ocasião da comemoração dos 40 anos da retomada de relações diplomáticas entre Brasil e China. Oscar Araripe⁷² foi um dos integrantes que concedeu entrevista e, ao ser questionado sobre como teriam obtido autorização para ingressar na China sem ter naquela época relações diplomáticas entre os dois países, Araripe respondeu que oficialmente não havia, mas que os dois países já estavam “se namorando”.

Após esta notícia⁷³ publicada no início do mês de março, o *JB* não expôs, em suas pautas no decorrer do mês, o assunto sobre a parceria entre Brasil e China, bem como sobre a viagem dos exportadores que estaria ocorrendo no mês de abril. Porém, a China em si não ficou de fora das publicações do jornal. O país comunista foi mencionado, em quase todos os dias do mês,

⁷² Araripe diz que os preparativos para a viagem foram “intensos e tensos” e que a viagem foi algo bastante divulgado pela mídia; ressalta também que seu livro a respeito da viagem só foi publicado após o editor ter adicionado uma declaração do General Ernesto Geisel que data de 19 de março de 1974. É interessante destacar que Oscar Araripe, apesar de ter ido na missão como “dono de jornal” por ser um dos proprietários do jornal inglês *The Brazilian Gazette*, trabalhava para o *Jornal do Brasil* e fornecia todas as suas ações para o *JB*. Disponível em: <http://www.aeb.org.br/aeb45/noticia.asp?Id=124>, acesso em: 20/01/2019. Após procurar a informação do período em que ele esteve ligado ao *JB* e não localizar a informação nas redes, procurei entrar em contato com o autor, o qual me retornou via e-mail com a informação de que trabalhou no *JB* de 1970 a 1975.

⁷³ “General Geisel recebe visita de mais oito no Largo da Misericórdia”, *Jornal do Brasil*, 6 de março de 1974, p.3, 1º caderno.

na editoria que trata sobre as questões internacionais. Apesar de conter vários textos sobre os problemas entre os chineses e soviéticos – problema que aparece em ambos jornais durante todo o ano de 1974 –, é interessante ressaltar que houve notícias em que a narrativa empregada colocava a China em posição de destaque no meio internacional, de forma positiva, ao falar sobre sua produção de petróleo, bem como seu poderio como país exportador⁷⁴. Ainda sobre esse assunto, foi publicado um artigo assinado⁷⁵ escrito por Theodoro Shabad, articulista do *The New York Times* no qual se analisa quem estaria lucrando com a “crise mundial de energia”, apontando as investidas chinesas e soviéticas para desenvolver as exportações. Também é informado sobre a possibilidade de viajar de avião do Canadá para a China⁷⁶, assim como há diversas propagandas sobre pacotes de viagem turística⁷⁷ do Brasil para a RPC. Outra curiosidade é o aparecimento da expressão “negócio da china⁷⁸” utilizada para referir-se a algum produto que estaria sendo comercializado. Acerca das relações entre Brasil e China, o jornal volta a tocar no assunto somente no dia 25 de março de 1974, em uma pequena nota⁷⁹ no Caderno B, registrando que, se a missão comercial realmente fosse à China no mês de abril, o ex-ministro da fazenda Delfim Neto também estaria presente em virtude de ter assumido um novo cargo junto a Associação Nacional dos Exportadores.

Ao contrário do jornal carioca, o *Estadão* publicou uma notícia⁸⁰ ainda antes do dia 15 de março, discorrendo sobre o novo estilo da política externa brasileira e caracterizando Azeredo da Silveira como alguém que tem “a experiência de negociador”. Ainda que a temática central do texto fosse relacionada à nova diplomacia de forma geral, o título que ocupava o topo da página remetia à aceitação do Itamaraty quanto à ida à China, mas, já no primeiro parágrafo, há a informação de que “poderá conter um observador governamental”, não estando ainda confirmada a decisão. Destaca que, conforme Silveira, a possível aproximação dos dois países seria em função de atender a interesses nacionais, ao mesmo tempo em que ocorre a defesa que, se isso se concretizasse, estaria marcando um novo rumo dentro da política de comércio exterior empregada pelo Itamaraty, assinalando mais uma vez o caráter entusiasta, neste período, com a parceria entre Brasil e RPC. Com exceção desta notícia, o jornal *OESP* só voltaria a abordar a questão de uma possível retomada de relações, bem como a respeito da missão comercial brasileira, no final de março, como também o fizera o *JB*. Fora isso, houve matérias na editoria

⁷⁴ “EUA falam da China como grande exportador”, *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1974, p.7, 1º caderno.

⁷⁵ “Os que lucram com a crise de energia”, *Jornal do Brasil*, 18 de março de 1974, p.2, 1º caderno, artigo de Theodoro Shabad, do *The New York Times*.

⁷⁶ “Vôos ligarão o Canadá à China”, *Jornal do Brasil*, 16 de março de 1974, p.8, 1º caderno.

⁷⁷ “CHINA”, *Jornal do Brasil*, 21 de março de 1974, p.2, 1º caderno.

⁷⁸ “Negócio da China”, *Jornal do Brasil*, 11 de março de 1974, p.3, caderno B.

⁷⁹ *Jornal do Brasil*, 25 de março de 1974, p.3, caderno B, coluna Vaivém.

⁸⁰ “Itamaraty aceita ida à China”, *O Estado de São Paulo*, 14 de março de 1974, p.25.

de internacional sobre a China e sua relação com os demais países, do mesmo modo que o jornal carioca também publicara.

O *Jornal do Brasil* pronunciou-se no *Informe JB*⁸¹ do dia 29 de março a respeito da missão comercial, quando “brevemente” o Brasil e a China comunista estariam incrementando suas relações comerciais com um caráter “sério” e de “alto nível”, podendo daí resultar em “relações diplomáticas entre Pequim e Brasília”⁸². No dia seguinte, estava, na capa do *JB*⁸³, informação da sucursal de Brasília, segundo a qual o Itamaraty havia decidido enviar representante do Governo, integrando a missão comercial de Coutinho, ressaltando que é a primeira vez que isso ocorria desde que na China foi implantado o “regime comunista”. O que causa estranhamento é o fato de o jornal ter publicado esta notícia na capa, mas não conter nada no interior do jornal que apresentasse continuidade ao assunto, considerando-se que a capa de um periódico é a sua vitrine, local em que ele convida o leitor para folhear suas páginas e conferir o conteúdo.

Bourdieu⁸⁴, que defende a não existência da dita “opinião pública”, ao falar sobre a ineficácia das sondagens de opinião por contar com questões insuficientes para de fato gerar uma “opinião pública”, pois, segundo ele, deve levar-se em conta quem encomenda uma sondagem e também as não respostas por parte dos entrevistados, conforme visto no primeiro capítulo. Considerando-se o ponto de vista do autor, esta questão da falta de desenvolvimento do jornal acerca da diplomacia envolvendo Brasil e China conduz a estes questionamentos: haveria por trás desta questão quem encomendasse a notícia? Ou o contrário, quem não desejasse a publicação da mesma e tivesse poder suficiente para conseguir isso? Trata-se de um momento em que a interferência do Governo ultrapassava a esfera pública, em virtude da censura, como já vimos, assim como também mencionamos o fato de que as informações já chegavam filtradas para os jornalistas e, quando há o silêncio do jornal, questões como estas chamam a atenção. No mês de março, não houve mais nenhuma publicação no *JB* sobre a relação entre Brasil e China.

Assim como o jornal carioca, o *Estadão* também publicou na capa⁸⁵ do dia 30 sobre a oficialização da missão brasileira que estaria para embarcar para a China nos dias que seguiriam. A chamada remete a “pormenores” na editoria⁸⁶ sobre assuntos internacionais, um texto da sucursal de Brasília, estando o título do artigo, como de praxe visto até então com as

⁸¹ “Brasil- China”, *Jornal do Brasil*, 29 de março de 1974, p.10, 1º caderno, coluna *Informe JB*.

⁸² *Idem*.

⁸³ “Brasil manda pela 1ª vez diplomata em missão à China”, *Jornal do Brasil*, 30 de março de 1974, capa.

⁸⁴ Ver: BOURDIEU, Pierre; 1982.

⁸⁵ “Oficializada missão a Pequim”, *O Estado de São Paulo*, 30 de março de 1974, capa.

⁸⁶ “Missão do Brasil na China”, *O Estado de São Paulo*, 30 de março de 1974, p.17.

matérias envolvendo a temática desta pesquisa, ocupando toda a extensão do topo da página. O artigo exalta o caráter inovador desta decisão que faz parte de uma política “sem preocupação ideológica” que visava a incrementar o comércio com a “China comunista”, podendo trazer “pela primeira vez” um “relatório oficial” sobre a receptividade que os chineses dariam para o gesto de “aproximação comercial” do Brasil. Após um início de certa forma elogioso à decisão do Itamaraty em enviar três funcionários de “alto escalão” na companhia dos empresários, o jornal comenta sobre o mistério feito em torno desta tomada de decisão, ao dizer que

Nas últimas semanas, áreas diplomáticas e econômicas afirmaram, **por diversas vezes**, que a missão brasileira **teria caráter particular**, seria integrada **somente por empresários** e dela **não faria parte nenhum funcionário do governo**, embora ressaltassem que isso **absolutamente** não significava que o Itamaraty não estivesse interessado no potencial econômico chinês.⁸⁷

Para então concluir no mesmo texto que esta seria a razão, conforme “fontes ligadas às duas áreas”, para acreditar que o Governo estaria interessado em acelerar o processo de reaproximação entre os dois países. Ao nosso ver, o jornal está se referindo especificamente à relação diplomática entre ambos, pois, no dia seguinte, o *Estadão* publicou uma notícia, enaltecendo a importância em reconhecer o poderio chinês. Nesta notícia⁸⁸, o jornal expressa com todas as letras que “a médio prazo” o Brasil estará reconhecendo diplomaticamente a China, fazendo uso do que foi dito por Geisel e Silveira sobre as novas diretrizes do governo na ocasião da posse para justificar esta impressão. Na sequência, o *OESP* apresentou o diplomata Carlos Antônio Bitencourt Bueno, um dos três integrantes selecionados pelo governo para participar da missão, como sendo um “especialista na China comunista” e fazendo uso de algumas de suas falas acerca da China em outras ocasiões que antecederam seu conhecimento de que integraria a missão, para descrever ao leitor que reconhecer o mercado chinês faz parte do novo jogo político, sendo esta uma necessidade ao país que não quiser “abdicar de qualquer pretensão em termos mundiais”.

Através da análise desses textos, pode-se constatar que, quinze dias antes e após a posse do General Ernesto Geisel na presidência do Brasil, nos jornais selecionados, uma postura investigativa de ambos na esfera pública perante as falas e informações que vinham dos setores governamentais. Tal postura foi por vez apresentada de maneira sutil, provavelmente no intuito de evitar a ação dos censores, mas que também conseguiu dar tônica à narrativa empregada. Além disso, foi possível perceber que a objetividade segundo a influência do jornalismo norte-americano não se sobrepôs à atuação do modelo opinativo francês. Será possível observar que

⁸⁷ Grifos nossos. Todas as marcações em negrito neste trabalho foram feitas por mim, com a finalidade de ressaltar aspectos do texto que são importantes para a análise narrativa.

⁸⁸ “Reconhecer China, o novo passo”, *O Estado de São Paulo*, 31 de março de 1974, p. 39.

a tônica das publicações permanece no mesmo caminho, contudo oscila em relação aos interesses que cada periódico estará defendendo em nome da dita “opinião pública”.

2.2. UMA MISSÃO ECONOMICAMENTE POLÍTICA

Se no mês de março o principal produto mencionado nas páginas dos jornais era o petróleo e vez ou outra comentava-se sobre a possibilidade de aumentar a venda de soja para a China, no mês de abril o foco foi a exportação de açúcar. *O Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* passaram a promover uma campanha para a retomada de relações diplomáticas entre o Brasil e a China comunista através da narrativa empregada em suas publicações, até mesmo os títulos já chamam atenção para isso, alegando que o comércio com os chineses é “ilimitável⁸⁹” e que o “intercâmbio depende de escritórios⁹⁰”, claramente defendendo as relações diplomáticas entre ambos. Nos dias que antecederam a saída da missão brasileira no dia 5 de abril a qual passaria no Japão antes de ir para a China, o *JB* fez publicações por três dias seguidos, enquanto o *OESP* publicou nos dias 3 e 5 de abril, para voltar ao assunto somente quando os brasileiros já estivessem chegando à China comunista.

O jornal carioca que havia produzido publicações mais enxutas sobre a aproximação em evidência do Brasil com a RPC, publicou no dia 2 de abril um editorial de opinião não assinado⁹¹ no qual deixou claro que o nosso país não tinha nada a perder em relacionar-se com os chineses, fazendo também uma breve exposição dos negócios recentes de exportadores brasileiros que venderam para China Popular, para dar suporte à defesa de seu ponto de vista. Tal visão associava-se aos anseios do setor empresarial exportador, pelo que assinala a sua narrativa. Ao referir-se à presença de um enviado do Itamaraty na missão, o jornal afirmou que a “simples presença na missão augurou um reatamento de relações diplomáticas com a China”, para mais à frente escrever que

Resta, como tem **também** acentuado o presidente da AEB, seguirmos o exemplo da **grande maioria** dos países do Ocidente, que já reconheceram o regime da China Popular. **É claro que**, em igualdade de condições, **a China preferirá importar mercadorias daqueles países que lhe reconhecem o Governo.**⁹²

Neste trecho, fica evidente a concordância entre a opinião que tem o jornal sobre o assunto diplomático e a que o presidente e líder da missão também possui, assegurando que, para um melhor comércio entre ambos países, a reciprocidade fará a diferença. Encaminhando-se para a

⁸⁹ “Para exportadores, comércio com os chineses é ilimitável”, *O Estado de São Paulo*, 14 de abril de 1974, p.14.

⁹⁰ “Intercambio depende de escritórios”, *Jornal do Brasil*, 04 de abril de 1974, p. 17, 1º caderno.

⁹¹ “Ideias e Mercadorias”, *Jornal do Brasil*, 02 de abril de 1974, p.6, 1º caderno, editorial.

⁹² Grifos nossos. Idem.

conclusão do editorial, o *JB* ainda usa frases como “ideologias nacionais não impedem um entendimento internacional”, “Relações diplomáticas com a China em nada alterarão nossas ideias de Governo mas ampliarão nossa pauta de comércio exterior” e ainda, mas não menos impactante para o momento, acreditamos, que o comércio de mercadorias em nada tem a ver com “comércio de convicções”. Há expressamente aqui uma crítica à maneira como vinha sendo conduzida a política externa, bem como a esperança de mudança no novo Governo pelo fato de se predispor a enviar um representante em missão a um país com o qual não se pensava em relacionar-se até poucos anos atrás. Neste mesmo dia, o *Jornal do Brasil* ainda publicou mais uma notícia⁹³ na editoria de economia, abordando a confirmação da missão que teria 20 integrantes, sendo três “observadores do Governo”, bem como colocando mais uma vez sobre os números fruto do comércio que já ocorria entre empresários brasileiros e chineses, esperando-se um salto econômico a partir das negociações que poderiam surgir dali em diante.

Abaixo daquela notícia sobre Brasil e RPC, há outra notícia⁹⁴ sobre a RDC, com proporções que não atingem 50% do destaque da notícia anterior, anunciando que está para vir uma missão de Formosa para negociar produtos de exportação e importação com o Brasil. O interessante é que o *JB* expõe a informação do Ministro da RDC no Brasil, alegando que o comércio bilateral entre os dois países aumentou cerca de 172% em 1973. Chama-nos atenção que, mesmo assim, essa parceria foi ignorada pela mídia pesquisada neste período inicial do Governo Geisel. Sobre esta questão dos “observadores”, no dia 3 de abril de 1974, ambos os jornais aqui analisados fizeram publicações, dando ênfase à impossibilidade de fechar negócios por parte dos enviados do Governo brasileiro na missão de Coutinho. O *JB* disse que o Itamaraty não negava o significado político no envio destes representantes, mas que se preocupa em fazer uma distinção entre a “parte governamental da comitiva e aquela **meramente** empresarial⁹⁵”. Notamos um certo desdém em relação à significância de uma parte perante a outra, ao fazer uso deste advérbio de modo. O que não fica claro é se foram os representantes do Governo que indicaram que todas as decisões estavam centralizadas na palavra do presidente Geisel ou se foi o jornal que criou esta imagem na sua narrativa para o leitor. Ao finalizar a notícia, o *JB* informou que o presidente do IAA esteve reunido com os ministros para acertar detalhes da viagem à China.

⁹³ “Missão para a China Popular viajará com 20 integrantes”, *Jornal do Brasil*, 02 de abril de 1974, p. 22, 1º caderno.

⁹⁴ “Formosa quer negociar importações”, *Jornal do Brasil*, 02 de abril de 1974, p. 22, 1º caderno.

⁹⁵ “Missão à China tem um mandato limitado”, *Jornal do Brasil*, 03 de abril de 1974, p. 3, 1º caderno.

Esta reunião entre o presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool e alguns dos ministros, entre eles Azeredo da Silveira, gerou uma notícia⁹⁶ no *Estadão*, que aproveitou para resgatar brevemente o histórico das vendas de açúcar para o mercado chinês. E, nesta reportagem, sempre que o jornal paulista fazia algum comentário sobre o qual não tinha ainda confirmação do Governo, utilizava-se dos termos “fontes de Brasília observavam”, sem dar identificação dos seus informantes e também “para os observadores”, referindo-se a estas mesmas fontes. Além de um destes assuntos não confirmados ser a já mencionada possível parceria diplomática, também menciona que, devido a um dos três altos membros indicados pelo Governo ser representante⁹⁷ do IAA, “pode ser” que a intenção dos governantes seja negociar diretamente com os chineses a venda do produto, sem que haja intermediários, bem como isso estaria abrindo portas para mais produtos serem negociados. Apesar de negarem autorização destes funcionários em missão para fechar negócio, curiosamente esta matéria não sofreu nenhum tipo de censura na época, algo que podemos observar bastante ao pesquisar no acervo do *Estadão*, pois nele há sempre a página censurada junto à página que foi publicada. Este fato, da falta de censura quando ela ocorria em demasia, faz pensar que havia o interesse de difundir esta ideia, o que faz sentido, como veremos mais à frente neste trabalho, na ocasião da formalização da parceria entre os dois países.

A editoria “Economia/Bolsas e Mercados” do *Jornal do Brasil* tem, no dia 4 de abril, metade da página ocupada com uma reportagem⁹⁸ sobre a questão da venda do açúcar, a qual o *JB* destaca no meio do texto, em fonte equivalente ao tamanho usado em subtítulos nas matérias em geral. Nela, o jornal afirma que o assessor do IAA concedeu informações diretamente ao *Jornal do Brasil* e, também, sobre a relação comercial entre Brasil e China. Em relação ao açúcar, há uma preocupação por parte do empresariado em conseguir negociar a venda do produto para os chineses ainda naquele ano, pois os mesmos ainda não teriam realizado nenhuma compra do produto em 1974 e isso também não estava em conversação até então. Ter ciência disso agregado ao fato de um dos representantes do Governo na missão que vai a China ser do IAA diz muito nas entrelinhas para quem vê misturando-se na cena pública interesses de grandes comerciantes aliados aos do Governo da República brasileira, suscitando intervencionismo político e empresários tentando controlar a economia, e, modificando, com

⁹⁶ “Três ministros debatem a missão comercial à China”, *O Estado de São Paulo*, 03 de abril de 1974, p.11.

⁹⁷ Este representante era Omer Mont’Alegre, técnico em comercialização internacional de açúcar escolhido pelo Ministério da Indústria e Comércio. Os outros representantes eram o assessor do Ministro do Planejamento, Victor Nogueira de Magalhães e o enviado do Itamaraty foi o Conselheiro Carlos Bettancourt Bueno, da divisão da Ásia.

⁹⁸ “Representante do IAA visita a China para pesquisar mercado”, *Jornal do Brasil*, 04 de abril de 1974, p. 17, 1º caderno.

isso, a estrutura da cena pública, como alerta Habermas⁹⁹ ao tratar sobre o envolvimento que estes setores conseguem do público através da imprensa, de modo geral.

Além dessa questão de ambições evidentemente recíprocas aqui no Brasil, havia ainda que se aliar aos interesses dos chineses. Em relação a isso, conforme informações de empresários que participaram da primeira missão a China, foi neste momento que o *JB* apresentou como imprescindível a relação diplomática entre os dois países, pois, segundo estes informantes, não importa qual seja o setor empresarial, a parceria só irá gerar bons resultados se houver “representação comercial sino-brasileira”. Conforme estes empresários, o maior problema a ser superado para propiciar a parceria é o da política interna nos dois países, dificuldade com reflexo direto na economia. Porém, outro empecilho também pode ser o transporte, algo que causa encarecimento de mercadorias quando o parceiro “não oferece condições adequadas para o frete”, como observaram esses empresários. Em outra página, mas ainda se tratando da mesma editoria, em uma notícia com informações da sucursal de Brasília¹⁰⁰ sobre o Ministro da Indústria e Comércio¹⁰¹, o jornal carioca reforça, mas agora diretamente tendo o ministro como sua fonte de informações, o fator decisivo de que os enviados não estão indo para fechar negócios imediatamente, mas sim para fazer um levantamento de dados a fim de conhecer melhor o mercado para o qual o Brasil deseja exportar.

Outro grande interesse do Governo brasileiro nesta missão que vai à China é publicado pelo *Estadão*, que já anuncia no título da notícia¹⁰² a ideia de convidar uma missão chinesa para vir ao Brasil, mas que seus integrantes tenham possibilidade de “dar início a entendimentos” em nível de governo, podendo assinar contratos, ao contrário dos que estão partindo neste dia para a Ásia. O *OESP* apresenta uma declaração feita por Horácio Coimbra no dia anterior à publicação, dizendo sobre o potencial parceiro que a RPC pode ser para o Brasil se “eliminado o isolamento diplomático”, assim como também destaca em negrito ao final do artigo que as opiniões associadas a este industrial divulgadas recentemente pela mídia, quando aludiu à China, dizem respeito a outra ocasião em que se pronunciou apenas “como estudioso e não como porta-voz do Itamaraty”, buscando maior credibilidade para seu artigo.

Outra ressalva do texto no *Estadão* referente ao comércio sino-brasileiro é de que este não havia representado vitalidade até o ano de 1971, tendo maior expressividade só a partir de 1972.

⁹⁹ Ver: HABERMAS, 1984.

¹⁰⁰ “Severo Gomes propõe esquema para apoiar pequena empresa”, *Jornal do Brasil*, 04 de abril de 1974, p. 19, 1º caderno.

¹⁰¹ Severo Fagundes Gomes foi Ministro da Indústria e Comércio do Brasil entre 1974-1977.

¹⁰² “Missão chinesa será convidada”, *O Estado de São Paulo*, 05 de abril de 1974, p.12.

Porém, como vimos no primeiro capítulo com os gráficos apresentados por Becard¹⁰³, até o ano de 1976 este comércio não atinge, em números, a casa dos US\$100 milhões, não chegando nem a US\$50 milhões em 1974. O jornal paulista, assim como o *JB*, refere-se à questão da venda do açúcar e da possibilidade de ampliar as negociações para outros produtos, embasando sua opinião na questão da falta de açúcar cubano que era o fornecedor tradicional dos chineses, os quais já estariam inclusive realizando contratos para compra do produto com outros países.

Ainda nesta mesma semana, o *Jornal do Brasil* retomou mais uma vez o assunto das relações diplomáticas entre Brasil e China, mas desta vez com direito à chamada¹⁰⁴ na capa para reportagem¹⁰⁵ na editoria de Economia, Mercado e Exportação. O que antes era apresentado como algo que, se acontecesse, seria muito bom para o comércio, mas sem pressionar de fato, agora é tratada como um pedido em caráter de necessidade a questão do restabelecimento de relações diplomáticas entre brasileiros e os chineses da RPC. Segundo o jornal carioca, quem expõe essa necessidade são os próprios comerciantes, entre eles Coutinho da AEB e Coimbra da Cia. Cacique de Café Solúvel. E conforme esses, a concretização da parceria é imprescindível para a realização de negócios mais importantes, expandindo assim as exportações. Para eles, de acordo com o *JB*, o Brasil deveria relacionar-se diplomaticamente com todos os países, sem excluir nem mesmo Cuba¹⁰⁶. Em uma parte da reportagem com o subtítulo de “Competição¹⁰⁷”, o jornal apresenta dados fornecidos pelo presidente da AEB, pois, conforme o empresário, o Brasil terá agora que recuperar o tempo perdido no comércio com a China em comparação a outros países que já se relacionam com ela a tempo, tendo os exportadores brasileiros que se encaixar entre eles. Por fim, o *JB* divulga o nome dos integrantes que fazem parte da missão, apontando mais uma concordância entre Coimbra e Coutinho, de que o fator mais importante nesta missão são os representantes governamentais, pois portas poderão estar se abrindo para o comércio, com este passo dado pelo Governo Federal.

A respeito desta competição com os demais países que preocupa os empresários brasileiros na busca de parceria com os chineses é interessante mencionar que o *JB* publicou

¹⁰³ BECARD, 2008.

¹⁰⁴ “Exportador pede comércio com a China”, *Jornal do Brasil*, 06 de abril de 1974, capa.

¹⁰⁵ “AEB acha necessário estabelecer relação entre Brasil e China”, *Jornal do Brasil*, 06 de abril de 1974, p. 17, 1º caderno.

¹⁰⁶ Conforme a entrevista publicada por D’ARAÚJO&CASTRO (1997, p.345), Geisel admitia existir um alinhamento ideológico com os Estados Unidos e que, além de considerarem Cuba um perigo comunista por tentarem expandir a sua revolução no continente americano, o Brasil não reatava negociações com aquele país em solidariedade aos EUA.

¹⁰⁷ “AEB acha necessário estabelecer relação entre Brasil e China”, *Jornal do Brasil*, 06 de abril de 1974, p. 17, 1º caderno.

um artigo assinado¹⁰⁸ por Henry Raymond¹⁰⁹ na editoria de internacional, quase uma semana após a última publicação sobre Brasil e China, na qual o jornalista dá destaque para as mudanças cogitadas por Geisel e Silveira na política externa e afirma que isso tem gerado esperanças em outras nações com interesse em fazer negócio com os brasileiros. Ou seja, a “competição” está para os dois lados, seja nos parceiros que o Brasil quer conquistar, seja para aqueles que desejam firmar parcerias com os brasileiros. O articulista menciona alguns países, mas o maior destaque vai para Cuba e China na sua narrativa. Em se tratando de China, Raymond menciona uma conversa com Huang Hua, Embaixador da China nas Nações Unidas, recentemente, que, ao ser questionado sobre a viagem dos brasileiros para lá, “declarou **sobriamente**” que “a bola está nas mãos do Brasil”.

Mesmo sendo um artigo assinado, ele vem ao encontro com as declarações que o *Jornal do Brasil* tinha publicado a respeito da parceria, bem como sobre a política externa que o presidente buscava desenvolver juntamente com o ministro do exterior, em conformidade com o que foi possível observar até agora nas análises feitas. A partir de agora, neste trabalho, será possível perceber alguns elementos na narrativa do jornal *O Estado de São Paulo* que ainda não estavam presentes ou sobre os que não recebiam destaque, mas que poderá influenciar na construção da imagem simbólica do leitor que se enquadra na opinião pública que o periódico costuma dar voz.

Citando “fontes diplomáticas desta capital”, o *Estadão* publica uma notícia¹¹⁰ na editoria de economia do periódico, na qual ele coloca sob investigação a relação do Brasil com a China nacionalista, ao passo que os brasileiros recém haviam chegado a Pequim. Para introduzir o questionamento sobre a China nacionalista, o jornal *OESP* comenta sobre o fatídico episódio ocorrido com representantes da RPC que estavam no Brasil em missão no início de 1964, quando foram detidos “sob a acusação de espionagem e atividades subversivas”, sendo um destes um alto representante do Conselho Chinês para Promoção do Comércio Internacional, e, conforme destacou o jornal paulista, foi esta mesma instituição a convidar os brasileiros que partiram em missão. Toda a segunda metade da reportagem trata sobre as negociações que o Brasil tem com a China nacionalista, mencionando que o Embaixador da China de Formosa aqui, Fu-Sung Chu, demonstrou tranquilidade sobre as negociações que se avistavam do Brasil com a RPC. Suas falas publicadas pelo jornal mostravam-se otimistas, declarando que “tanto

¹⁰⁸ “Brasil, uma expectativa”, *Jornal do Brasil*, 13 de abril de 1974, p. 8, 1º caderno, artigo assinado.

¹⁰⁹ As informações encontradas sobre este colunista se encontram no seu curriculum *on-line*, escritas por ele. Raymond se diz *Independent Writing and Editing Professional*, da cidade de *New York* e região, nos EUA. No período do Governo Geisel, ele era um jornalista correspondente na América Latina pelo NYT. Suas colunas no JB eram eventuais.

¹¹⁰ “Missão na China rompe isolamento”, *O Estado de São Paulo*, 12 de abril de 1974, p.9.

no campo econômico, quanto no político, nossas relações são excelentes” e enfatizou ainda que uma missão da China nacionalista, chefiada por um enviado do Governo chinês, esteve no Brasil na semana anterior e que houve “conversas muito frutíferas” no Itamaraty. Curiosamente, não ocorreu repercussão na mídia aqui analisada sobre esta visita, se comparado ao tanto que se estava sendo dito a respeito da viagem para a China comunista.

Se fosse feita aqui uma sondagem de opinião pública nos moldes que Bourdieu¹¹¹ sugere ser mais eficaz¹¹², considerando as não respostas e no nosso caso as não notícias, certamente a falta de informações sobre a relação com a China nacionalista estaria nos dados obtidos com a pesquisa. A parte disso, *O Estado de São Paulo* publicou uma notícia¹¹³ na editoria de internacional do dia 14 de abril de 1974 com algumas notícias sobre a missão que está em Pequim e mais uma vez também faz comentários acerca do histórico do comércio entre os dois países, destacando seu rompimento em 1964 e a falta de expressividade do mesmo no início dos anos 1970. Contrário a essas observações dos últimos anos, é o momento em que se encontravam, com os exportadores observando que o comércio com os chineses tem caráter ilimitável, atributo que se apresenta também no título da reportagem. Para o chefe da delegação brasileira, porém, os resultados desta viagem não seriam imediatos, mas, naquele momento, as propostas de ambos os lados já haviam sido apresentadas, sem fornecer maiores detalhes sobre.

O *Estadão* também mostra nesta notícia informações sobre o que foi publicado na imprensa chinesa a respeito da presença dos brasileiros, considerada por eles “amistosa” e também no círculo diplomático chinês vista como um “notável gesto” do general Geisel. Conforme o *OESP*, esses diplomatas deixaram claro seu interesse na América Latina, bem como frisaram que a China Comunista não se importa com desequilíbrios na balança bilateral, o que importa é a balança global. E sobre a presença dos enviados do Governo brasileiro, ignorou-se qualquer questão política, segundo o jornal paulista citando a imprensa chinesa, pois mostraram-se “discretíssimos”.

No dia 16 de abril de 1974, o *Estadão* apresenta uma chamada¹¹⁴ na capa do jornal a respeito da possibilidade de o Brasil enviar uma missão governamental para Pequim, conforme

¹¹¹ Ver: BOURDIEU, 1982.

¹¹² O autor acredita que a “opinião pública” como é comumente referida não tem o valor que lhe atribuem. E explica que “[...] eu quis dizer que a opinião pública não existe, pelo menos na forma que lhe atribuem os que têm interesse em afirmar sua existência. Disse que havia, por um lado, opiniões mobilizadas, opiniões constituídas, grupos de pressão mobilizados em torno de um sistema de interesses; e, por outro lado, disposições, isto é, a opinião no estado implícito, que, por definição, não é opinião se com isso se compreende algo que pode ser formulado em discurso com uma certa pretensão à coerência. [...] Digo simplesmente que a opinião, no sentido da definição social implicitamente admitida pelos que fazem sondagens de opinião ou pelos que utilizam os resultados das sondagens de opinião, não existe.”. (BOURDIEU, 1982, p. 151)

¹¹³ “Para exportadores, comércio com os chineses é ilimitável”, *O Estado de São Paulo*, 14 de abril de 1974, p.14.

¹¹⁴ “Brasil poderá ter missão em Pequim”, *O Estado de São Paulo*, 16 de abril de 1974, capa.

informações da Agência Nova China. Considerando as matérias analisadas até agora pelo *OESP*, alguns aspectos nessa chamada ganham relevância maior na narrativa do periódico. Nela, a missão dos exportadores brasileiros que se encontram na China Popular é referenciada como “**missão econômica**” e relacionada a isso está uma frase do Ministro Mario Henrique Simonsen, dita após sair do escritório de Geisel, conforme frisou o jornal, de que o Governo brasileiro não ignora o potencial do mercado consumidor da China Popular e ainda acrescenta que “**transação comercial é um fator econômico e não político**”. A autonomia que o jornal teve para construir esta chamada é algo a ser pensado, pois o que conecta os destaques em negrito deste parágrafo são as informações de que a China concordou em enviar uma missão governamental para o Brasil com a finalidade de tratar sobre as relações diplomáticas, mas, junto a este aceite, houve algumas condições previamente impostas para que isso se realizasse, sendo a ida de uma missão governamental do Brasil para a China e também uma **declaração pública** anulando o processo que deteve nove chineses que trabalhavam no escritório comercial com sede no Rio de Janeiro em 1964, episódio ocorrido em abril daquele ano¹¹⁵, após o golpe civil-militar. Essas exigências por parte dos chineses **ressaltam características políticas e não econômicas**, como tem sido a referência das falas de integrantes do Governo brasileiro a respeito da relação entre Brasil e China comunista naquele período, publicadas pelos jornais aqui trabalhados. Por fim, outra peculiaridade desta chamada é que ela não conduz a nenhuma notícia ou à reportagem no interior do periódico, o que não é comum, mesmo ao final dela contendo a informação de “Diplomacia, na página 20”.

Já no dia seguinte, há um pequeno texto, uma notícia¹¹⁶ no final da página da editoria de internacional que não está legível, apenas constatamos que se trata de um pedido por parte dos comerciários para que tenha uma missão na China. Todavia, um ponto que é possível destacar acerca dessas últimas observações sobre as publicações do *OESP* remete à censura que a empresa sofria. Apesar de não termos nos deparado com nenhuma página censurada¹¹⁷, é

¹¹⁵ Conforme o *Estadão*, os nove chineses detidos pela polícia política em 1964 acusados de “tentar mudar a ordem constitucional do País de forma subversiva” foram presos e torturados, além de terem o dinheiro que havia com eles apreendido e ficando incomunicáveis por mais de um mês, sendo expulsos do Brasil pelo presidente Castelo Branco em 1965. Nenhuma das acusações foi comprovada. Informações disponíveis no acervo online do *OESP*, “Livro relembra prisão de chineses na ditadura”, *O Estado de São Paulo*, 05 de agosto de 2014, coluna assinada por Wilson Tosta.

¹¹⁶ “Comércio exige missão na China”, *O Estado de São Paulo*, 17 de abril de 1974, p.12.

¹¹⁷ O Jornal *O Estado de São Paulo* possui no seu acervo *on-line* o registro das páginas que foram censuradas com todas as marcações do que não deveria ser publicado, sempre junto a página publicada, possibilitando ao pesquisador comparar os arquivos. O periódico costumava publicar poesias no local do material censurado, mas por vezes o objeto de censura era tão pequeno, alguma frase apenas, que o jornal acabava por colocar apenas o título de uma poesia, sempre com a observação entre parênteses de que continuaria.

possível que o jornal tenha se antecipado e feito a autocensura, prática que ocorria quando as empresas jornalísticas tentavam evitar a ação dos censores em seus trabalhos.

O *Jornal do Brasil*, que vinha defendendo a importância de o Brasil conquistar o mercado da China comunista, seguiu com chamadas na capa e reportagens em seus editoriais sobre notícias voltadas para economia, quadro nacional e internacional, nos dias finais da missão brasileira na RPC. A manchete¹¹⁸ na capa do dia 14 de abril no *JB* faz alusão à ênfase dada pela imprensa de Pequim à presença da missão brasileira na China e também aos planos do presidente da AEB para fomentar o comércio com aquele país, relacionando com uma notícia¹¹⁹ no interior do jornal. Na essência, a notícia continha as mesmas informações divulgadas também no *OESP*, pois o destaque das notícias foi através do que publicou a imprensa chinesa. A peculiaridade da notícia publicada pelo jornal carioca é expressa por palavras “complementares”, “observadores” e “amistosa” ressaltadas em negrito pelo jornal. A primeira palavra refere-se à economia dos dois países, que, além de serem complementares, na visão da imprensa chinesa, abrem “imensas” possibilidades no comércio. Observadores, como já mencionamos anteriormente, é como o próprio Governo brasileiro definiu seus enviados na missão para a China comunista. E é assim que eles foram chamados, além de “discretíssimos”, como também destacou o *JB* sobre a notícia chinesa ao dissertar sobre negociações políticas. E “amistosa” foi o adjetivo dado pela imprensa de Pequim para as conversações entre brasileiros e chineses. O jornal carioca menciona que Coutinho ressaltou que os chineses foram “extremamente corteses” com todos. Demais comentários acerca da visita centralizaram em torno de reuniões não oficiais, mas de igual importância para negociações, compreendendo turismo e jantares.

A chamada¹²⁰ na capa sobre uma notícia¹²¹ que relata o aceite chinês em enviar uma missão ao Brasil publicada pelo *Jornal do Brasil* difere bastante da que foi publicada no *Estadão*, não só em estética, mas em narrativa, estando a abordagem do *JB* relativamente mais branda do que a do jornal paulista. Na capa está indicado que, “segundo as estruturas oficiais chinesas”, a missão deles que viria ao Brasil ainda naquele ano incluiria “necessariamente responsabilidades governamentais”. Nessa chamada, o jornal não apresenta qualquer informação como sendo critério para a vinda dos chineses, apenas informou que o advogado que acompanhava a missão, o mesmo que defendeu os chineses no Brasil em 1964 no episódio

¹¹⁸ “Imprensa chinesa destaca visita da missão brasileira”, *Jornal do Brasil*, 14 de abril de 1974, capa.

¹¹⁹ “Imprensa chinesa destaca a visita dos brasileiros”, *Jornal do Brasil*, 14 de abril de 1974, p.28, 1º caderno.

¹²⁰ “China aceita enviar missão ao Brasil”, *Jornal do Brasil*, 15 de abril de 1974, capa.

¹²¹ “Brasil e China estudam reatamento de relações”, *Jornal do Brasil*, 15 de abril de 1974, p.14, 1º caderno.

já mencionado, acreditava que o reatamento de relações diplomáticas se daria somente após a vinda dos chineses ao Brasil.

A notícia que segue no interior do periódico não faz nenhuma menção aos critérios impostos pelos chineses para as negociações, conforme o *Estadão* havia publicado¹²². Tudo o que se expõe nela remete a **otimismo** em relação à parceria, sendo este um dos subtítulos da reportagem feita pelo *JB*. Nesta publicação, o jornal chega a afirmar que as relações serão restabelecidas após a vinda dos chineses já no primeiro parágrafo, diferindo do título e da chamada em que a abordagem fazia menção a possibilidades ainda incertas, mas desejosas como foi possível perceber nas últimas publicações deste periódico. O jornal carioca também descreve que “o **magnífico** interesse chinês” em mercadorias brasileiras elencadas na reportagem confirma junto aos observadores que as relações diplomáticas estão prestes a serem restabelecidas.

Sob esse viés, dois aspectos são importantes na comparação narrativa entre os dois jornais: a questão da China nacionalista e dos chineses presos em 1964. Esses apontamentos estão mais em evidência no jornal *O Estado de São Paulo* do que no *Jornal do Brasil*, e isso poderá ser observado também nas próximas análises deste trabalho. Defendemos aqui que esta abordagem narrativa está diretamente relacionada à construção da opinião pública, aquela que o periódico representa, pois há, como mostraremos, uma salvaguarda de interesses demonstrada principalmente pelo *OESP*.

O Estadão voltou a fazer uma manchete¹²³ de capa no dia 18 do mesmo mês sem que houvesse uma continuidade ao assunto tratado dentro do jornal e mais uma vez abordando aspectos da parceria em sua narrativa que não foram mencionados pelo jornal carioca. A notícia relata que o Brasil enviará a China até meados de 1975 uma feira para expor os seus produtos, a fim de incrementar a pauta de comércio entre os dois países. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, esses entendimentos foram feitos pelos empresários que estavam na missão à China comunista. Porém, no *Jornal do Brasil* do dia 19, consta a informação de que o Itamaraty desmentiu a realização desta feira¹²⁴, alegando que o órgão responsável por eventos deste tipo não tinha qualquer conhecimento do assunto e ressalta que essa informação, da negação, vem de fonte autorizada do Ministério das Relações Exteriores. Ainda a manchete do *Estadão*, referindo-se à feira, diz que

¹²² “Brasil poderá ter missão em Pequim”, *O Estado de São Paulo*, 16 de abril de 1974, capa.

¹²³ “Feira mostrará Brasil à China”, *O Estado de São Paulo*, 18 de abril de 1974, capa.

¹²⁴ “Feira na China tem desmentido”, *Jornal do Brasil*, 19 de abril de 1974, p.14, 1º caderno.

Os entendimentos finais estão apenas na dependência de que o Banco do Brasil devolva a importância, em dólares, equivalente a 100 mil cruzeiros, que foi confiscada da missão chinesa que veio ao Brasil em 1964 e que acabou sendo expulsa do país.¹²⁵

Mais uma vez remete a um episódio que provavelmente não era do agrado do Governo brasileiro que fosse mencionado, muito menos que ressaltassem o caráter subversivo que motivou a prisão dos chineses, como também salienta o *OESP*, para descrever o quão importante é agora para as negociações o chefe daquela missão, que havia sido expulso do Brasil no primeiro Governo da ditadura. O *Jornal do Brasil* começa a reduzir o número de publicações sobre o assunto, mas segue na mesma linha de raciocínio segundo a qual os brasileiros deveriam conquistar o mercado chinês, aludindo a observações de Coutinho após a viagem realizada recentemente, de que o empresário constatou que há uma “corrida dos países industrializados para conquistar posições no mercado chinês¹²⁶”. Já o *Estadão*¹²⁷, também ao referenciar depoimentos do presidente da AEB na missão a China Popular, publica que o empresário julgou satisfatórias as conversações no país comunista, mas que o Brasil não deveria “superestimar as possibilidades”, considerando apenas como um mercado de “potencial razoável”.

O jornal carioca fez da entrevista fornecida pelo empresário uma reportagem¹²⁸ de quase meia página na editoria de economia, ao passo que o periódico paulista se limitou a publicar apenas estas afirmações citadas. A reportagem do *JB* conta com narrativas a respeito dos contatos realizados na China, informações sobre exportação e sobre a “corrida ao mercado”, como denominou o jornal. Também é ressaltado que, como fruto dos contatos oficiais, veio o convite para uma missão chinesa no Brasil que, segundo Coutinho, foi “aceito imediatamente”, mais uma vez não foi mencionado nenhum detalhe mostrado como imposição à vinda dos chineses para cá, conforme divulgou *O Estado de São Paulo* nas últimas publicações. Sobre a “corrida ao mercado”, o jornal carioca explica que, na opinião de Coutinho, o esforço em produzir manufaturas é comparável ao do Brasil e que isso merece uma atenção dos exportadores, enfatizando que esse fator é o impulsionador da competitividade dos países industrializados na tentativa de conquistar o mercado chinês.

A respeito de confirmação fornecida pelo Itamaraty, o jornal carioca divulga apenas uma nota¹²⁹ de que a informação foi fornecida por Azeredo da Silveira “após despachar por mais de duas horas com o presidente Geisel” no dia anterior, alegando que os resultados da missão

¹²⁵ “Feira na China tem desmentido”, *Jornal do Brasil*, 19 de abril de 1974, p.14, 1º caderno.

¹²⁶ “Corrida ao Mercado”, *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 1974, p.16, 1º caderno.

¹²⁷ “China confirma envio de missão”, *O Estado de São Paulo*, 23 de abril de 1974, capa.

¹²⁸ “Missão chinesa virá este ano ao Brasil”, *Jornal do Brasil*, 23 de abril de 1974, p.16, 1º caderno.

¹²⁹ “Silveira anuncia vinda de missão chinesa ao Brasil”, *Jornal do Brasil*, 24 de abril de 1974, p.3, 1º caderno.

brasileira foram “bastante favoráveis” e, quando questionado sobre as relações diplomáticas, respondeu que “isso é outro assunto, a ser considerado no futuro”. Em outro dia, o *Jornal do Brasil* publicou uma notícia¹³⁰, mencionando um “demorado contato” entre Coutinho e o Ministro do Planejamento, Reis Velloso. Aqui a pauta foi a questão do **petróleo**, entre outros assuntos, mas foi registrado que Brasil e China poderão estreitar seu comércio neste sentido. Mais uma vez foi sublinhado que não há preocupação por parte dos chineses em um desequilíbrio da balança bilateral ao encerrar a publicação, citando Coutinho ao dizer sobre a receptividade na China que “eles são muito acessíveis e extremamente amáveis”. Destacando sempre a positividade e os benefícios da relação entre Brasil e China que se mostra cada vez mais próxima de intensificação, esta foi a última notícia que o *JB* publicou sobre o assunto no mês de abril, em decorrência da missão brasileira que esteve na China, contendo integrantes enviados pelo Governo de Geisel.

Após a confirmação oficial do Itamaraty sobre a vinda de uma missão chinesa em agosto de 1974, *O Estado de São Paulo* se estendeu um pouco além do jornal carioca nas publicações acerca do assunto, fazendo inclusive um texto na página de opinião da empresa jornalística sobre política externa, não assinado¹³¹, no final do mês de abril. Na editoria que trata sobre relações internacionais e governo, o jornal paulista publica a notícia¹³² de que se confirmou a vinda dos chineses, bem como informações sobre a tecnologia em avanço relacionada ao **petróleo** e o interesse demonstrado em compartilhar isso com os brasileiros, figurando-se como um produto a ser comercializado e de interesse da Petrobras. Porém, o *Estadão* não deixa de mencionar o assunto da prisão dos chineses em 1964, que, ao contrário do *JB* que encerrou a reportagem abordando sobre as características dos chineses no trato com os demais, o jornal *OESP* assegura que o **antigo chefe da missão chinesa preso** em 1964 pelos militares, caso seja designado nesta nova missão, “virá com certeza, porque guarda **muitas saudades** do Brasil”.

Em uma manchete¹³³ de capa exaltando palavras de Silveira em ocasião do dia do diplomata, o *Estadão* ressalta estar tudo pronto para o “programa de exportações para a China”, que deverá ser concluído em agosto com a vinda dos chineses. Nesta mesma chamada, o jornal salientou da fala do Ministro do Exterior que qualquer intenção de prepotência em relação a nação brasileira, ao passo que entendem e apoiam qualquer manifestação “livre de imposições exógenas” acerca dos anseios nacionais, dizendo, em outras palavras, que o Governo brasileiro não aceita interferências internas na política interna vinda de outros países. Isso já estava

¹³⁰ “Relatório da missão à China”, *Jornal do Brasil*, 26 de abril de 1974, p.15, 1º caderno, editorial.

¹³¹ “Ideologia e Comércio Exterior”, *O Estado de São Paulo*, 30 de abril de 1974, p.3, editorial.

¹³² “Missão chinesa virá em agosto ao Brasil”, *O Estado de São Paulo*, 26 de abril de 1974, p.14.

¹³³ “Silveira diz que Brasil abomina toda prepotência”, *O Estado de São Paulo*, 27 de abril de 1974, capa.

expresso no discurso de posse de Geisel, quando preconizou a não interferência em assuntos nacionais por parte das relações externas, como vimos anteriormente.

A notícia¹³⁴ que segue na editoria de internacional possui uma narrativa mais otimista e não tão crítica quanto as anteriores a respeito das negociações entre o Brasil e a China comunista. Nela, os destaques são para os possíveis produtos a serem exportados e importados – desta vez, sem maiores destaques para o petróleo – pelos dois países, mas, conforme Coutinho, declaram estar prontos para que tudo se modifique com a chegada dos chineses. Para Coutinho, o parque industrial brasileiro poderá os impressionar muito. Por sua vez, o ministro Severo Gomes, da Indústria, declarou que, naquele primeiro ano do Governo Geisel, pretendia-se criar novos incentivos à exportação, estando a relação com a China diretamente relacionada com estes planos, pois tratava-se do surgimento de um novo mercado para os produtos brasileiros.

No dia seguinte, há uma notícia¹³⁵ também em página que trata sobre questões internacionais, na qual o *Estadão* retrata na sua narrativa a aproximação entre Brasil e China como “acelerada”, assim como a execução da política do pragmatismo responsável está sendo em “alta velocidade” pelo Governo Geisel. O jornal paulista também atribui à política externa o caráter de “criadora” e “atualizadora”, fazendo referência a contatos com outros países, como a Hungria, Romênia e Bulgária.

A vinda ao Brasil, em agosto, da missão comercial chinesa será **um segundo e rápido passo** para o estabelecimento de **relações diplomáticas** entre Brasília e Pequim, que poderá ocorrer ainda este ano.¹³⁶

O jornal paulista faz observações comparando com o antes e depois da posse de Geisel, que, poucos dias após assumir o Governo brasileiro, “emprestou caráter oficial” à missão que partiria para a China e que por tudo que foi acompanhado até o momento “não se acredita, diante da **velocidade** imprimida, que as relações diplomáticas demorem a ser estabelecidas”. O *OESP* analisa ainda que esta postura do novo governo se traduz em tudo que possa contribuir para o desenvolvimento nacional, fator que está de acordo com os ideais expressos por Geisel, como foi possível observar até agora.

Por fim, a última publicação em torno da política externa e dos eventos da posse do novo governo, bem como a ida de uma missão brasileira para a China, resultou ao final do mês de abril em um texto no editorial¹³⁷, do *Estadão*, conforme mencionamos anteriormente. No

¹³⁴ “Brasil prepara vendas à China”, *O Estado de São Paulo*, 27 de abril de 1974, p.10.

¹³⁵ “Brasil-China, relações ainda este ano”, *O Estado de São Paulo*, 28 de abril de 1974, p.34.

¹³⁶ Grifos nossos. Idem.

¹³⁷ “Ideologia e Comércio Exterior”, *O Estado de São Paulo*, 30 de abril de 1974, p.3, editorial.

editorial, o jornal defende a sua posição de comunicador que há muitos anos já argumenta para a tese de que “ideologia política e comércio exterior não devem ter nada a ver entre si”. Para dar bases ao seu argumento, o jornal paulista refaz um breve histórico de publicações que vem desde a Segunda Guerra Mundial, mostrando as vezes em que a narrativa da empresa esteve dando suporte a decisões dos governos brasileiros perante outros países. E mesmo agora após a declaração de Severo Gomes sobre a intensificação de exportações, incluindo o mercado da China comunista, *O Estado de São Paulo* segue defendendo o **intercâmbio comercial** entre os dois países em proveito mútuo. Em nenhum momento, é mencionada a defesa por relações diplomáticas.

Defendemos que isso se dá pelo fato de a comunidade chinesa em São Paulo ser de grandes proporções e o período em que ela passou a crescer de forma mais rápida foi após os anos 1960, tendo em grande expressividade membros da China nacionalista. A questão por trás da narrativa do jornal muito provavelmente se relaciona à voz da “opinião pública” que o jornal defende, considerando que países que passam a reconhecer a República Popular da China como a única China, conseqüentemente, denunciam as relações diplomáticas estabelecidas com Formosa. Algo de relevância encontrado na narrativa do jornal paulista, que não é possível observar no jornal carioca, é a pouca abordagem sobre aspectos da relação do Brasil e da China nacionalista desde o início do Governo Geisel, como o fez o *Estadão* quando teve oportunidade, mesmo quando publicou a notícia¹³⁸ a respeito do percentual elevado de comércio entre o Brasil e a RDC no ano que antecedeu o Governo Geisel.

No próximo capítulo, analisaremos as questões em que a imprensa concentrou sua narrativa quando do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, construindo o cenário público, assim como o Governo também desenvolveu essa relação embrionária com a China comunista, estrategicamente.

¹³⁸ “Formosa quer negociar importações”, *Jornal do Brasil*, 02 de abril de 1974, p. 22, 1º caderno.

3. NA AGENDA NACIONAL, O DESENVOLVIMENTO

Como já tivemos a oportunidade de mencionar, a pauta das negociações externas do Brasil estava interligada com as necessidades internas. Repetimos que, para Geisel, qualquer relação que fosse para beneficiar o Brasil, seriam consideradas. Neste capítulo, poderá ser observado o grau de importância que tinha para o Governo brasileiro relacionar-se em nível de embaixadas com a China comunista, através do que foi noticiado pela imprensa em análise neste trabalho. Também será abordada a documentação oficial por parte do Itamaraty sobre a parceria entre Brasil e China. Com tudo que foi exposto até agora e com as análises a seguir, seguimos defendendo que a imprensa aqui analisada posicionou-se favoravelmente ao caráter estratégico que esta parceria representou para o Brasil já no momento em que se deu o seu estabelecimento.

3.1. ATENÇÃO! OS CHINESES ESTÃO CHEGANDO

Passada a primeira etapa de aproximação entre o Brasil e a China comunista, os jornais reduziram o número de publicações sobre o assunto, as quais voltaram a aparecer em maior expressividade no mês de agosto de 1974. Porém, o teor das notícias publicadas e reportagens realizadas diferiu nos dois periódicos. O *JB* seguiu uma linha de demonstrar os benefícios que esta parceria diplomática iria proporcionar, assim como já vinha fazendo nas publicações analisadas no capítulo anterior. Já o *OESP*, que havia demonstrado um certo receio na sua narrativa, mesmo quando publicava matérias que mostravam os pontos positivos das negociações que viriam a ocorrer, continuou com publicações neste teor, salientando que a parceria não deveria ser vista como especial, mas apenas um mercado a mais para a diplomacia brasileira¹³⁹.

Outro aspecto das publicações do *JB* neste período que antecedeu a visita dos chineses e que não encontramos no *OESP*, é a narrativa extremamente descritiva sobre a **China comunista**, em caráter de publicidade acerca daqueles que lá viviam. De fato, havia muita propaganda de uma companhia de viagens turísticas no *JB*, inclusive com reportagem no “caderno b” do jornal, o que pode ter sido motivador para que o jornal escrevesse sobre esses aspectos culturais na página de notícias nacionais, utilizando de uma narrativa que aproximava a vida dos brasileiros com a dos chineses da RPC e que instigava o leitor a querer saber mais

¹³⁹ Esta postura do *OESP* assemelha-se ao que Geisel informou na entrevista publicada pelo CPDOC, a respeito dos planos que tinha para a diplomacia brasileira no seu governo e que o seu foco real eram os países de primeiro mundo. Sobre isso, ver: D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso Corrêa Pinto de. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 338

sobre este “**outro planeta**”¹⁴⁰, como descreve o *JB*¹⁴¹. Nesta mesma notícia¹⁴² publicada pelo *JB*, com informações baseadas em uma palestra sobre a missão chinesa, proferida em Porto Alegre pelo Sr. Ernesto Popp, diretor da Indústria de Tanino Tanac¹⁴³, o jornal fez uma comparação entre as pessoas que naturais do Rio de Janeiro e as de São Paulo, alegando que as primeiras se pareciam com os habitantes de Cantão na China comunista e que os residentes de Pequim lembravam os paulistas. Para explicar o que estavam querendo dizer, colocaram um trecho da fala do Sr. Popp, que havia dito na palestra que “Os 7 milhões de Pequim são gente sisuda; os 6 milhões de Cantão são mais falantes e brincalhões”¹⁴⁴. Considerando ser esta uma representação da opinião do jornal, podemos estender essas comparações sobre a população para a imprensa e suas publicações, pois, de fato, *JB* e *OESP* diferem nas suas abordagens sobre a diplomacia do Governo Geisel.

As referências ao comunismo também tiveram destaque nesta reportagem, pois o jornal, em sua descrição sobre a recepção que tiveram os brasileiros em abril, fez referência à multidão que agitava **bandeiras vermelhas** e também ao episódio em que o empresário havia sentado entre dois oficiais com a **estrela vermelha** no quepe, com os quais não conseguia se comunicar, restando apenas muitos brindes de vermute de soja durante todo o tempo em que estiveram reunidos. E, como podemos observar no trecho a seguir, a reportagem foi finalizada com mais uma descrição do Sr. Popp, na qual a China está representada como sendo um outro planeta, conforme subtítulo da reportagem.

A China **escolheu sua única opção** para não sofrer a fome e a miséria que encontramos na Índia – continuou o empresário, lembrando os grandes **murais de Marx, Lenin, Stalin, Trotsky e Mao, que estão nas ruas**. “Perguntei a um gerente de indústria se a produtividade era considerada para a fixação dos salários. Ele me respondeu que não e que todos produzem o máximo devido **a sua consciência política**. Não parecia que estávamos em outro país: parecia **outro planeta**”.¹⁴⁵

Dois dias depois desta reportagem, o *JB* noticiou uma publicação do jornal *Le Monde*, assinada pelo correspondente do jornal francês no Brasil naquele período, destacando as mudanças que já se apresentavam na diplomacia brasileira com o pragmatismo responsável evidenciando um afastamento da “doutrina das fronteiras ideológicas” e que tabus estavam

¹⁴⁰ Grifo nosso. “Dirigente chinês zomba de Formosa em encontro com a missão brasileira”, *Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1974, p.11, 1º caderno.

¹⁴¹ Na sua narrativa, o jornal afirma que o hotel chinês em que os brasileiros se hospedaram, conforme informante, se assemelhava a um hotel do RJ chamado Glória, mas que o dos chineses era tão grande que possuía uma portaria para cada andar do hotel.

¹⁴² “Dirigente chinês zomba de Formosa em encontro com a missão brasileira”, *Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1974, p.11, 1º caderno.

¹⁴³ Indústria líder mundial na produção de cavacos de acácia negra e extratos vegetais, funciona em Montenegro no RS desde 1948. Fonte: (<http://www.tanac.com.br>), acesso em: 21/02/2019.

¹⁴⁴ “Dirigente chinês zomba de Formosa em encontro com a missão brasileira”, *Jornal do Brasil*, 22 de maio de 1974, p.11, 1º caderno.

¹⁴⁵ Idem. Grifos nossos.

sendo quebrados, entre eles o da imprensa poder falar abertamente sobre as relações do Brasil com a RPC e também com Cuba¹⁴⁶. O que observamos, ao analisar estas publicações, é que o jornal carioca estava tentando mostrar que as transformações desejadas com o início do novo governo estavam aos poucos acontecendo. Ao findar o mês de maio, o *JB* publicou uma notícia sobre Formosa que, ao que demonstrava a narrativa do jornal, parecia ser uma possibilidade de mercado muito lucrativo ao Brasil e ao que Geisel dizia ter interesse de desenvolver, que era a venda de produtos industrializados, os quais, segundo o jornal carioca, agradaram o mercado da China nacionalista¹⁴⁷. Além disso, havia o interesse deles em vender ao Brasil barcos que poderiam ser usados também no comércio de petróleo. Tudo indica que era uma boa oportunidade para o Brasil, mas em nenhum momento o *JB* menciona a posição do Governo brasileiro quanto a isso, apenas há a exposição de como a relação poderia render lucros aos dois países. Como veremos mais à frente, ao concretizar as relações diplomáticas com a RPC, o Governo brasileiro rompeu com Formosa, reconhecendo a China comunista como a única China. Basicamente, situação que permite observar uma questão de prioridades, diplomáticas e de mercado.

Como mencionado anteriormente, as publicações do *OESP* seguiram um outro caminho, diferente do *JB*, que narrava todas as possibilidades que a China tinha a oferecer e, comparado ao jornal paulista, parecia apoiar o estabelecimento das relações diplomáticas. No mesmo mês de maio, houve quatro publicações em que a China comunista foi mencionada, enquanto, no *JB*, as publicações foram diversas, principalmente nas relações da China com os outros países. Dois dos textos publicados pelo *OESP* eram avaliações sobre o início do governo, as outras duas sobre o comércio de produtos entre os dois países e apareceram no jornal de forma intercalada. A primeira notícia tratou do mercado chinês na visão do que os observadores governamentais relataram à imprensa, alegando que as informações vinham de um deles, mas sem mencionar o nome do representante¹⁴⁸. Constatamos um certo descaso com as possibilidades de negociações em um primeiro momento, como tentando não dar importância a este mercado que estava em análise, alegando que ainda não era possível estimar os lucros dessa relação, considerando que a vida e o padrão de consumo dos dois países não se assemelhavam. Em um segundo momento, há o destaque para **a não necessidade em estabelecer relações diplomáticas**, tendo em vista que o comércio entre Brasil e RPC já vinha ocorrendo e que inclusive já era lucrativo ao Brasil, expondo dados do último ano e mais uma

¹⁴⁶ “”Le Monde” diz que Brasil rompe fronteira ideológica”, *Jornal do Brasil*, 24 de maio de 1974, p.3, 1º caderno.

¹⁴⁷ “Formosa tem interesse de vender barcos de pesca para o Brasil”, *Jornal do Brasil*, 31 de maio de 1974, p.13, 1º caderno.

¹⁴⁸ “Ainda é indefinido o mercado chinês”, *O Estado de São Paulo*, 03 de maio de 1974, p.33.

vez destacando que a China não se preocupava com a balança bilateral, apenas com o cálculo mundial. Ao mesmo tempo, segundo o seu informante, havia a previsão de que as relações diplomáticas seriam estabelecidas, mas que o tempo para que isto ocorresse não estava estimado.

A segunda publicação do *OESP* naquele mês tratou-se de um artigo¹⁴⁹ de Alberto Dines¹⁵⁰, jornalista que havia trabalhado no *JB* até 1973. A página em que constava o artigo inicialmente sofreu a ação dos censores e foi reformulada, mas o objeto de censura não foi o artigo de Dines, foi uma notícia em que aparecia o nome do ex-presidente Médici e do ex-Ministro Delfim Netto, constando uma parte do Canto Décimo de Camões no local e estando em torno de 50% da página ocupada por propaganda. Dines usa palavras como “tipicidade da nova política externa” e “esquema governamental” para aludir à relação do Brasil com a China e o bloco comunista, dizendo que esta investida fazia parte da atitude do governo em sempre “equilibrar e compensar as pressões muito fortes sobre determinado setor”, abrindo novos mercados para a indústria brasileira. Apesar de ser um artigo assinado por um jornalista que não fazia parte do corpo editorial da empresa, de certa forma o *OESP* deveria estar de acordo com a análise feita por Dines, ou não sujeitaria seu público leitor a ler algo que não condissesse com seu pensamento.

Alguns dias depois, o *OESP* publicou uma notícia¹⁵¹, explanando sobre os produtos para exportação e importação a serem negociados na vinda dos representantes chineses ao Brasil, sem ainda informar a data. Apresentou então como forte produto na pauta de exportação o açúcar, como já mencionamos no capítulo anterior, além de possivelmente algodão e minério de ferro. Já para a importação foi dada ênfase ao carvão, destacando inúmeras vantagens que tornariam o negócio lucrativo ao Brasil, inclusive na questão do frete, pois aproveitar-se-iam navios que retornassem do Japão para buscar o produto na China comunista. Mais próximo do fim daquele mês há um artigo publicado na página de opinião¹⁵² do *OESP*, que, de forma mais sucinta que Dines, expôs uma análise do Governo Geisel. Abordando ações empregadas por

¹⁴⁹ “Dois meses do Governo Geisel, uma avaliação”, *O Estado de São Paulo*, 19 de maio de 1974, p.6, artigo assinado.

¹⁵⁰ Alberto Dines foi jornalista, escritor e professor universitário. Trabalhou no *Jornal do Brasil* por 12 anos (1972-1973), foi editor-chefe e o grande responsável por consolidar a reformulação do jornal, que ganhou maior destaque na imprensa brasileira, servindo de estímulo para as outras empresas jornalísticas. Foi o responsável pela criação da Editora de Fotografia, Departamento de Pesquisa, os Cadernos de Jornalismo e a Agência JB. Após sua demissão em 1973, passou um período nos EUA, retornando em 1975 e dali em diante trabalhou em diferentes locais, entre eles a *Folha de São Paulo*, *Editora Abril* e criou o *Observatório da Imprensa em Portugal*. Em 1998 retornou ao JB, no qual manteve uma coluna de crítica jornalística. Informações retiradas do CPDOC: (https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/alberto_dines), acesso em: 21/02/2019.

¹⁵¹ “China poderá fornecer carvão”, *O Estado de São Paulo*, 23 de maio de 1974, p.44.

¹⁵² “Revisão é ampla em vários setores”, *O Estado de São Paulo*, 28 de maio de 1974, p.3, artigo assinado apenas por duas letras – C.C. – sem de fato identificar o autor, prática muito comum de ver no *OESP* nas publicações da página do editorial do jornal.

diversos setores, o primeiro que apareceu na narrativa do jornal foi sobre a política externa e sobre a possibilidade de relações com a China. Após comentar sobre outros ministérios, o autor do artigo concluiu que as mudanças estavam ocorrendo na totalidade da política nacional e ressaltou que a maior prova disso era a centralidade das decisões no presidente, tendo os ministérios perdido grau de liberdade nos seus assuntos. Conforme o trecho final do artigo, essas mudanças todas representavam muito mais do que estaria sendo possível identificar, seja em comportamento, ou na filosofia do governo.

Notamos, na narrativa de ambos os jornais, a tensão e a expectativa para os próximos passos que seriam dados pelo Itamaraty em relação à China comunista. De um lado, o desejo explícito de que houvesse o acordo diplomático e, de outro, o contrário, evidenciando uma contrariedade sobre a necessidade de relacionar-se via escritórios, sendo que o comércio já era realizado, e o lucro era mais expressivo ao Brasil do que para os chineses e não reconheciam grandes necessidades de alterar-se isso, conforme analisamos nas publicações. Na falta de novas informações sobre a parceria, nos dois meses que antecederam a chegada dos chineses em agosto de 1974, não houve outras publicações sobre o assunto, o que não significa que a China não era mencionada. A China aparecia nas matérias em geral sobre tema internacional, abordando sua relação com outros países, principalmente EUA e URSS, bem como as questões nucleares e possíveis lançamentos chineses estavam em evidência.

Ao iniciar o mês de agosto de 1974, surgiram novos fatos sobre a missão que estaria para chegar no dia sete daquele mês e mais uma vez os periódicos surpreenderam. Antes dos chineses chegarem, o *OESP* apresentou manchete de capa, com chamada para artigo assinado no interior do jornal. Já o *JB*, o qual demonstrou uma maior expectativa sobre este assunto da diplomacia brasileira nas últimas publicações analisadas acima, fez o anúncio de que os chineses estariam chegando em apenas duas linhas e meia na coluna do *Informe JB*¹⁵³, voltando com o mesmo entusiasmo descrito anteriormente, em relação à parceria, nos dias que se seguiram.

Os chineses estavam chegando e, com eles, uma série de mudanças que acarretariam em novos questionamentos por parte da imprensa, que transformava em notícia cada novo fato apresentado pelos setores governamentais, ou, também, por parte do empresariado, grandes interessados neste mercado que estava para ser ampliado aos produtos brasileiros.

Como defendemos nesta pesquisa, o *JB* coloca em evidência na reportagem¹⁵⁴ do dia 5 de agosto que a vinda dos chineses naquele período – a forma com que tudo aconteceu rapidamente nesta questão diplomática após Geisel assumir o Governo – tinha um “**inegável**

¹⁵³ “Informe JB”, *Jornal do Brasil*, 02 de agosto de 1974, p.10, 1º caderno, coluna.

¹⁵⁴ “China deseja ampliar negócios”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno.

caráter político”¹⁵⁵, diríamos que maior do que as entidades governamentais tinham assumido publicamente à população. Como de costume, o *JB* fez referência à cultura chinesa, chamando atenção para suas vestimentas, nomeando-os de “sóbrios uniformes cinza”. O adjetivo “sóbrios” relaciona-se também com a imagem produzida nos periódicos sobre os chineses, que eram pessoas contidas, discretas, que não costumam despertar atenção.

Contudo, conforme poderá ser visto no decorrer deste capítulo, a presença dos chineses mostrou um outro lado deles que não era comumente destacado, além do fato de serem “cortesês” como mencionado no capítulo anterior¹⁵⁶. Junto a esse comentário sobre as vestimentas, está mais uma vez mencionado o episódio da prisão dos chineses em 1964 no Brasil, ressaltando que seria a primeira vez que membros da China comunista viriam ao Brasil depois do ocorrido, dando ênfase na narrativa por nesta vez eles estarem a convite governamental, com toda a assistência que se costumava oferecer aos visitantes estrangeiros em missão oficial. Outra abordagem fica por conta da especulação acerca do roteiro que teria a missão aqui no Brasil, dito secreto, no intuito de preservar a segurança dos visitantes. Também **volta a mencionar o peso político** dessa missão, mas colocando ao público os limites impostos pelo Itamaraty, de que se acaso as relações diplomáticas fossem firmadas, ainda não havia um prazo para tal ocorrer, estando o General Ernesto Geisel com esta responsabilidade de decisão, assim como arcou com a **repercussão política** da ida de um representante do governo na missão de abril e também “incluindo o desagrado de Formosa”.

No dia seguinte, foi publicada uma notícia¹⁵⁷, repetindo algumas informações da edição anterior, noticiando que a missão chinesa chegaria no dia seguinte e acrescentando novas informações ao roteiro que ainda era desconhecido na sua totalidade, mas mencionam-se os encontros que já estariam marcados, iniciando a narrativa pelos contatos governamentais para só então mencionar os assuntos empresariais, que ficariam para a parte final da missão, segundo o *JB*. O *OESP* discorreu sobre o assunto apenas no dia 4 de agosto, mas em proporções maiores do que as reportagens feitas pelo *JB*. A manchete¹⁵⁸ de capa com informações de Hongcong trata sobre a partida dos chineses com destino ao Brasil, chefiada pelo vice-ministro de comércio Chen Chien, destacando que o mesmo possuía autorização para negociar as relações

¹⁵⁵ “China deseja ampliar negócios”, *Jornal do Brasil*, 05 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno. Grifos nossos.

¹⁵⁶ “Imprensa chinesa destaca a visita dos brasileiros”, *Jornal do Brasil*, 14 de abril de 1974, p.28, 1º caderno.

¹⁵⁷ “Chineses chegam amanhã”, *Jornal do Brasil*, 06 de agosto de 1974, p.16, 1º caderno.

¹⁵⁸ “Missão chinesa chega 4.a”, *O Estado de São Paulo*, 04 de agosto de 1974, capa.

diplomáticas com o Brasil. A manchete fazia referência a um artigo¹⁵⁹ assinado por Ronan S. Ferreira¹⁶⁰.

Ferreira inicia o seu artigo com argumentos que mostram o que fazia crer que naquela visita aconteceria o estabelecimento de relações diplomáticas, dando como exemplo recente a época de que ocorrera o mesmo entre RPC e Venezuela, que também havia sido visitada por uma missão comandada por um dos outros cinco vice-ministros da China comunista. Deixa claro ao leitor que se tratava de missão com *status* e poder de decisão, para em seguida fazer um alerta: reconhecer a China comunista implica renunciar a China de Formosa. Faz, no texto, na sequência um balanço dos países que apoiam uma ou outra, quando Formosa contava com o apoio de 35 países – até então, o Brasil era um deles – e a RPC com mais de 100 apoiadores. Com relação à aproximação entre Brasil e China, Ferreira menciona a pressão por parte do empresariado e denuncia a ingenuidade daqueles que viam essa relação apenas como comercial, enfatizando que o comércio exterior da China havia crescido em torno de 50% do início da década de 1960 para 1970 e, principalmente, que

Essa ocidentalização leva à gradativa modificação dos hábitos de consumo dos chineses. E os empresários observam que há um fator que justifica e estimula a aproximação: **há mais de dez anos que os chineses desvincularam seu comércio exterior de qualquer ação política ou ideológica. Agem de maneira bastante pragmática e não fazem questão de equilíbrio comercial.** Se precisam de um produto, pagam à vista, não lhes interessando uma reciprocidade bilateral, mas apenas um equilíbrio no total geral de suas importações e exportações.¹⁶¹

Quanto ao discurso de não ser necessário um equilíbrio na balança comercial, é uma narrativa que a imprensa já vinha apresentando desde o princípio em ambos os jornais. Porém, não é uma posição encontrada na bibliografia especializada, tão pouco na obra do CPDOC fruto de entrevista com o próprio ex-presidente na década de 1990, tanto que, conforme poderá ser visto no último subcapítulo, consta no segundo artigo do Acordo Comercial que ambos os países farão o possível para manter o equilíbrio da balança. E esse é o primeiro aspecto questionável deste discurso em evidência na imprensa. Assim como Ferreira considerou ingenuidade por parte de quem não acreditava que daquela visita da China comunista resultaria em um acordo diplomático, consideramos ingenuidade acreditar que um país não se importaria

¹⁵⁹ “Missão chinesa poderá abrir o caminho do reconhecimento”, *O Estado de São Paulo*, 04 de agosto de 1974, p.26.

¹⁶⁰ Repórter e jornalista, trabalhou no *OESP* no início do regime civil-militar, mas não há informação de quando ocorreu o seu desligamento da empresa. Também teve passagem por outras empresas, como o *Correio da Manhã*, mas teve seu nome reconhecido pelos trabalhos na *Rede Globo*, para qual trabalhava desde 1975. Informações sobre o jornalista retiradas do memorial *on-line* da *Globo*: <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/ronan-soares.htm>, acesso em: 21/02/2019.

¹⁶¹ “Missão chinesa poderá abrir o caminho do reconhecimento”, *O Estado de São Paulo*, 04 de agosto de 1974, p.26. Grifos nossos.

em sair perdendo nas suas relações externas com outro país, e prova disso é o Acordo Comercial assinado ainda no Governo Geisel.

Em relação à informação do *OESP* de que há mais de dez anos anteriores a 1974 os chineses da RPC não envolviam ideologia nos seus compromissos externos, se for considerado o período anterior ao golpe civil-militar, torna-se mais do que infundada a prisão dos nove chineses em missão comercial no Brasil naquela época, acusados de subversão. Mas este questionamento, que o próprio *OESP* fará em suas páginas, sobre qual a diferença da China comunista do início do regime civil-militar para aquele momento, o que também conecta as ideias de Ferreira à opinião do jornal. Entretanto, a narrativa de Ferreira se parece em muito com a visão de Oliveira sobre a retomada de parceria, quando o autor alega que, para os objetivos de desenvolvimento e inserção internacional que tinha a diplomacia brasileira naquele período, não faria sentido o Brasil deixar a RPC de fora do seu círculo da política externa¹⁶². Também menciona uma mudança de postura da China comunista em relação à diplomacia a partir da IX Congresso do PC chinês, dando início ao que foi chamado de ofensiva do sorriso. O artigo se encerra com o comentário de Ferreira de que Geisel “acelerou” a aproximação entre os dois países já no início do governo e que a RPC respondeu enviando uma missão de alto nível, o que demonstra interesse recíproco, sendo quase incoerente que disso não resultasse um acordo diplomático.

No dia previsto para a chegada da missão chinesa, ambos os periódicos aqui analisados apresentaram chamada de capa que, fora o tópico geral que envolvia esta visita como temos apresentado, os jornais abordaram assuntos diferentes. O *JB* declarou, na capa¹⁶³, que os chineses poderiam estar ofertando “petróleo em troca de café, soja, calçados e açúcar”. Já o *OESP* anunciou¹⁶⁴ que o Brasil poderia vir a instalar uma fábrica siderúrgica na China comunista, bem como vender calçados para eles.

Da mesma maneira como ocorreu no envio dos representantes governamentais junto à missão que foi à China no início de 1974, diplomatas do Itamaraty apenas anunciaram que o sentido óbvio da vinda dos chineses seria para conhecer mercados de importação e exportação, a fim de melhor acertar as relações comerciais, conforme notícia¹⁶⁵ do *JB*. O jornal também menciona as “intensas especulações” sobre o assunto, ao mesmo tempo em que conclui que “na verdade pouco se sabe sobre as pretensões dos chineses” e que, conforme uma “fonte oficial”, “a missão não tem a importância econômica” que estavam colocando sobre ela, ao mesmo

¹⁶² Sobre isso ver: OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. (Org.). *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*, v.1, São Paulo: Saraiva, 2006.

¹⁶³ “Chineses podem trocar petróleo por café e soja”, *Jornal do Brasil*, 07 de agosto de 1974, capa.

¹⁶⁴ “China pode ter técnica brasileira”, *O Estado de São Paulo*, 07 de agosto de 1974, capa.

¹⁶⁵ “Missão da China Popular no Brasil procura impulsionar comércio em vários setores”, *Jornal do Brasil*, 07 de agosto de 1974, p.16, 1º caderno.

tempo que a presença deles poderia acelerar o processo de estabelecer “relações políticas”. O *OESP*, ao contrário do que mencionou o *JB* ser “o sentido óbvio da missão”, fez na sua narrativa uma denúncia ao sigilo em volta da missão “que tem mais caráter político do que comercial” e que o mistério em volta da agenda dos chineses no Brasil estaria prejudicando os empresários com interesse de dar andamento em negócios com aquele país¹⁶⁶. Apesar do título da reportagem e do mencionado no início deste parágrafo, mais de 50% da narrativa do jornal nesta publicação envolveu o histórico do comércio entre os dois países, mencionando desde as investidas no Governo de Jânio Quadros, os chineses presos em 1964 até a falta de vitalidade do comércio desde então. E, como de costume, mencionou o silêncio a respeito das relações diplomáticas.

Os mistérios acerca da parceria estavam prestes a serem esclarecidos, talvez não com os motivos reais por trás desta investida do Governo, mas, com a chegada dos chineses, as expectativas seriam supridas na imprensa. Talvez não agradasse a dita “opinião pública” a totalidade das negociações, mas foquemos no que pode ser analisado, que é a repercussão por parte da imprensa do caráter embrionário desta parceria, que além de noticiar, traz consigo a opinião acerca dos fatos.

3.2. A MISSÃO DA CHINA COMUNISTA E O ENIGMA DIPLOMÁTICO

No ínterim em que os chineses estiveram no Brasil, de 07 a 16 de agosto de 1974, pode-se dizer que quase houve mais textos publicados nos dois periódicos do que nos meses anteriores. O Governo usou de toda a cautela disponível para adiar ao máximo a informação da decisão sobre o estabelecimento da parceria, fazendo a comunicação somente no dia que antecedeu o fim da estadia dos chineses no Brasil. Até lá, os jornais estiveram publicando todos os passos desses visitantes comunistas e, obviamente, não deixaram de especular sobre as respostas que ainda não tinham. O *JB* lançou várias reportagens, em todos os dias, e *OESP* só não publicou no dia 12.

No dia 8 de agosto, com base no título das notícias¹⁶⁷ no *OESP*, analisando a partir do ponto de vista de quem não lê todo o conteúdo noticioso e apenas vê as partes principais, poderia pensar que a China não tinha nenhum interesse em firmar relações com o Brasil, o que não era o caso e, também, os textos referem-se à vinda dos chineses como missão comercial, quando, em outro momento, já havia sido destacado o poder político que possuíam os enviados. Além

¹⁶⁶ “Usina e calçado para a China”, *O Estado de São Paulo*, 07 de agosto de 1974, p.15.

¹⁶⁷ “China não fala de relações”, *O Estado de São Paulo*, 08 de agosto de 1974, p.18. E “A missão comercial quer igualdade de tratamento”, *O Estado de São Paulo*, 08 de agosto de 1974, p.18.

de descrever em quase a totalidade da reportagem sobre o que já havia sido informado a respeito do roteiro destes visitantes, o jornal diz que Chen Chien, ao ser questionado pelos jornalistas a respeito da parceria, optou por dar uma resposta vaga, sem dizer sim ou não, assim como os representantes do Governo brasileiro também faziam. Nada mais do que natural, pois estavam em um país onde a decisão em última instância era do presidente da república, o qual prezava pela não interferência em situações internas e qualquer frase a mais para a imprensa estaria diretamente sendo divulgada para a população e causaria impacto na “opinião pública” defendida pelos jornais. A parte disso, o jornal paulista ressaltou a descrição dos chineses que já haviam tido o primeiro encontro com Azeredo da Silveira e outros representantes do Governo, assim como disse que o vice-ministro do comércio chinês “espera incrementar as relações comerciais”.

No dia seguinte, ao contrário do dia anterior, quando o *OESP* mencionou que os chineses não falaram sobre as relações, há já no título da notícia¹⁶⁸ a informação sobre o desejo por parte dos chineses em estreitar as mesmas. Na notícia, para embasar a sua afirmação, o jornal descreve toda uma cena do almoço no dia anterior em que estavam presentes os integrantes da missão e representantes do Governo, entre eles Silveira. A forma como está escrita lembra o ensinamento que Darnton apresenta sobre a construção de um fato em notícia, no caso mencionado no primeiro capítulo¹⁶⁹, pois a narrativa faz o leitor sentir que está envolvido na cena, brindando e escutando a fala dos que lá estavam. Ao mencionar uma fala de Chen Chien há a menção para “relações estatais”, a qual o jornal não destaca e nem questiona, mas era a forma com que os chineses se referiam às relações diplomáticas. O texto concentra-se apenas em abordar as questões econômicas e o quanto a parceria de países com as dimensões que têm China e Brasil poderia ser benéficas para outros países mais necessitados em desenvolver-se, conforme fala de Silveira. Além de novamente mencionar as questões do roteiro que estariam tendo os chineses, outra parte significativa da notícia trata das questões que envolvem petróleo e energia, que, segundo o Ministro Ueki, sobre os quais não seriam fornecidas muitas informações naquele momento, em virtude de estarem preparando uma nota oficial à imprensa e que nela teriam as informações necessárias. Único comentário do ministro versou sobre a importação do excedente de petróleo que a China poderia fornecer ser vantagem para o Brasil, que possuía navios ociosos retornando do Japão e que voltar de lá com petróleo teria impacto positivo no preço do produto aqui no Brasil, devido ao fato de que o frete é um dos elementos que causa elevação no preço do produto.

¹⁶⁸ “China prevê relações mais estreitas”, *O Estado de São Paulo*, 09 de agosto de 1974, p.12.

¹⁶⁹ Sobre isso, ver página 34 do primeiro capítulo.

No dia 10 de agosto de 1974, o *OESP* publicou um editorial¹⁷⁰ no qual mencionou, da mesma maneira como referiu em abril¹⁷¹, que o jornal defendia a questão de que relações comerciais e ideologia política não tinham necessidade de serem associadas, pois, para o jornal, o que importava era a moeda ser conversível, para não prejudicar as finanças. Dito isso, o jornal traçou um histórico de relações com outros países e viagens feitas a China por empresários, ressaltando que, para eles, do “ponto de vista brasileiro”, o que interessava era a diversificação geográfica dos mercados para os produtos do Brasil. No mesmo dia e em outra página, houve uma notícia¹⁷² sobre o silêncio das autoridades sobre ocorrer ou não a realização de relações diplomáticas e neste dia o jornal analisou, em sua narrativa, o significado de “relações estatais” ditas pelos chineses, não chegando a uma conclusão, mas notamos que preferiu-se optar por entender como referindo aos acordos econômicos que estariam sendo realizados. Ao mesmo tempo em que o jornal também disse que, “independente da afirmação diversas vezes feitas por autoridades, de que o interesse de Pequim é **muito mais político do que econômico**, já ficou **bem claro** que muitos negócios serão acertados na próxima semana”, ou seja, parecia haver uma certa negação ou no mínimo contradição com as próprias informações transformadas em notícia no *OESP*.

No *JB*, as abordagens sobre os visitantes comunistas são diversas, o dia 8 conta com manchete de capa e também notas e reportagens em duas páginas no interior do periódico, estando uma delas quase que na totalidade com narrativas a respeito do assunto. A manchete¹⁷³ discorreu sobre os produtos que a China estaria ofertando – enxofre, carvão e petróleo – bem como um possível acordo marítimo, apesar de que este não foi concluído no Governo Geisel. Em uma das páginas do *JB*, havia duas notícias sobre a fala de dois empresários, a primeira¹⁷⁴ era sobre Coutinho destacar em uma palestra da AEB a importância de ter na China representação comercial brasileira, que acarretaria o aumento de exportações para aquele local. A segunda¹⁷⁵ referiu o mesmo assunto, mas, na versão de Horácio Coimbra, acrescentando que as fronteiras ideológicas não deveriam impedir o estabelecimento de relações comerciais. Na página seguinte, foram publicados outros textos, sendo as notícias compostas pelos tópicos da manchete, mas também uma análise de Geisel sobre as consequências da visita chinesa e sobre os chineses as relações diplomáticas. A primeira notícia¹⁷⁶ informou o assunto dos produtos de comércio conforme as necessidades de cada país e a já “conhecida carência”, conforme o *JB*,

¹⁷⁰ “Pingue-pongue comercial com a China”, *O Estado de São Paulo*, 10 de agosto de 1974, p.3, editorial.

¹⁷¹ “Ideologia e Comércio Exterior”, *O Estado de São Paulo*, 30 de abril de 1974, p.3, editorial.

¹⁷² “Chineses, ainda o silêncio”, *O Estado de São Paulo*, 10 de agosto de 1974, p.14.

¹⁷³ “China oferece carvão, enxofre e petróleo”, *Jornal do Brasil*, 08 de agosto de 1974, capa.

¹⁷⁴ “Giuliete sugere representação oficial na China”, *Jornal do Brasil*, 08 de agosto de 1974, p.19, 1º caderno.

¹⁷⁵ “H. Coimbra prevê benefícios mútuos”, *Jornal do Brasil*, 08 de agosto de 1974, p.19, 1º caderno.

¹⁷⁶ “Missão chinesa oferece petróleo e enxofre ao Brasil”, *Jornal do Brasil*, 08 de agosto de 1974, p.20, 1º caderno.

do Brasil por petróleo e enxofre, citando Chen Chien e o Ministro do Planejamento Reis Veloso. Também acrescentam o comprometimento, a partir deste encontro, na “área da cooperação econômica”.

A notícia sobre o transporte marítimo¹⁷⁷, além de analisar brevemente as escalas de navios já realizadas pelos dois países, tratou de um futuro Acordo entre ambos, bem como também aproveitou o espaço para desmentir uma informação circulada na imprensa sobre a possibilidade de o Brasil instalar uma indústria siderúrgica na China. A respeito das relações diplomáticas¹⁷⁸, o *JB* fez a análise sobre a manifestação dos chineses acerca das “relações estatais”, sobre o real significado disso e comentou que nenhum ministro respondeu satisfatoriamente à questão, além de mencionar que a reunião de Chen Chien com Silveira teve parte dela fechada a imprensa. A última notícia¹⁷⁹ referiu-se a uma reunião que seria integrada pelo presidente Geisel, Ministros e o secretário do CSN com o intuito de analisar as consequências da missão chinesa no Brasil, e nela também se mencionou outra reunião de Geisel para tratar da Itaipu, bem como outras reuniões que Geisel teria, assim como também o *JB* destacou uma reunião sigilosa de Silveira com o Ministro Ueki de Minas e Energia e Hugo de Abreu da Segurança Nacional. Por fim, um dos textos fazia alusão aos “itens amenos” do roteiro programado para a missão chinesa, envolvendo mais aspectos turísticos, além de evidenciar que a parte mais importante da pauta de reuniões seria um encontro com Golbery no dia 16 daquele mês¹⁸⁰. E ainda, em uma nota, havia observações sobre tratamento que foi dado aos chineses desde a sua chegada, ressaltando que foi o mesmo dado a outras delegações estrangeiras¹⁸¹.

O interessante desses textos que foram publicados é que a narrativa empregada pelo jornal carioca, que, diferentemente do que comumente encontramos nas páginas do *OESP*, contém muitos aspectos que ressaltam aspectos culturais dos chineses caracterizados como qualidades pessoais e também mais destaques para as vestimentas e inclusive o material e cor das pastas que eles utilizavam. Como destaque dos aspectos culturais, estão a “pontualidade rigorosa”, o “formalismo e a polidez”, bem como os textos mencionam que os chineses que entendiam português faziam diversas anotações sobre tudo que os ministros brasileiros falavam. No jornal paulista, as publicações geralmente apareciam com uma narrativa mais pragmática, não dando tanta importância para questões de diferenças culturais entre os dois países e focando nas

¹⁷⁷ “Transporte marítimo é um item da pauta”, *Jornal do Brasil*, 08 de agosto de 1974, p.20, 1º caderno.

¹⁷⁸ “Chineses vislumbram relação diplomática”, *Jornal do Brasil*, 08 de agosto de 1974, p.20, 1º caderno.

¹⁷⁹ “Geisel examina consequências”, *Jornal do Brasil*, 08 de agosto de 1974, p.20, 1º caderno.

¹⁸⁰ “Encontro com Golbery dia 16”, *Jornal do Brasil*, 08 de agosto de 1974, p.20, 1º caderno.

¹⁸¹ “Tapete vermelho no desembarque”, *Jornal do Brasil*, 08 de agosto de 1974, p.20, 1º caderno.

relações comerciais e possível relação diplomática, que ainda aparecia sob especulação, como foi possível observar na análise anterior.

O dia 9 daquele mês, o *JB* também contou com manchete de capa¹⁸², dizendo que Silveira ressaltou a importância de Brasil e China “incrementarem significativamente as relações comerciais pelo bem de seus povos” e que Chen Chien respondeu afirmando que os dois países tinham o mesmo desafio de **desenvolver a economia e defender a soberania estatal** dentro da “coexistência pacífica”, ou seja, defender suas ideologias internas. A notícia¹⁸³ a qual a manchete fez referência, além de contar com abordagem do periódico sobre o assunto, também expôs na íntegra os discursos dos dois ministros. Desta vez, a narrativa do jornal não exibiu destaques aos costumes chineses, abordou de forma mais objetiva as questões apresentadas na reunião sobre o incremento do comércio e mais uma vez a discussão sobre um Acordo Marítimo, bem como uma análise apresentada por Ueki sobre a possibilidade de adquirir petróleo chinês, mencionando que a compra mais recente havia sido fechada com a URSS.

O jornal também esclareceu que a reunião que Geisel faria para analisar as consequências da presença dos chineses no Brasil, no dia anterior, havia sido cancelada. No dia 10, foram publicadas duas notícias, uma abordando as exportações de açúcar do IAA¹⁸⁴ e a falta de negociações a respeito da venda do produto aos chineses até o momento, evidenciando uma certa preocupação da instituição – por haver uma queda na exportação do produto – de que não ocorresse a conclusão da venda ainda no ano de 1974. Na outra notícia, foi dada ênfase ao interesse dos chineses em saber mais sobre a Usina de Itaipu, mapa de sua localização no Brasil, investimentos e a relação com o Paraguai por causa da construção¹⁸⁵. Antes de apresentar os próximos passos dos chineses e as pautas a serem discutidas, mencionou a satisfação de Chen Chien quanto aos contatos realizados até então, afirmando que isso teria continuidade na semana seguinte quando retornassem a Brasília. Ao final da reportagem, há mais uma vez a questão do petróleo, juntamente com uma análise feita através de informações da Agência Nova China sobre os novos poços petrolíferos e a chance de compra do produto pelos brasileiros.

Nos jornais por nós analisados, a partir do dia 11, iniciaram contradições de informações prestadas até então à imprensa e pela imprensa, sobre as negociações dos produtos na pauta de comércio entre Brasil e China. Ao que toca o *OESP*, no dia 11, foi publicada uma notícia¹⁸⁶ sobre a impossibilidade de o Brasil importar petróleo chinês, com base em um discurso de Chen Chien. *OESP* ressaltava, em sua análise, que o esquema de segurança no qual os chineses estavam

¹⁸² “Silveira pede mais trocas com a China”, *Jornal do Brasil*, 09 de agosto de 1974, capa.

¹⁸³ “Silveira diz que Brasil e China ampliarão suas relações econômicas”, *Jornal do Brasil*, 09 de agosto de 1974, p.16, 1º caderno.

¹⁸⁴ “IAA não exporta a preço baixo”, *Jornal do Brasil*, 10 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno.

¹⁸⁵ “Chineses querem saber mais sobre usina de Itaipu”, *Jornal do Brasil*, 10 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno.

¹⁸⁶ “China não pode fornecer petróleo”, *O Estado de São Paulo*, 11 de agosto de 1974, p.28.

envoltos impediu que uma série de perguntas da imprensa fosse traduzida pelo intérprete, e, assim, a narrativa da notícia ficou em torno das informações e levantamentos de dados apresentados pelos dados oficiais do Brasil e divulgados na imprensa até então sobre a possibilidade de ter petróleo chinês, assim como a negação pelo chefe da missão chinesa, que alegou que os poços da China não tinham condições de suprir as necessidades de petróleo do Brasil, assim como a longa distância para o transporte seria outro empecilho, na sua visão.

O restante da narrativa do jornal tratou de números técnicos apresentados pelas fontes oficiais do governo em relação à importação e à exportação brasileira. Já no *JB*, neste mesmo dia, há um artigo¹⁸⁷ assinado por Luiz Barbosa e uma notícia¹⁸⁸ também sobre a dificuldade de ser importando petróleo chinês pelo Brasil, bem como sobre a importação de enxofre também¹⁸⁹. O artigo de Barbosa claramente estava de acordo com o que o *JB* estava defendendo até então em suas publicações, de que o firmamento de relações diplomáticas só iria melhorar as negociações entre os dois países. Para dizer isso, Barbosa alegou que isso era um passo “óbvio” que seria dado desde que Geisel assumiu enviar representantes do Governo na missão de abril, bem como todas as negociações até então não podiam ser “meras operações de compra e venda”, chamando atenção também para o que seria decidido em relação às negociações com Formosa, pois relações diplomáticas com a RPC excluem a outra. Na reportagem sobre o petróleo, além das informações dadas por Chen Chien como o *OESP* também divulgou, mas sem fazer comparações com o que vinha sendo dito por fontes oficiais brasileiras como fez o jornal paulista, o *JB* construiu uma análise da pré-disposição de permitir comércio direto entre empresas dos dois países sem a necessidade de relações diplomáticas, bem como relacionou as semelhanças da necessidade de desenvolvimento de Brasil e China, sempre mencionando frases ditas pelo representante chinês. Sobre a questão do enxofre, há no meio da narrativa, em letras de forma, a ressalva de que as informações foram fornecidas diretamente ao *Jornal do Brasil* e que este problema em ter enxofre chinês se dava pelo fato de constatarem que a China era um país importador do produto, através dos EUA.

Na notícia¹⁹⁰ do dia 12, no *JB*, foi publicada mais uma, entre tantas análises já realizadas pela imprensa, sobre a ampliação do comércio entre os dois países. No entanto, desta vez, a narrativa do *JB* tinha o intuito de mostrar que “até agora a balança comercial **favorece acentuadamente** o Brasil¹⁹¹”, para então apresentar um estudo acerca dos dados de comércio já realizados, dando ênfase aos produtos comprados e vendidos, com o objetivo também de

¹⁸⁷ “Brasil vai ter relações com a China”, *Jornal do Brasil*, 11 de agosto de 1974, p.7, 1º caderno.

¹⁸⁸ “Petróleo chinês é difícil”, *Jornal do Brasil*, 11 de agosto de 1974, p.29, 1º caderno.

¹⁸⁹ “Técnicos não crêem em enxofre”, *Jornal do Brasil*, 11 de agosto de 1974, p.29, 1º caderno.

¹⁹⁰ “Comércio com a China pode ampliar-se agora”, *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1974, p.14, 1º caderno.

¹⁹¹ Grifos nossos.

prever futuros negócios com base em informações prestadas pelo Itamaraty, bem como voltar a alegar que a China poderia fornecer petróleo ao Brasil. Assim como no dia seguinte, houve uma notícia¹⁹² sobre o encontro do então presidente da Petrobrás com Geisel, para mostrar prospecções da possibilidade de a China fornecer petróleo, mas o jornal também deixou claro que “nada ficou acertado”. No dia 14, o *JB* compôs apenas uma nota¹⁹³, discorrendo sobre a visita dos chineses na Volkswagen e do seu interesse em comprar carros produzidos aqui no Brasil, mas, no final desta nota, havia um destaque para o Banco do Brasil ter negado a intenção em instalar uma sede do banco na RPC, apresentando a contradição de que o próprio Banco do Brasil teria mencionado a importância de ter agências em vários países.

OESP publicou, no dia 13, uma notícia¹⁹⁴, analisando a exportação de minério de ferro para a China e destacando que a saída do produto só poderia ocorrer a partir de 1977, pois até lá a produção já estava comprometida com outros destinos. Também se deu o destaque para a visita dos Chineses ao Centro de Energia Nuclear na Agricultura, tendo eles ficado impressionados com a tecnologia empregada e vislumbrando negociações nesse sentido para o futuro. A narrativa chamou a atenção para a forma como os chineses foram recebidos em Piracicaba, por “industriais que estavam acompanhados por agentes da polícia federal e do DOPS” e também para a chegada dos chineses a São Paulo “vestidos com a tradicional túnica ao estilo Mao Tse-Tung”, e esta foi primeira vez que *OESP* mencionou os aspectos da vestimenta dos integrantes da missão.

No dia seguinte, o jornal divulgou duas notícias, uma sobre o petróleo¹⁹⁵ e outra sobre as relações entre Brasil e China¹⁹⁶. Em relação à primeira, o jornal paulista já fez alusão, no primeiro parágrafo, à confusão acerca do assunto e retratou que, conforme fontes autorizadas, “**o governo brasileiro sabe** que a produção petrolífera da China é limitada¹⁹⁷” e ainda segundo as mesmas fontes, sem esclarecer quais eram, somente Chen Chien tecia comentários com os funcionários do Itamaraty, assim como ressaltou que a imprensa não conseguiu se aproximar deles em São Paulo, apenas fotografá-los em sua vestimenta ao estilo de Mao, como já mencionado na publicação anterior. A notícia é finalizada com a descrição da possibilidade de serem estabelecidas as relações diplomáticas ao final daquela semana, de acordo com que os observadores já haviam anunciado, fazendo um aporte para a outra notícia referida acima. Nesta publicação, há várias referências a falas de Chen Chien durante um jantar oferecido aos chineses, sendo uma delas a previsão de relações diplomáticas e, quanto a isso, *OESP* asseverou

¹⁹² “Faria Lima acha possível comprar petróleo da China”, *Jornal do Brasil*, 13 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno.

¹⁹³ “Chineses visitam a Volkswagen”, *Jornal do Brasil*, 14 de agosto de 1974, p.16, 1º caderno.

¹⁹⁴ “Só em 3 anos, China poderá importar ferro”, *O Estado de São Paulo*, 13 de agosto de 1974, p.18.

¹⁹⁵ “Petróleo Chinês só interessará no futuro”, *O Estado de São Paulo*, 14 de agosto de 1974, p.10.

¹⁹⁶ “Iniciar relações, tema em S. Paulo”, *O Estado de São Paulo*, 14 de agosto de 1974, p.10.

¹⁹⁷ “Petróleo Chinês só interessará no futuro”, *O Estado de São Paulo*, 14 de agosto de 1974, p.10. Grifos nossos.

que o ex-ministro ouviu o silêncio do secretário Carlos Rocca¹⁹⁸, presente no jantar, em mais uma possível demonstração de desconforto por parte dos paulistas com a ideia das relações diplomáticas, mesmo já tendo noção de que ocorreria, conforme o próprio jornal demonstrou.

Se os jornais já estavam ansiosos e especulativos por informações a respeito da parceria diplomática, no dia em que aconteceu a reunião em que essa parceria se formalizou foi este o único assunto envolvendo os dois países. Até então, os representantes do Governo não haviam dado nenhuma resposta neste sentido, apenas afirmavam que tudo ocorreria com naturalidade, assim como estavam sendo as negociações acerca das importações e exportações. O Comunicado Conjunto do Estabelecimento de Relações Diplomáticas foi assinado no dia 15 de agosto de 1974, informação que a imprensa só divulgaria no dia seguinte.

No dia da assinatura do comunicado, *OESP* publicou uma notícia¹⁹⁹ sobre as últimas cinco reuniões dos chineses com os representantes do Governo, tendo duas já ocorrido e ainda restando muita expectativa em relação às outras três, em virtude da falta de informações fornecidas à imprensa e tendo as duas reuniões já realizadas sido em caráter de sigilo. O jornal mencionou que, fora do gabinete de Silveira, havia uma luz vermelha que, quando acesa, ninguém estaria autorizado a entrar, nem mesmo outros ministros, conforme exemplifica o jornal ao destacar que Gomes e Ueki lá chegaram e aguardaram do lado de fora. Sobre estas reuniões, estaria sendo prometido um comunicado no dia seguinte. Mas, assim como já havia sido divulgado pelo *JB*, o jornal paulista referiu que o encontro mais importante seria no dia seguinte com Golbery do Couto e Silva, chefe do gabinete Civil, quando seriam feitas avaliações a respeito de negociações levantadas com a missão chinesa.

O *JB* também publicou uma notícia²⁰⁰ semelhante, noticiando sobre as reuniões, mas, de forma mais sucinta, estando metade da notícia referindo-se a isso e a outra parte abordando as negociações com Formosa diante do “imminente” anúncio. O jornal ressaltou que, até então, assim como não disponibilizaram maiores informações à imprensa, também não o fizeram com Formosa, que tinha naquele mesmo dia uma missão desembarcando na Guanabara²⁰¹, ressaltando ainda que o Embaixador de Formosa em Brasília recusou-se a comentar qualquer questão sobre o assunto. Houve neste dia, também, outro artigo assinado pelo chefe da Sucursal em São Paulo, Mauro Guimarães, o qual informou sobre a única reunião informal que os chineses tiveram da qual um pequeno grupo de jornalistas fez parte. Aqui mais uma vez

¹⁹⁸ Secretário da Fazenda do Estado de SP naquele período.

¹⁹⁹ “Silveira ouve os chineses”, *O Estado de São Paulo*, 15 de agosto de 1974, p.15.

²⁰⁰ “Azeredo fala com chinês e não comenta”, *Jornal do Brasil*, 15 de agosto de 1974, p.13, 1º caderno.

²⁰¹ Notamos aqui mais uma vez, conforme pesquisa realizada durante a leitura flutuante dos jornais, o silêncio dos jornais sobre a China Nacionalista, que não teve publicações por parte da imprensa comentando sobre sua chegada anteriormente, como tivera a China comunista.

ocorreram aquelas descrições narrativas a respeito do comportamento dos chineses, maneira de falar e vestir, as quais comumente eram vistas no *JB*.

O Comunicado assinado naquele dia reconheceu que Taiwan era parte inalienável da RPC, também houve a concordância em manter relações amistosas e de respeito mútuo, não agressão, **não intervenção em assuntos internos**, igualdade, vantagens mútuas e ter uma coexistência pacífica. A respeito de instalação de escritórios em Brasília e Pequim, os países concordaram em trocar embaixadas o mais breve possível e, de fato, a assinatura ocorreu ainda em 1974. O dia 16 de agosto finalmente proporcionou, nas páginas dos dois jornais, a resposta para a discussão que vinha desde março ocorrendo na imprensa. Ambos os jornais apresentaram manchete de capa no último dia dos chineses da RPC no Brasil, com foto de Chen Chien e Silveira, bem como páginas inteiras com reportagens discorrendo sobre a nova parceria diplomática do Brasil. Primeiramente, analisaremos *O Estado de São Paulo*.

Sua manchete de capa²⁰² contou com notícia das relações diplomáticas em nível de embaixadas estabelecidas e o imediato rompimento com Formosa, o que não invalidava os acordos comerciais realizados até então e que as embaixadas existentes poderiam no futuro tornarem-se escritórios comerciais. Ainda na capa, o jornal paulista ressaltou que todos os chineses estavam presentes e, ao fim da reunião, saíram “sorridentes e abraçados” com os quatro ministros que participaram da mesma²⁰³. No interior do periódico, havia seis notícias e um artigo assinado na mesma página, mas também um título no topo da página com uma nota introdutória ao assunto²⁰⁴, nela comentou-se que o acordo foi divulgado simultaneamente nos dois países e que os próximos passos eram a realização de acordos que auxiliem os dois países nas suas exportações e importações um para o outro. Um dos escritos apresentou na íntegra o discurso de Silveira e Chen Chien²⁰⁵ e outro mencionou os aspectos do comunicado conjunto²⁰⁶, ressaltados acima. O artigo²⁰⁷ foi novamente assinado por Ferreira²⁰⁸ e comentou sobre os aspectos que já anunciavam que ocorreria a parceria, assim como fez uma análise sobre quantos e quais países reconheciam uma das duas Chinas e quem também não legitimava nenhuma delas, afirmando que, nas Américas, este era o caso somente do Equador. Destacou também em alguns momentos da sua narrativa que a decisão de Geisel foi “acelerada” e que ele deu “passos rápidos”.

²⁰² “Brasil rompe com Formosa e inicia relações com China”, *O Estado de São Paulo*, 16 de agosto de 1974, capa.

²⁰³ A saber, o Ministro das Relações Exteriores Azeredo da Silveira, Severo Gomes da Indústria e Comércio, Alysson Paulinelly da Agricultura e Reis Veloso do Planejamento.

²⁰⁴ “Depois da diplomacia, acordo comercial”, *O Estado de São Paulo*, 16 de agosto de 1974, p.40.

²⁰⁵ “Silveira fala em aceitar posições”, *O Estado de São Paulo*, 16 de agosto de 1974, p.40.

²⁰⁶ “Sobre Taiwan, só o registro”, *O Estado de São Paulo*, 16 de agosto de 1974, p.40.

²⁰⁷ “Uma promessa de bons negócios, mas não só isso”, *O Estado de São Paulo*, 16 de agosto de 1974, p.40.

²⁰⁸ Sobre isso, ver página 79, segundo capítulo.

Outra notícia²⁰⁹ também tratou sobre a situação de Formosa e seus pouco mais de 30 países que a reconheciam, analisando também que, a partir de então, “Brasil e China vermelha” realizariam acordos de comércio e marítimo, assim como já na noite do dia anterior já iniciariam novas especulações: quem seria o embaixador do Brasil na RPC. Em outro momento, houve a análise da estrutura de consumo chinesa, expondo um apanhado histórico sobre ela ser essencialmente agrícola e estar em evidência nos últimos anos com a intenção de torná-la mais industrializada²¹⁰. Nas últimas duas notícias, uma abordou a última reunião a ser realizada com os integrantes da missão chinesa, com Golbery, assim como mencionou o pesar do ministro de Formosa quanto ao rompimento entre Brasil e China nacionalista²¹¹. Por fim, a outra notícia²¹² reproduziu informações de Coutinho, presidente da AEB, que fez uma análise de todo o processo do que levou à tomada de decisão, conforme OESP, alegando que não seria lógico continuar sem reconhecer o mercado potencial daquele país. Outra parte do texto e ainda com informações de Coutinho, estava dividida em apelo, descaso e perspectivas, na qual são apresentadas as investidas dos empresários desde a missão que foi à China no Governo Médici.

Já na capa²¹³ do *JB* daquele dia, constavam informações a respeito da declaração conjunta assinada pelo Brasil e pela RPC, bem como a fala do embaixador da China nacionalista lamentando o ocorrido. Toda a página 3 daquele dia, que geralmente possuía notícias a respeito da política e do governo, foi totalmente dedicada às relações entre Brasil e China. Na narrativa da primeira notícia²¹⁴ em destaque na página, foram registradas menções ao esforço feito por parte dos chineses em pronunciar palavras em português e que também o intérprete leu “aos arrancos e com sons guturais” o texto de Silveira. Também foram mostrados discursos de Silveira²¹⁵, Chen Chien²¹⁶ e a declaração conjunta²¹⁷ na íntegra, como no *OESP*. Próxima a estas informações, estava uma outra notícia²¹⁸, analisando que esta decisão vinha sendo fomentada desde a posse de Geisel. Também se comentou que, no dia do estabelecimento das relações, Geisel manteve contato telefônico com Silveira em três momentos, mas que até então não havia realizado reunião com os chineses e nem havia previsão para tal, não se descartando a possibilidade de ele estar com Golbery na última reunião. De fato, como pode ser observado

²⁰⁹ “Só 34 países dão apoio a Formosa”, *O Estado de São Paulo*, 16 de agosto de 1974, p.40.

²¹⁰ “800 milhões que pouco consomem”, *O Estado de São Paulo*, 16 de agosto de 1974, p.40.

²¹¹ “Reunião vai fixar teor dos contratos”, *O Estado de São Paulo*, 16 de agosto de 1974, p.40.

²¹² “Empresários iniciam”, *O Estado de São Paulo*, 16 de agosto de 1974, p.40.

²¹³ “Brasil inicia relações com China e rompe com Formosa”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, capa.

²¹⁴ “Brasil reconhece China e estabelece relações”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, p.3, 1º caderno.

²¹⁵ “Discurso de Silveira”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, p.3, 1º caderno.

²¹⁶ “Discurso de Chen Chien”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, p.3, 1º caderno.

²¹⁷ “A nota conjunta”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, p.3, 1º caderno.

²¹⁸ “Decisão vem da posse de Geisel”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, p.3, 1º caderno.

neste capítulo, pouco se abordou em termos de informações ou contatos que tenham partido do presidente, apenas atrelando-se a ele as decisões nacionais.

Há outras notícias, e uma delas ainda retomou a história das relações desde o século XIX, resumindo que o comércio sempre foi a chave para os contatos entre os países²¹⁹. Neste sentido dos contatos entre países, outro texto noticioso²²⁰ expôs o interesse na relação firmada com o Brasil, bem como a América Latina, por parte do diplomata que representava a China em Washington. Das três últimas, uma mostra-se mais uma vez analisando o lamento de Formosa por encerrar as relações diplomáticas entre ambos²²¹, a outra referiu-se a uma comissão mista²²² que estaria sendo formada por chineses e brasileiros a fim de darem andamento nas negociações e novos contratos e, por fim, mas representando o início de novas discussões dali em diante na imprensa, a questão de quem seria o embaixador²²³ do Brasil indicado para a China comunista, alegando que nomes já estavam surgindo. Por fim, o *JB* publicou neste dia um editorial²²⁴, no qual asseverou que com aquele ato o Brasil teria sua soberania exercida na política externa, que a China poderia não ser naquele momento o maior mercado, mas que para o Brasil a balança seria muito favorável e que a partir de então estaria apto a competir pelo mercado chinês, tendo as relações diplomáticas estabelecidas, pois, caso não fosse assim, poderia vir a ser preterido em negociações com quem a reconhecia.

Assim encerraram-se as intensas publicações que envolveram a presença da missão chinesa no Brasil, todavia não terminariam as discussões acerca do estabelecimento de relações diplomáticas, apesar de parecer um ano extenso através da quantidade de narrativas a respeito do tema, ainda teria mais por vir, porque a parceria entre Brasil e China recém tinha sido firmada²²⁵.

3.3. RELAÇÕES ESTABELECIDAS: O 17 DE AGOSTO DE 1974.

Como foi possível ver desde o início da análise a respeito das publicações dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Jornal do Brasil*, defendemos que as posições desses periódicos referentes à parceria então firmada entre Brasil e China comunista variava, e nem sempre a narrativa desses veículos de imprensa seguia caminhos diferentes. E, neste momento das relações estabelecidas, *OESP* chamou a atenção da dita “opinião pública” para as ações

²¹⁹ “O pomo da concórdia”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, p.3, 1º caderno.

²²⁰ “Diplomata expressa o interesse na Am. Latina”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, p.3, 1º caderno.

²²¹ “Embaixador de Formosa lamenta”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, p.3, 1º caderno.

²²² “Comissão mista sai hoje”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, p.3, 1º caderno.

²²³ “Embaixada em Pequim já tem vários nomes”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, p.3, 1º caderno.

²²⁴ “Diplomacia adulta”, *Jornal do Brasil*, 16 de agosto de 1974, p.6, 1º caderno, editorial.

²²⁵ Nos anexos C e D é possível ver a capa dos jornais *OESP* e *JB*, do dia seguinte ao estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China.

empregadas na política externa, quando, ao mesmo tempo o *JB* elogiou a diplomacia brasileira. Outro aspecto desta relação que envolvia Governo e empresários é a evidência de que havia interferência de todos estes setores em relação ao que era divulgado para o público pela imprensa, o que para nós também comprova o caráter civil-militar do regime.

Na capa do *OESP* do dia 17 de agosto, havia uma manchete²²⁶ tematizando a importância do êxito econômico, conforme fala do Ministro Velloso, que destacou a atração de parceiros econômicos, mencionando que a parceria recém firmada com a China teria seu primeiro acordo assinado em dois meses para a venda de açúcar. Na página de opinião do jornal, havia dois textos não assinados, tratando sobre a nova parceria do Brasil²²⁷, em especial no primeiro que abordou o desenvolvimento da política externa, contendo críticas diretas no primeiro ao Governo, ressaltando que não havia nada a ser comemorado com o estabelecimento de relações diplomáticas, acusando de estar sendo empregada uma política julgada encerrada desde 1964. Declarou ser hipócrita o argumento usado para o estabelecimento de relações diplomáticas, fazendo alusão à ideia de que, sem o reconhecimento, podiam comerciar com ambos os países e ainda se beneficiavam do fato de poucos terem reconhecido a China nacionalista. E também, que neste acordo a única voz ouvida foi a da China, a qual o Brasil ouviu sem nem contestar, rompendo com Formosa. Ainda houve outras críticas, concluindo que **eles** não acreditavam que este novo estilo de governar fosse conquistar lucros.

No outro texto²²⁸ de opinião, em que o assunto era a maneira de governar da RPC, fazendo alusões a Maquiavel e alertando que a URSS parece uma sociedade aberta perto da China comunista, *OESP* enfatizou que não iria tecer comentários de ordem política, mas que estaria ali para chamar a atenção da **opinião pública**.

Não pretendemos mais do que chamar a atenção da **opinião pública** para a imprevisibilidade de todas as perspectivas relativas a evolução do intercâmbio comercial com a China. [...] daquele país onde tudo é ocultado ou camuflado, as transações mais incríveis, e, para nós, absurdas, permanecem sempre no plano do possível.²²⁹

Prosseguindo, no artigo, foi sugerido que a população ficasse alerta para não sofrer desilusões, pois não eram somente fatores de ordem econômica e política que estavam envolvidos, mas psicológicos. Entretanto, as publicações naquele dia não se restringiram “só” a estes dois artigos de opinião, em outra página havia oito reportagens sobre os chineses da missão que partia de volta para a Ásia e mais uma página com direito a censura, contendo mais sete notícias nas quais se mencionou a relação. Vamos abordar de forma mais geral o conteúdo

²²⁶ “Velloso acha que só êxito econômico atrai missões”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, capa.

²²⁷ “As relações entre Brasil e China”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.3, editorial.

²²⁸ “Os critérios comerciais de Pequim”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.3, editorial.

²²⁹ Idem. Grifos nossos.

destas publicações, destacando aspectos que consideramos importantes na narrativa do jornal para esta pesquisa.

Na página 9, são abordadas questões referentes à venda de açúcar para a China, conforme indicado na manchete de capa, afirmou-se ainda que estaria para ser assinado em mais ou menos dois meses um contrato e este, segundo informado da parte do Brasil, teria vigência de cinco anos, mas a RPC preferiu um prazo mais curto, o qual estava em negociação²³⁰. E sobre o mesmo assunto, foi publicada mais uma notícia²³¹, expondo sobre as quantidades a serem exportadas e outro texto²³² noticiando o primeiro contrato que estaria para se realizar. No meio destas, havia um outro escrito²³³ que noticiava a reunião que os chineses teriam com Golbery, a qual, por fim, teria sido realizada pelo próprio presidente Geisel. O jornal aproveitou para ressaltar que Geisel não explicou os motivos de ter estado presente no lugar de Golbery e comentou que os chineses foram embora após um equívoco, com passos apressados sem falar com os jornalistas. Abaixo deste, a notícia²³⁴ foi composta por informações divulgadas na imprensa chinesa, pelo *Jornal do Povo*, órgão do PC chinês. *OESP* destacou que o jornal chinês mencionou que a intenção de estabelecer relações diplomáticas veio do General Ernesto Geisel após a sua posse como presidente, assim como também conclui que a parceria seria o caminho para desenvolver a amizade entre os povos. Das outras três notícias desta mesma página, uma discorreu sobre a ata final da reunião²³⁵, outra com discurso de Chen Chien novamente²³⁶ e também mais uma com discurso de Silveira²³⁷.

Partindo para a análise da **página** seguinte, que havia sido **censurada** por causa de um texto com informações acerca do que o *Washington Post* divulgou sobre a parceria²³⁸, declarando que o crescente déficit do período estava provocando uma mudança na postura do país como um “amigo de países comunistas”, o trecho em que foi sugerida a retirada dizia que “o que lhe permite concluir que ‘o presidente Ernesto Geisel parece desejoso de esquecer considerações políticas quando se fala de negócios’. ”. A notícia²³⁹ ao lado destacava a não surpresa por parte dos franceses, que alegavam sobre esta atitude estar de acordo com o emprego de uma diplomacia pragmática, responsável e ecumênica. Além disso, o mesmo texto também dizia que os russos se recusaram a comentar o ocorrido e “outros representantes norte-

²³⁰ “China inicia intercâmbio comprando açúcar”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.9.

²³¹ “Em 2 meses, sai o primeiro contrato oficial com Pequim”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.9.

²³² “Venda pode ir até 800 mil t”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.9.

²³³ “Despedida posada valeu como adeus”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.9.

²³⁴ “China comemora as novas relações”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.9.

²³⁵ “Diplomacia abre caminho a comércio, afirma a ata”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.9.

²³⁶ “Chineses apontam direito de cada povo escolher o regime”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.9.

²³⁷ “Silveira afirma que as bases para o futuro estão lançadas”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.9.

²³⁸ “Washington Post ressalta déficit”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.10.

²³⁹ “Diplomatas dizem que o caminho está aberto”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.10.

americanos em Brasília” disseram que a mudança de postura do Brasil em relação a Pequim, o que pode representar também uma mudança em relação a Havana. Exceto uma notícia que tratou sobre uma análise feita por Velloso²⁴⁰ e outra sobre Sarney apoiar a decisão do Governo²⁴¹, as outras três referiram-se à China nacionalista. Uma delas abordou o fato de Formosa ter entregue um protesto ao Governo brasileiro por reconhecer a China comunista²⁴², a outra era mais explicativa em relação ao comércio com os chineses nacionalistas, que poderia continuar mesmo sem que haja relações a nível de embaixada²⁴³. E por fim, o Consul²⁴⁴ e presidente da câmara de comércio chinesa em SP não acreditaram que o corte de relações diplomáticas entre Brasil e Formosa iria afetar as relações comerciais, não viam problemas nisso²⁴⁵. Ao mesmo tempo em que um padre que fez parte da comunidade chinesa criticou a postura do governo brasileiro, destacando que a “revolução de 64” havia mudado o jeito de eles verem os brasileiros e com esta decisão de agora poderiam estar acarretando problemas para o futuro, defendeu que deveriam se preocupar em desenvolver o catolicismo.

Neste mesmo dia, a capa²⁴⁶ do *JB* contava com informações diferentes das do *OESP*, as quais só foram encontradas nas páginas internas do jornal paulista. Na sua capa, o jornal carioca mencionou já o fato de Geisel ter estado na reunião última com os chineses, em vez de Golbery, também já apresentando informações referentes ao *Jornal do Povo* chinês, sobre a parceria já ser intenção de Geisel desde março, além de, claro, falar sobre o primeiro acordo a ser assinado em dois meses. O *JB* também contou com duas páginas no seu interior repletas de conteúdo envolvendo a parceria recém estabelecida.

A notícia²⁴⁷ principal na página 14 tematizou o alto rendimento que o estabelecimento de relações poderia estar proporcionando ao Brasil, além de abordar questões de comércio e navegação, volume de vendas, o comércio chinês e a sua disponibilidade para negociar. Também havia um roteiro de partida dos chineses, enfatizando que naquele momento os membros dos dois países poderiam negociar em qualquer outro país em que tenham representações diplomáticas, ainda ressaltando que a China importou em FOB e exportou em CIF. Uma pequena nota²⁴⁸ analisou a questão de o diplomata ter sido escolhido como

²⁴⁰ “Velloso explica o êxito das missões”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.10.

²⁴¹ “Sarney dá apoio a decisão brasileira”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.10.

²⁴² “Rompimento de Formosa chega com protestos”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.10.

²⁴³ “Comércio continua entre particulares”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.10.

²⁴⁴ O Consul também menciona sobre desejar que este rompimento não mude o apoio governamental dado “aos 8 mil chineses radicados em São Paulo, bem como aos 40 mil em todo o país”, o que é interessante destacar para complementar o que viemos trabalhando nesta pesquisa, acerca da dita “opinião pública” a que os jornais se referem.

²⁴⁵ “Em SP, nacionalistas não perdem otimismo”, *O Estado de São Paulo*, 17 de agosto de 1974, p.10.

²⁴⁶ “Brasil negocia na China em 2 meses acordos comerciais”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, capa.

²⁴⁷ “Comércio com a China pode ir a US\$400 milhões”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.14, 1º caderno.

²⁴⁸ “Embaixador deve ser experiente”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.14, 1º caderno.

Embaixador em Pequim, destacando qualidades que o mesmo deveria possuir, recordando os destaques feitos a respeito da cultura chinesa até então, para trabalhar naquele país. Havia também um artigo assinado²⁴⁹, algo que pouco foi visto no decorrer da pesquisa, com assinatura de Luiz Barbosa, que se manifestou sobre as possíveis relações entre Brasil e Cuba, chamando esta questão de “um passo mais difícil”. No escrito sobre Formosa²⁵⁰, o jornal refere que a mesma encaminhou um protesto, considerando o Brasil inamistoso, por conta da retomada com a China comunista. Segundo o *JB*, o Governo do Brasil justificou que a relação com Formosa já não tinha perspectiva tão rentável quanto com a China comunista. Enfim, na parte central da página estava a notícia²⁵¹ sobre a reunião na qual Geisel esteve presente e abaixo dela o *JB* apresentou a ata final do acordo²⁵². Sobre o então presidente, o jornal descreveu a política externa como rápida, audaciosa e superadora de tabus, comparando com as de governos anteriores da ditadura. Por fim, um dos textos teceu elogios ao vice-primeiro-ministro Chen Chien como diplomata, por tratar das relações com o Brasil sem se comunicar com o seu país.

A última página a ser analisada deste dia foi finalizada com uma nota²⁵³, discursos de Chen Chien²⁵⁴ e Silveira²⁵⁵, bem como quatro notícias e duas fotos. Uma das fotos é deveras interessante porque nela estão os chineses e em evidência Chen Chien, o qual está sorrindo bastante e, a legenda da foto descreveu que ele riu ao ler matéria em um jornal sobre “os chineses estarem chegando”. Sobre os discursos de Chen Chien e Azeredo, o primeiro referiu-se a não interferência, interesses recíprocos e ressaltou a importância de países em desenvolvimento se ajudarem, preterindo as superpotências, e o segundo colocou “panos quentes”, alegando que todos deveriam se ajudar sem importar posição, política do Governo Geisel. Uma das notícias²⁵⁶ remetia a algo já mencionado nesta dissertação, sobre a questão das propagandas e incentivos a viagens turísticas de brasileiros para a China, que apareciam nas páginas do *JB*. Nesta notícia, o escrito expressiu diversas características da cultura chinesa, através de informações fornecidas pela empresária do ramo do turismo. Assim como *OESP*, o *JB* também publicou sobre Sarnei²⁵⁷ apoiar o estabelecimento de relações diplomáticas, elogiando a condução da política externa de afastar questões ideológicas de parcerias internacionais. Já a notícia sobre o *Jornal do Povo*²⁵⁸ expôs informações de outros países além

²⁴⁹ “Convivência com Cuba está sendo encaminhada”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.14, 1º caderno.

²⁵⁰ “Formosa encerra suas relações com o Brasil”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.14, 1º caderno.

²⁵¹ “Geisel recebe missão chinesa”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.14, 1º caderno.

²⁵² “Ata final do Acordo”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.14, 1º caderno.

²⁵³ “Chen Chien critica potências e Silveira pede entendimento”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno.

²⁵⁴ “Discurso de Chen Chien”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno.

²⁵⁵ “Discurso de Azeredo da Silveira”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno.

²⁵⁶ “Agente de viagens fala de surpresas”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno.

²⁵⁷ “Sarnei exalta decisão do Governo”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno.

²⁵⁸ “”Jornal do Povo diz que reatamento era esperado””, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno.

de Pequim, como França e Tóquio, que também fizeram seus pareceres acerca da nova parceria diplomática do Brasil e da RPC. Por fim, o escrito²⁵⁹ sobre a comemoração de exportadores, mencionando Coutinho da AEB, sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Coutinho sentiu-se orgulhoso por ter tido participação ativa na abertura deste novo mercado, lembrando a missão que foi para a China em abril e já deixou encaminhadas estas questões.

No restante do mês, as publicações voltaram a reduzir a abordagem sobre a parceria, assim como ocorreu nos outros meses também. Quando mencionada, se já não era sobre algum aspecto já abordado o tema e acrescentada nova informação a ser noticiada, o nome dos países era visto em publicações a respeito de situações com outros países. Mas um detalhe era certo, o *JB* seguiu defendendo as ideias comemorativas acerca da parceria²⁶⁰ enquanto que *OESP* limitou-se a dizer que foi um sucesso da política externa chinesa, não brasileira²⁶¹.

3.4. INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS EMBAIXADAS

O acordo para a instalação e o funcionamento das Embaixadas foi assinado no dia 28 de novembro de 1974, conforme o documento, e ele foi regido com base nos princípios de igualdade de tratamento, reciprocidade e consulta amistosa entre as duas partes, garantindo assistência e segurança para as embaixadas e o pessoal que lá trabalhar. Consta que as duas partes estipulariam o número máximo de funcionários e no anexo está a informação de que o número definido foi de 45 funcionários, não entrando neste cálculo familiares que tenham se mudado para acompanhar os que lá trabalharam. Estabeleceu-se também que ocorresse facilidade de comunicação entre os Governos e as Embaixadas, dando atenção ao regulamento do governo de onde a embaixada estivesse fixada, levando em consideração sempre a questão da reciprocidade e da não discriminação.

No mês de novembro, o jornal *OESP* publicou uma notícia²⁶² sobre a China exortar a união dos países em desenvolvimento, uma nota²⁶³ que tematizava o fato de as negociações terem êxito na China entre os dois países e também que a missão brasileira – que foi para negociar a venda de açúcar – chegou lá em 31 de outubro. Dia 15, uma notícia²⁶⁴ anunciando que 54 toneladas de açúcar estariam sendo vendidas para China por um preço abaixo do

²⁵⁹ “Exportadores aplaudem reatamento”, *Jornal do Brasil*, 17 de agosto de 1974, p.15, 1º caderno.

²⁶⁰ “China”, *Jornal do Brasil*, 30 de agosto de 1974, p.17, 1º caderno.

²⁶¹ “China comenta triunfo maior”, *O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1974, p.10.

²⁶² “China prega nova ordem às nações menores”, *O Estado de São Paulo*, 01 de novembro de 1974, p.2.

²⁶³ “Missão tem êxito na China”, *O Estado de São Paulo*, 13 de novembro de 1974, p.32.

²⁶⁴ “Açúcar é vendido na China”, *O Estado de São Paulo*, 15 de novembro de 1974, p.29.

mercado atual, por se tratar de um acordo a longo prazo, foi publicada. No dia 17, houve uma notícia²⁶⁵ em que o jornal analisou o comércio com a China nos últimos anos, como já fora feito várias vezes, mas mostrando dados fornecidos pelo banco sobre a relação com as duas Chinas, quando em 1972 e 1973 a RPC passou a ser mais vantajosa para o país. Sempre destacou que o comércio já ocorria sem as relações diplomáticas. Alguns dias depois, outra notícia²⁶⁶ sobre a evolução do comércio Brasil-China foi publicada e também, além de mais um outro texto que mencionava sobre o fato de o Brasil vender açúcar e comprar carvão²⁶⁷ – neste dia foi feita chamada na capa²⁶⁸ para esta notícia sobre viabilidade da compra de carvão chinês de boa qualidade, restando ainda acertar o frete, na expectativa de que a China comprasse minério de ferro, daí o navio iria e voltaria carregado.

Os textos do *Jornal do Brasil* no mês em que ocorreu a assinatura do Acordo sobre a Instalação de Embaixadas de Brasil e China, ao contrário do *OESP*, mencionaram o assunto em poucos escritos. E eles são os únicos que envolveram os dois países. No restante dos dias e das publicações – nas quais a China foi realmente citada muitas vezes – o assunto versou sobre o possível incremento nas relações entre China comunista e Estados Unidos. A primeira notícia²⁶⁹ do *JB* sobre Brasil e China ocorreu no dia 13, depois de bastante tempo sem que o jornal mencionasse a relação, em uma reportagem que abordou a questão da missão de brasileiros que estaria na China para fechar acordo comercial. No dia 26, comentou-se sobre a criação das Embaixadas, bem como houve uma análise no escrito²⁷⁰ sobre as opções que o Embaixador que lá estivesse teria para distrair-se quando não estivesse trabalhando e concluiu que eram poucas atividades neste sentido disponíveis naquele país, o que não combinava com todas as propagandas de turismo feitas no jornal carioca. No dia 27, houve uma manchete de capa²⁷¹ e uma notícia²⁷² explanando sobre o fornecimento estabelecido para cinco anos das exportações brasileiras para a China.

A última reportagem²⁷³ do *JB* naquele mês tratou do nome do diplomata escolhido para representar o Brasil na Embaixada em Pequim, seria Aluísio Napoleão. Este só estaria indo para lá no início do ano de 1975. Ao contrário do que havia ocorrido o ano todo em volta da

²⁶⁵ “Tende a se expandir o comércio com a China”, *O Estado de São Paulo*, 17 de novembro de 1974, p.54.

²⁶⁶ “Desde 1969 há troca com China”, *O Estado de São Paulo*, 17 de novembro de 1974, p.56.

²⁶⁷ “País defende novo acordo do açúcar”, *O Estado de São Paulo*, 24 de novembro de 1974, p.76.

²⁶⁸ “Viável a compra de carvão chinês”, *O Estado de São Paulo*, 26 de novembro de 1974, capa.

²⁶⁹ “Missão do Brasil assina na China acordo comercial”, *Jornal do Brasil*, 13 de novembro de 1974, p.15, 1º caderno.

²⁷⁰ “Presidente cria a Embaixada do Brasil na China Popular”, *Jornal do Brasil*, 26 de novembro de 1974, p.4, 1º caderno.

²⁷¹ “IAA oferece açúcar por 5 anos a China”, *Jornal do Brasil*, 27 de novembro de 1974, capa.

²⁷² “Brasil vai exportar açúcar para a China durante 5 anos”, *Jornal do Brasil*, 13 de novembro de 1974, p.16, 1º caderno.

²⁷³ “Geisel envia Napoleão a Pequim”, *Jornal do Brasil*, 28 de novembro de 1974, p.16, 1º caderno.

possibilidade do estabelecimento de relações diplomáticas, neste momento o assunto começou a sair da pauta da imprensa, apenas aparecendo em situações pontuais, como esta, exceto pelo fato de que *OESP* publicou notícias sobre os dois países, mas não se referiu sobre a questão das embaixadas, ao mesmo tempo que nenhum dos jornais mencionou os aspectos contidos no acordo.

3.5. ACORDO COMERCIAL

Contendo 11 artigos, o acordo Comercial foi assinado por Brasil e China em 07 de janeiro de 1978, tendo como base três princípios que já constavam no comunicado conjunto do mês de agosto de 1974, a saber: o fortalecimento da amizade, benefícios recíprocos em caráter de igualdade. O Acordo passaria a vigorar por três anos a partir da sua assinatura, podendo ser renovado a cada um ano. Entre os artigos, destacam-se o incentivo ao comércio entre os dois países, fazendo o possível para que houvesse equilíbrio na balança, o caráter de relação mais favorecida, mercadorias com preços comparáveis no mercado, moedas conversíveis, o esforço em aumentar, sem que houvesse prejuízo, o comércio de manufaturados e semimanufaturados, criar feiras e exposições que viessem a desenvolver o comércio, criação de uma comissão mista que se reunisse a cada dois anos para analisar o cumprimento do contrato e que o que fosse firmado a partir dele continuasse a valer mesmo que o Acordo fosse encerrado – o mesmo que aconteceu com as negociações de empresas brasileiras com as da China nacionalista, quando se encerraram as relações diplomáticas com eles – e ainda, um item relacionado à política externa praticada por Geisel e Azeredo da Silveira, de que o acordo não influi em medidas restritivas que as partes venham a tomar para a proteção nacional, da saúde pública, do patrimônio histórico cultural e a sanidade da fauna e flora, ou seja, a não interferência em assuntos internos.

Se o jornal *OESP* pareceu sucinto ao se referir sobre Brasil e China no mês de novembro de 1974, em relação ao Acordo Comercial, mostrou vários artigos a serem destacados, como evidenciamos no parágrafo anterior. Contou apenas com uma notícia²⁷⁴ feita pelo jornal paulista, no dia 10 do mês em que foi assinado o Acordo, em que, além de tratar sobre o fato de o Itamaraty ter divulgado a íntegra do mesmo no dia anterior, ressaltou a dificuldade enfrentada na questão portuária, que dificultava para que fossem adquiridas mercadorias chinesas. Fora isso, em janeiro de 1978, o jornal *OESP* mencionou a China em mais duas

²⁷⁴ “O que prevê o Acordo Comercial Brasil-China”, *O Estado de São Paulo*, 10 de janeiro de 1978, p.32.

publicações, uma em uma entrevista de Geisel²⁷⁵ publicada por eles e outra sobre elogios à política externa do Governo Geisel²⁷⁶.

O *Jornal do Brasil* expôs quatro publicações sobre Brasil e China em especial, sobre o novo Acordo firmado entre os dois países. A primeira delas²⁷⁷ discorreu sobre assinatura do Acordo e o fato de que a balança pendia para o Brasil. Situação que vem sendo mencionada há bastante tempo nesta pesquisa e o que tornava a parceria vantajosa desde o início. A notícia²⁷⁸ do dia 10 tematizou a divulgação por parte do Itamaraty sobre o Acordo Comercial, destacando o tratamento de “Nação mais favorecida”. Mais para o final do mês, houve uma nota²⁷⁹ de que o capital estrangeiro só representava 10% da economia e ao final dela exibiu-se o informativo sobre o IAA de que planejavam aumentar as vendas de açúcar para a China. Por fim, outra nota²⁸⁰, mas desta vez apenas de três linhas, noticiando que os números fornecidos a respeito da venda de açúcar não estariam corretos e que o Governo só não desmentia para não influir nas cotações.

E, assim, encerra-se o estudo realizado acerca do Acordo Comercial, bem como este capítulo, no qual foi possível constatar o fato de os jornais irem de um extremo ao outro em seus posicionamentos frente ao estabelecimento de parceria diplomática entre Brasil e RPC, mesmo mostrando os pontos positivos da relação, assim como os textos sobre a instalação de embaixadas e, por fim, a quantidade de publicações sendo reduzidas no decorrer do mandato do General Geisel. O teor, por vezes questionador na narrativa dos textos jornalísticos, principalmente da parte do *OESP*, com seus editoriais, contrastava com os textos do *JB* em que quase não se viram editoriais publicados em relação ao assunto, mas principalmente notícias nas páginas das editoriais. Sendo assim, apesar de conter bem mais publicações sobre a parceria no *JB*, ao que parece, o jornal carioca tende a abster-se de emitir a sua opinião através dos editoriais, que, como se viu, é a página principal usada pelas empresas jornalísticas para publicar tais textos²⁸¹.

²⁷⁵ “Geisel diz que melhorou a imagem externa”, *O Estado de São Paulo*, 19 de janeiro de 1978, p.7.

²⁷⁶ “Deputado elogia a política externa”, *O Estado de São Paulo*, 04 de janeiro de 1978, p.6.

²⁷⁷ “China e Brasil assinam em Pequim Acordo de Comércio”, *Jornal do Brasil*, 07 de janeiro de 1978, p.16, 1º caderno.

²⁷⁸ “Itamaraty divulga Acordo com a China”, *Jornal do Brasil*, 10 de janeiro de 1978, p.22, 1º caderno.

²⁷⁹ “Estrangeiro só detém 10% da economia”, *Jornal do Brasil*, 25 de janeiro de 1978, p.21, 1º caderno.

²⁸⁰ “Não vendeu”, *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1978, p.24, 1º caderno.

²⁸¹ Sobre isso, ver: AGUIAR, Rafe. Dicionário Jornalístico: entenda todos os jargões. Coisas de Jornalista, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos apontamentos realizados ao longo desta dissertação, foi possível atingir o objetivo de identificar, através dos periódicos analisados, o enquadramento por eles realizado diante da parceria diplomática que se delineava no Brasil no governo Geisel (1974-1979) e, ainda, compreender qual a intenção do Governo brasileiro ao estabelecer relações diplomáticas com a China comunista naquele período. De fato, como visto nos textos jornalísticos e se pensou desde o princípio desta pesquisa, o caráter embrionário da relação entre Brasil e China comunista em 1974 se mostrou ser mais do que apenas uma relação comercial dentro da pauta da política externa. Considera-se, ainda, que o termo de *estratégia* relacionado à parceria na década de 1990 poderia ser referência do seu período embrionário.

Tal proposição é construída e defendida com base no que foi mencionado ser a definição de *estratégia*, que trata da aplicação eficaz do que se dispõe como recurso, explorando as condições favoráveis possíveis de desfrute, almejando alcançar determinados objetivos. Conforme exposto ao longo desta dissertação, o propósito central das relações externas era o desenvolvimento nacional. Através do exame das publicações dos jornais, os quais mostraram o desenrolar das negociações, nota-se que a China comunista se inseria adequadamente no processo de consolidação da parceria, pois possuía para a venda um item tão caro ao Brasil, o petróleo. Além disso, tinha grande interesse em comprar o açúcar brasileiro, situação interessante ao Brasil devido à grande necessidade que os exportadores brasileiros tinham em conquistar novos mercados. Ainda, havia o intuito de desenvolver as exportações industriais brasileiras como um todo.

Como mostram os jornais, a questão do petróleo como principal produto para a negociação de compra até o último momento em que se concretizou publicamente a parceria diplomática, é um fator que pode vir a responder um dos questionamentos apresentados na introdução, o qual se relaciona ao fato de a relação se tratar apenas de uma diversificação de parcerias, conforme o predisposto na formulação da política externa do pragmatismo responsável e ecumênico. Considera-se que não se trata apenas de descobrir naquele momento, mas sim de revelar, pois, como identificado nos jornais, já havia um longo estudo prévio a respeito da extração e exportação do petróleo chinês, e, em função disso, é de se indagar que o Governo só tenha sabido da impossibilidade de comprar o petróleo nas vésperas de assinar um Acordo diplomático com aquele país. Nessa perspectiva, trabalha-se com a hipótese de que o Governo brasileiro sabia da impossibilidade da compra do produto, entre outros motivos apresentados, por ser inviável atracar com os navios necessários no porto chinês, oferecendo a

alternativa de utilizar os navios que retornavam do Japão para o Brasil, mas sem maiores explicações de como seria possível embarcar o produto.

Sendo assim, apesar de a questão energética ser de grande importância para Geisel, em relação ao desenvolvimento nacional, tal como indicado ao longo deste estudo, adotou-se a ideia de que os motivos para a concretização da parceria naquele momento justificavam-se por outros fatores. Pode-se dizer que um deles era a balança extremamente favorável ao Brasil, que sabia não conter muitos produtos pelos quais se interessariam em importar, mas que tinham conhecimento dos lucros do que seria exportado para a China comunista. Dados sobre isso são verificáveis nos jornais, nas diversas vezes em que construíram um panorama das transações comerciais entre os dois países, bem como na bibliografia especializada, principalmente no estudo de Becard (2008), cujos gráficos foram utilizados no primeiro capítulo. Portanto, descrever o petróleo como sendo um dos produtos a entrar na pauta de compra pelo Brasil parecia um meio para um fim.

Outro aspecto que leva esta pesquisadora a crer nesse ponto de vista são as informações divulgadas pela imprensa de que, para a China, não importava o desequilíbrio na balança – repita-se, fator favorável ao Brasil – mas que, através do Acordo Comercial de 1978, identificou-se uma preocupação em alcançar este equilíbrio. Não cabe fazer aqui uma afirmação definitiva, pois o *corpus* documental não continha esta informação, mas pode-se deixar isso em aberto para que novas possibilidades de pesquisa venham a surgir, acrescentando dados que complementem as respostas para as questões aqui formuladas.

Ainda resta abordar especificamente sobre o retrato construído pela imprensa para o público leitor, com narrativa atrelada a intenções, as quais se mostravam mais claramente em alguns momentos, assim como eram disfarçadas em outros. Sob esse viés, um dos melhores benefícios de fazer uso da imprensa enquanto objeto de estudo é poder reconhecer o debate político ao qual ela dá forma. Diante do propósito desta pesquisa, de analisar como os atores da esfera pública posicionavam-se em um período ditatorial no qual a censura estava em evidência, foi possível delinear os caminhos pelos quais seguiam as publicações, bem como todas as vezes em que a rota se modificou ou pareceu tortuosa. Observou-se a forma com que a imprensa estudada delineou a especulação em torno da parceria entre Brasil e China comunista, dando ênfase a isso e criando uma tensão com base na expectativa sobre a sua concretização ou e, também, o que implicaria o estabelecimento de relações diplomáticas. Como pode ser notado, para o *JB* do Rio de Janeiro, o teor narrativo era um, quase sempre mais entusiasta e incentivador para que a parceria se concretizasse, assim como, para *OESP* de São Paulo, as consequências do acordo diplomático não pareciam ser tão promissoras.

Mas quem seriam os leitores que constituíam o público daqueles jornais? Seria possível relacionar os anseios dos empresários que fizeram parte da missão brasileira que foi à China comunista em abril de 1974 com a opinião do *JB*? E quanto ao *OESP*, poder-se-ia definir que seu público leitor era composto significativamente por investidores atrelados aos interesses da China nacionalista? São questionamentos válidos, mas impossíveis de serem comprovados neste trabalho, pois faltam informações quanto ao público assinante, bem como os investidores das empresas jornalísticas. Assim se sabe, em relação à esfera pública, que havia nela interferências por parte do Governo, tendo em vista a prática da censura, por exemplo, mas também controlando o que iria para a imprensa, além de o que iria dela para o público. Porém, também ocorria a interferência do setor empresarial, em forma de entrevistas e palestras que eram mencionadas nas páginas dos jornais, dando margem para que seus interesses fossem divulgados através da imprensa. Tal observação indica uma congruência ou coalisão com as ideias do Governo, ou das empresas jornalísticas, ou ainda, da dita “opinião pública”.

Mesmo assim, segue-se na defesa, conforme aponta Bourdieu (1987), de que esta “opinião pública” não existe. O que se considera são públicos diversos e assim a opinião de um desses públicos, sem generalizar. Ao contrário de Habermas (1984), que postula ser a “opinião pública” pertencente a indivíduos esclarecidos e detentores de posse, Walter Lippmann (2010) apresenta um outro aspecto sobre esta expressão. Para este autor, a “opinião pública” está relacionada à maioria, seja ela instruída ou não. Também para ele, o indivíduo age e reage a partir de imagens simbólicas que ele tem do real, até mesmo de situações que ele nem vivenciou, mas adquiriu informações a partir de mensagens mediadas. Logo, na visão de Lippmann, sendo qualquer homem capaz de expressar a opinião pública, tendo ele criado um pseudoambiente, a partir de uma imagem mental da realidade, estará este indivíduo formando uma “opinião pública” sobre algo em que ele nem mesmo vivenciou. Ou ainda, que não fará diferença no seu dia a dia.

E, conforme destaca Champagne (1996), não é a todos que interessa a política, assim como não é a todos, por exemplo, que interessam os cadernos de esporte ou classificados de um jornal. Todos têm seu público definido. Nas palavras do autor, “A política só interessa (subjetivamente) àqueles que tem um interesse (objetivo) na política. O que pode parecer tautológico é, com efeito, essencial para compreender a lógica da dominação simbólica.” (CHAMPAGNE, 1996, p.34-35). Portanto, o público de um jornal é composto de públicos, no plural. Mais plural ainda é se forem considerados os públicos de um jornal e de outro, ainda mais em se tratando de jornais em diferentes Estados, como é o caso dos periódicos analisados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

AGUIAR, Pedro. **Jornalismo internacional em redes**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

AGUIAR, Rafe. **Dicionário Jornalístico: entenda todos os jargões**. Coisas de Jornalista, 2016.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARARIPE, Oscar. **China Hoje – O Pragmatismo Possível**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)**. Brasília: FUNAG, 2008.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: UNESP, 1992.

BERGER, Cristha. Toda a notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In.: MOUILLIAUD, M (org.) **O Jornal: forma e sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997. P. 273-284.

BOURDIEU, Pierre. A Opinião Pública Não Existe. In: THIOLENT, Michel J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária**. Belo Horizonte: Editora Polis, 1987.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino: Imprensa e Ideologia: O Jornal o Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Editora Contexto/EDUSP, 1988.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.46, n. 2, jul./dez. 2003.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo político**. Tradução: TEIXEIRA, Guilherme J. de Freitas. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução: CORRÊA, Angela M. S. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

- DARNTON, R. Jornalismo: toda a Notícia que couber a gente publica. In.: DARNTON, R. **O Beijo de Lamourette**. Mídia, Cultura e Revolução. Cia das Letras. 1990. P. 41-57.
- D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso Corrêa Pinto de. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. **Dossiê Geisel**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **O Brasil e a URSS na Guerra Fria**: a política externa independente na imprensa gaúcha. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida Editora, 2010.
- FALAVIGNA, G.C.F.R. "**A pornochanchada deve ser hedionda**": o estudo desse gênero cinematográfico por meio das críticas especializadas. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2018.
- FERNANDES, Thomas Dreux Miranda. **Diplomacia militar – Antônio Francisco Azeredo da Silveira**: autonomia e interferências, o Itamaraty e o regime militar 1974-1979. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2016.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História** [impressão], v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- _____. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05- 74. jan./abr. 2017.
- _____. **O golpe de 1964**: momentos decisivos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.
- FRANCO, Alvaro da Costa (Org). **Documentos da política externa independente**. – Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- KRILOW, L. S. W. **Cidades de papel**: as representações sobre as favelas na imprensa carioca durante o segundo governo vargas (1951-1954). Dissertação de mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2018.
- LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira**: passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- LARANGEIRA, Alvaro Nunes. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- LIGIÉRO, Luiz Fernando. **A autonomia na política externa brasileira**: a política externa independente e o pragmatismo responsável: momentos diferentes, políticas semelhantes? Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. [2. ed.] Petrópolis, RJ: Vozes, [2010].

- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MACHADO, João Bosco Mesquita; FERRAZ, Galeno Tinoco. **Comércio Externo da China: efeitos sobre as exportações brasileiras**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, cap. 1, 2 e 6, maio 2006.
- MADEIRA, Mariana Gonçalves. **Economia Criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira**. Brasília: FUNAG, 2014.
- MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985). **Revista Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 182 - 206.
- MARTINS, Luis Carlos dos Passos. História dos Conceitos e Conceitos na História: a imprensa como fonte/objeto na História dos Conceitos Políticos. In: Charles Sidarta M. Domingos, Alessandro Batistella e Douglas Souza Angeli. (Org.). **Capítulos de história política**. 1ed.São Leopoldo: OIKOS, 2018, v. 1, p. 53-74.
- MARTINS, Luis C. P. **A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- MENESES, Sônia. **A Operação Midiográfica: O Golpe de 64 e a Folha de S. Paulo**. São Paulo: Intermeios, 2016.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro. (Org.). **1964: Visões Críticas do Golpe - Democracia e Reformas no Populismo**. 2ed.Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (Org.). **A Ditadura que mudou o Brasil – 50 Anos do Golpe de 1964**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2014.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani; LESSA, Antônio Carlos (Org.). **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. v.1. São Paulo, Saraiva: 2006.
- _____. **Brasil e China: Cooperação Sul-Sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- _____. Brasil e China: uma nova aliança não escrita? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, p. 88-106, 2010.
- _____. Brasil-China: 30 anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 47, n. 1, p. 7-30, 2004.

- _____. Brasil-China: uma relação sul-sul. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.117-127, 2006
- PAUTASSO, Diego. O lugar da China no comércio exterior brasileiro. **Meridiano 47**, v. 114, jan. 2010.
- PEREIRA, Lia Valls. Relações comerciais Brasil-China: um parceiro especial? **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v.7, n.1, p.117-127, 2006.
- PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política externa brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- _____. O pragmatismo responsável no arquivo do presidente Geisel. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso Corrêa Pinto de (org.). **Dossiê Geisel**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 75-88.
- _____. Restabelecimento de Relações Diplomáticas com a República Popular da China: uma análise do processo de tomada de decisão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, 1993, p. 247-270.
- PINTO, Paulo Antônio Pereira. **A China e o Sudeste Asiático**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2000.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.
- RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa e Espaço público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil 1808-1964**. Rio de Janeiro: E-papers serviços editoriais, 2004.
- RÉMOND, René. **Por uma história política**. Tradução: ROCHA, Dora. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a Notícia**. Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SILVA, André Luiz Reis da; SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Política externa brasileira durante o regime militar (1964-1985)**. Curitiba: Juruá Editora, 2014.
- SILVA, Heloisa Conceição Machado da. **Da substituição de importações à substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- SOARES, G. A. D.. Censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (Impresso), v. 10, p. -, 1995.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo II** – Florianópolis: Insular 2 ed., 2008.
- VIANA, Larissa Moreira. A América Negra em tempo de Revolução: Raça e República nos Estados Unidos (1776-1860). **Rev. hist. comp.**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 146-165, 2014.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Revista de Sociologia e Política** [impressa], v. 19, p. 131-141, 2011.

_____. A política externa brasileira no período pós-Guerra Fria. In: CUNHA, André Moreira (org.). **A internacionalização do Brasil na era da globalização: ensaios sobre economia e política internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p. 89-129.

_____. **A Projeção Internacional do Brasil 1930-2012: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

_____. O Brasil e o Mundo: A Política Externa e suas Fases. **Ensaio FEE**, v. 20, n.1, p. 134-154, 1999.

_____. **A política externa do regime militar brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 167-269.

ANEXOS

ANEXO A – Tabelas contendo os Atos, Tratado e Acordos entre Brasil e China, compreendendo o período de 1974 até o ano de 2015, quando a autora teve acesso a documentação. Os nomes na cor vermelha não estão vigentes e na cor verde ainda constava como estando em trâmite.

1974	1976	1978	1979
Estabelecimento de Relações Diplomáticas	Declaração Conjunta	Comércio	Transporte Marítimo e Fluvial
Estabelecimento de Relações Diplomáticas			

1982	1984	1985	1988
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Cooperação Interinstitucional	Espaço Exterior
			Espaço Exterior
	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	Cooperação Interinstitucional	Previdência Social
			Energia
	Energia Nuclear	Consultas Diplomáticas	<u>Saúde</u>
	Energia Nuclear		<u>Saúde</u>
	Cooperação Interinstitucional	Cooperação Técnica	Cooperação Industrial
		Cooperação Cultural	
	Cooperação Interinstitucional		<u>Vistos</u>
	Comércio		Relações Diplomáticas e Consulares
	Relações Diplomáticas e Consulares		
	Defesa e Assuntos Militares		

1990	1991	1993	1994
Recursos Naturais	Aduanas, Impostos e Tarifas	Cooperação Cultural	Cooperação Cultural
Cooperação Econômica		Relações Diplomáticas e Consulares	Cooperação Econômica
	Espaço Exterior		Agricultura
	Transporte Aéreo	Espaço Exterior	Cooperação Interinstitucional
		Espaço Exterior	Cooperação Interinstitucional
		Espaço Exterior	
		Comércio	Cooperação Interinstitucional
			Cooperação Econômica
			Recursos Naturais
			Recursos Naturais
			Espaço Exterior

1995	1996	1997	1998	1999
Entendimento	Sanidade Animal e Vegetal	Cooperação Industrial	Cooperação Econômica	Direitos Humanos
Agricultura				Relações Diplomáticas e Consulares
Espaço Exterior	Relações Diplomáticas e Consulares		Cooperação Econômica	Relações Diplomáticas e Consulares
Espaço Exterior				
Cooperação Cultural	Declaração Conjunta			
Cooperação Técnica	Declaração Conjunta			
Energia				

2000	2001	2002	2003
<u>Vistos</u>	Cooperação Cultural	<u>Sanidade Animal e Vegetal</u>	Energia
Espaço Exterior		Espaço Exterior	
		Cooperação Industrial	

2004	2005	2006	2009
Direito Penal	Meio Ambiente	Energia	Energia
Vistos	Meio Ambiente	Energia	Petróleo
Vistos	Cooperação Industrial	Cooperação Cultural	Declaração Conjunta
Política Administrativa			Vistos
Declaração Conjunta	Cooperação Cultural		
Sanidade Animal e Vegetal			
Sanidade Animal e Vegetal			
Sanidade Animal e Vegetal			
Espaço Exterior			
Espaço Exterior			
Espaço Exterior			
Transporte Ferroviário			
Cooperação Desportiva			
Saúde			
Saúde			
<u>Extradicação</u>			
<u>Direitos Humanos</u>			
Cooperação Industrial			
Cooperação Econômica			
Turismo			
Pecuária			
Pecuária			

2010	2011	2012	2014	2015
Sanidade Animal e Vegetal	Declaração Conjunta	<u>Aduanas, Impostos e Tarifas</u>	Vistos	Declaração Conjunta
Sanidade Animal e Vegetal	<u>Defesa e Assuntos Militares</u>	Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica		
Declaração Conjunta		Cooperação Cultural		
Cooperação Cultural				
Propriedade Intelectual e Industrial				
Estabelecimento de Relações Diplomáticas				
Academias Diplomáticas				

ANEXO B – Segue uma tabela com ilustração da incidência de Atos, Tratados e Acordos por assunto, no mesmo período das tabelas anteriores, 1974-2015.

Assunto	Incidência por Assunto
Declaração Conjunta	8
Vistos	6
Cooperação Cultural	8
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica	4
Aduanas, Impostos e Tarifas	2
Defesa e Assuntos Militares	2
Política Administrativa	1
Academias Diplomáticas	1
Estabelecimento de Relações Diplomáticas	2
Propriedade Intelectual e Industrial	1
Sanidade Animal e Vegetal	7
Petróleo	1
Direito Civil	1
Energia	6
Meio Ambiente	2
Cooperação Industrial	5
Pecuária	2
Espaço Exterior	14
Turismo	1
Cooperação Econômica	6
Direitos Humanos	2
Extradição	1
Saúde	5
Cooperação Desportiva	1
Transporte Ferroviário	1
Direito Penal	1
Relações Diplomáticas e Consulares	6
Cooperação Técnica	2
Agricultura	2
Entendimento	1
Recursos Naturais	3
Cooperação Interinstitucional	7
Transporte Aéreo	3
Comércio	4
Previdência Social	1
Consultas Diplomáticas	1
Energia Nuclear	2
Transporte Fluvial e Marítimo	1

Brasil rompe com Formosa e inicia relações com China

URSS vai comprar calçados

BRASÍLIA, 15 de agosto. — O Brasil rompeu hoje com a República da China (Formosa) e estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China. O rompimento ocorreu às 14h30, quando o presidente da República, Ernesto Geisel, assinou o decreto que extinguiu o reconhecimento da República da China e criou o Ministério das Relações Exteriores para lidar com a nova situação.

Nixon é chamado a depor

WASHINGTON, 15 de agosto. — O presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, foi chamado a depor hoje pelo Comitê de Assesores da Câmara dos Deputados sobre o caso Watergate. O comitê anunciou que começará a ouvir testemunhas a partir de amanhã.

Simonsen estimula classe empresarial

BRASÍLIA, 15 de agosto. — O ministro da Fazenda, Roberto Campos, afirmou hoje que o governo está disposto a flexibilizar as regras do sistema de câmbio para estimular a classe empresarial. Ele mencionou a possibilidade de uma nova taxa de câmbio.

40 páginas

Conteúdo resumido das páginas 40 a 49 do jornal, incluindo notícias sobre política, economia e cultura.



Acordo e Chen Chik (à direita), com o talo e o lado das relações diplomáticas

Petrobrás quer maior rapidez nas explorações

BRASÍLIA, 15 de agosto. — A Petrobrás quer maior rapidez nas explorações de petróleo no Brasil. O presidente da empresa, Paulo de Almeida Castro, afirmou que o governo deve acelerar os processos de licenciamento e concessão de áreas.

'Mater Dei' suspende as aulas

BRASÍLIA, 15 de agosto. — O Colégio Mater Dei suspendeu as aulas hoje em homenagem ao rompimento das relações com a República da China.

Carne congelada só começa 2.ª feira

BRASÍLIA, 15 de agosto. — A distribuição de carne congelada para a população brasileira só começará na segunda-feira (19 de agosto). O governo anunciou que a carne será distribuída gratuitamente em pontos de distribuição.

Faleão não encerra a conferência

BRASÍLIA, 15 de agosto. — O ministro da Saúde, Faleão, não encerrará a conferência sobre o controle de drogas hoje. A reunião continuará amanhã.

Gregos excluem reação armada

Turquia atinge objetivo

ATENAS, 15 de agosto. — O general grego Constantino Karamanlis afirmou hoje que não há possibilidade de uma intervenção armada da Grécia na Turquia. Ele afirmou que a Grécia não quer uma situação de tensão na região.

Turquia atinge objetivo

ISTANBUL, 15 de agosto. — A Turquia atingiu seu objetivo de expulsar os soldados gregos da ilha de Cipro, afirmou hoje o ministro da Defesa, Evrenoz. Ele afirmou que a Turquia não quer uma situação de tensão na região.

Israel não convocará plebiscito

TEL AVIV, 15 de agosto. — O primeiro-ministro israelense, Golda Meir, afirmou hoje que Israel não convocará um plebiscito sobre o território ocupado. Ela afirmou que o governo está disposto a negociar uma solução pacífica.

Agua para litoral vem de icebergs

BRASÍLIA, 15 de agosto. — O governo anunciou hoje que a água para o litoral brasileiro será fornecida por icebergs gelados. O projeto prevê a captura de icebergs na Antártica e seu transporte para o Brasil.

Igreja argentina contra TV estatal

BUEENOS AIRES, 15 de agosto. — A Igreja Católica argentina afirmou hoje que é contra a criação de uma televisão estatal. Ela afirmou que a televisão deve ser controlada pelo setor privado.

Estatização não virá, diz Quandt

BRASÍLIA, 15 de agosto. — O ministro da Fazenda, Roberto Campos, afirmou hoje que a estatização não virá. Ele afirmou que o governo está disposto a flexibilizar as regras do sistema de câmbio para estimular a classe empresarial.

Faleão não encerra a conferência

BRASÍLIA, 15 de agosto. — O ministro da Saúde, Faleão, não encerrará a conferência sobre o controle de drogas hoje. A reunião continuará amanhã.

Israel não convocará plebiscito

TEL AVIV, 15 de agosto. — O primeiro-ministro israelense, Golda Meir, afirmou hoje que Israel não convocará um plebiscito sobre o território ocupado. Ela afirmou que o governo está disposto a negociar uma solução pacífica.

BRASÍLIA, 15 de agosto. — O ministro da Saúde, Faleão, não encerrará a conferência sobre o controle de drogas hoje. A reunião continuará amanhã.

ANEXO E – Documento do Itamaraty, Comunicado Conjunto para o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China.

COMUNICADO CONJUNTO SOBRE O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES
DIPLOMÁTICAS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em conformidade com os interesses e os desejos dos dois povos, decidem estabelecer relações diplomáticas em nível de Embaixadas, a partir desta data.

O Governo da República Federativa do Brasil reconhece que o Governo da República Popular da China é o único Governo legal da China. O Governo chinês reafirma que Taiwan é parte inalienável do território da República Popular da China. O Governo brasileiro toma nota dessa posição do Governo chinês.

Os dois Governos concordam em desenvolver as relações amistosas entre os dois países com base nos princípios de respeito recíproco à soberania e à integridade territorial, não-agressão, não-intervenção nos assuntos internos de um dos países por parte do outro, igualdade e vantagens mútuas e coexistência pacífica.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China concordam em trocar Embaixadas dentro do mais breve prazo possível e em pres

tar um ao outro toda a assistência necessária para a instalação e funcionamento das Embaixadas em suas respectivas capitais.

Brasília, em 15 de agosto de 1974

Pelo Governo da República
Federativa do Brasil

Antonio F. Azeredo da
Silveira

Ministro das Relações
Exteriores da República
Federativa do Brasil

Pelo Governo da República
Popular da China

Chen-Chieh
Vice-Ministro do Comércio

Exterior da República
Popular da China

关于巴西联邦共和国和中华人民共和国
建立外交关系的联合公报

巴西联邦共和国政府和中华人民共和国政府根据两国人民的利益和愿望，决定自即日起建立大使级外交关系。

巴西联邦共和国政府承认中华人民共和国政府是中国的唯一合法政府。中国政府重申：台湾是中华人民共和国领土不可分割的一部分。巴西联邦共和国政府注意到中国政府的这一立场。

两国政府同意在互相尊重主权和领土完整、互不侵犯、互不干涉内政、平等互利、和平共处的原则基础上发展两国之间的友好关系。

巴西联邦共和国政府和中华人民共和国政府商定将在尽短的时间内互派大使，并将在各自首都为对方建立使馆及其执行任务提供一切必要的协助。

巴西联邦共和国政府代表

中华人民共和国政府代表

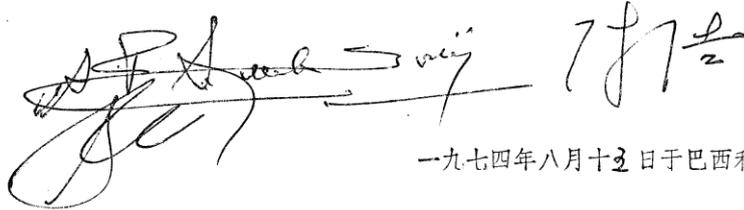
巴西联邦共和国外交部长

中华人民共和国外贸部副部长

安东尼奥·弗朗西斯科·阿

陈 洁

泽雷多·达·西尔维拉



一九七四年八月十三日于巴西利亚

ANEXO F – Documento do Itamaraty em seu formato completo, contendo a versão chinesa apenas para registro, pois a tradução constava no documento. Acordo de Instalação e Funcionamento de Embaixadas entre o Brasil e a República Popular da China.

ANEXO F

Excelência,

Em nome do Governo brasileiro, tenho a honra de propor à Vossa Excelência o seguinte acordo, regido pelos princípios gerais de igualdade de tratamento e reciprocidade, sobre a instalação e funcionamento das respectivas Embaixadas e outras questões pertinentes, que foi objeto de consultas amistosas entre as duas Partes:

I. O Governo brasileiro e o Governo chinês reafirmam que concedem, um ao outro, toda a assistência necessária para a instalação e funcionamento das Embaixadas nas respectivas capitais e garantem a segurança das Embaixadas e do pessoal de cada uma das Partes.

II. As duas Partes fixarão de comum acordo o número máximo de pessoal de cada Embaixada (ver anexo). Se uma das Partes tiver necessidade de aumentar esse número, a questão será resolvida por ambas as Partes mediante consulta.

III. A Embaixada de cada Parte deve observar estritamente todos os regulamentos estipulados pelo Governo junto ao qual está acreditada e válidos para todas as Missões diplomáticas, sem quaisquer limitações discriminatórias, respeitando-se os princípios de aplicação do princípio da reciprocidade.

IV. Os dois Governos concordam em proporcionar facilidades à Embaixada de outra Parte para suas comunicações com o respectivo Governo.

V. De acordo com as práticas internacionais, o Go-

Governo brasileiro e o Governo chinês reconhecem o princípio de inviolabilidade da pessoa dos agentes diplomáticos e suas residências; da Embaixada (Residência e Chancelaria); dos correios diplomáticos; e da correspondência diplomática e concedem à outra parte todas as facilidades para o envio de correios diplomáticos e o transporte de malas diplomáticas.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

A N E X O

O pessoal brasileiro lotado na Embaixada do Brasil em Pequim e o pessoal chinês da Embaixada da China em Brasília não excederão, cada um, o número global de 45 (quarenta e cinco). Para os presentes fins, são considerados como pessoal da Embaixada, o Chefe e os membros da Missão diplomática até a categoria de Adido, inclusive os que tenham funções comerciais e consulares, os funcionários administrativos e os empregados domésticos, inclusive motoristas, da nacionalidade da Parte. Os familiares não estão incluídos nesse número.

巴西联邦共和国外交部长

安·弗·阿泽雷多·达西尔维拉阁下

部长先生：

我谨代表中国政府向阁下确认，双方根据平等对待和对等的总原则，就两国间互设大使馆、使馆执行任务以及有关问题经过友好协商所达成的如下协议：

一、中国和巴西政府重申，在各自首都为对方建立使馆及其执行任务提供一切必要的协助，并保障双方使馆和人员的安全。

二、双方商定各自使馆人员的最大数额（见附件）。如任何一方需要增加，将由双方协商解决。

三、根据本协议所遵循的总原则，双方使馆应严格遵守驻在国政府对外交使团的非歧视性措施的一切规定。

四、两国政府同意，为对方使馆同本国政府的通讯联络提供方便。

五、根据国际惯例，两国政府承认外交人员及其在

ANEXOS: 3

CXN/jcc.-

附件:

中国驻巴西利亚使馆的中国人员和巴西驻北京使馆的巴西人员的总数均不超过四十五人。使馆人员是指馆长和随员以上的使馆成员(包括负责商务和领事业务的官员),以及各自国籍的行政职员和工勤人员(包括司机)。家属不在此数之内。

ri
de
a-
la,
E

ANEXOS: 3

CM/joc.-

(Tradução)

A Sua Excelência
Senhor Antônio Francisco Azeredo da Silveira
Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do
Brasil

Sr. Ministro,

Em nome do Govêrno chinês, tenho a honra de confirmar à Vossa Excelência o seguinte acôrdo, regido pelos princípios gerais de igualdade de tratamento e reciprocidade, sôbre a instalação e funcionamento das respectivas Embaixadas e outras questões pertinentes, que foi objeto de consultas amistosas entre as duas Partes:

- I. O Govêrno chinês e o Govêrno brasileiro reafirmam que concedem, um ao outro, toda a assistência necessária para a instalação e funcionamento das Embaixadas nas respectivas capitais e garantem a segurança das Embaixadas e do pessoal de cada uma das Partes.
- II. As duas Partes fixam de comum acôrdo o número máximo do pessoal de cada Embaixada (ver anexo). Se uma das Partes tiver necessidade de aumentar esse número, a questão será resolvida por ambas as Partes mediante consulta.
- III. Com base nos princípios gerais que regem este acôrdo, a Embaixada de cada Parte observará estritamente todos os regulamentos, estipulados pelo Govêrno junto ao qual está acreditada, para as Missões diplomáticas, sem medidas discriminatórias.
- IV. Os dois Govêrnos concordam em proporcionar facilidades à Embaixada da outra Parte para suas comunicações com o respectivo Govêrno.

V. De acôrdo com as práticas internacionais, o Govêrno chinês e o Govêrno brasileiro reconhecem o princípio da inviolabilidade da pessoa dos agentes diplomáticos e suas residências; da Embaixada (Residência e Chancelaria); dos correios diplomáticos; e da correspondência diplomática e concedem à outra Parte todas as facilidades para o envio de correios diplomáticos e o transporte de malas diplomáticas.

Aproveito a oportunidade para apresentar à Vossa Excelência os protestos de minha mais alta consideração.

a. _____
Ministro das Relações Exteriores da
República Popular da China

28 de Novembro de 1974

A N E X O

O pessoal chinês lotado na Embaixada da China em Brasília e o pessoal brasileiro da Embaixada do Brasil em Pequim não excederão, cada um, o número global de 45 (quarenta e cinco). Para os presentes fins, são considerados como pessoal da Embaixada, o Chefe e os membros da Missão diplomática até a categoria de Adido, inclusive os que tenham funções comerciais e consulares, os funcionários administrativos e os empregados domésticos, inclusive motoristas, da nacionalidade da Parte. Os familiares não estão incluídos nesse número.

ANEXO G – Documento do Itamaraty, assinado em 07 de janeiro de 1978, Acordo Comercial entre o Brasil e a República Popular da China.



ACORDO COMERCIAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Popular da China,

a seguir denominados "Partes Contratantes", animados pelo propósito de reforçar a amizade entre os dois povos e de fortalecer e desenvolver suas relações comerciais em base de igualdade e de benefícios recíprocos, resolveram celebrar o presente Acordo Comercial:

ARTIGO 1º

As Partes Contratantes comprometem-se a envidar os maiores esforços e tomar todas as medidas necessárias para fomentar e ampliar o comércio entre os dois Países, aumentar gradualmente a variedade do intercâmbio de mercadorias e fazer o possível para manter o seu equilíbrio comercial.

2

Em conformidade com as respectivas legislações sobre comércio exterior e câmbio, cada uma das Partes Contratantes concederá as necessárias facilidades para importação e exportação de mercadorias produzidas pela outra Parte Contratante.

ARTIGO 2º

As Partes Contratantes conceder-se-ão reciprocamente tratamento da nação mais favorecida, não inferior ao que cada uma delas concedeu ou venha a conceder a terceiro país, em relação aos licenciamentos, direitos aduaneiros e demais taxas e impostos de importação e exportação das mercadorias, bem como aos regulamentos, formalidades e procedimentos aduaneiros.

As disposições acima mencionadas não serão aplicadas:

- a) aos benefícios especiais, preferências, privilégios e isenções que cada uma das Partes Contratantes concedeu ou venha a conceder a países limítrofes, a fim de facilitar o comércio fronteiriço;
- b) aos benefícios especiais que cada uma das Partes Contratantes concedeu ou venha a conceder a terceiro país em virtude da sua participação em Zona de Livre Comércio ou em convênios regionais e sub-regionais de integração;
- c) aos benefícios especiais que cada uma das Partes Contratantes concedeu ou venha a conceder a terceiro país em virtude de sua participação em acordos comerciais multilaterais entre países em desenvolvimento.

ARTIGO 3º

A fixação dos preços das mercadorias, objeto de intercâmbio entre os dois Países, terá por referência cotações de mercadorias de qualidade e especificações iguais ou comparáveis no mercado internacional e será feita por comprador e vendedor nos contratos comerciais respectivos..

ARTIGO 4º

Os pagamentos nas operações comerciais entre os dois Países efetuar-se-ão em moedas livremente conversíveis, acordadas por comprador e vendedor, em conformidade com os regulamentos vigentes em cada um dos dois Países com respeito ao regime de controle de câmbio.

ARTIGO 5º

As Partes Contratantes tomarão todas as medidas a fim de que as proporções de manufaturados e semi-manufaturados de exportação de ambas as Partes aumentem gradualmente, sem prejuízo do intercâmbio de novos produtos e das mercadorias tradicionais.

ARTIGO 6º

As Partes Contratantes concordam em que o intercâmbio de mercadorias entre os dois Países será efetuado pelas pessoas jurídicas ou físicas que se dediquem, na República Federativa do Brasil, ao comércio exterior e pelas Corporações estatais de comércio da República Popular da China.

Comprador e vendedor poderão assinar, a qualquer momento, durante o período de vigência do presente Acordo, convênios e contratos de importação e exportação de mercadorias considerados necessários por ambas as partes, a fim de facilitar o desenvolvimento do comércio entre os dois Países.

ARTIGO 7º

Com o propósito de desenvolver as relações comerciais entre os dois Países, as Partes Contratantes procurarão promover o intercâmbio de delegações de caráter comercial, bem como a realização de feiras e exposições comerciais e, com esse objetivo, serão concedidas de parte a parte as diversas facilidades e condições normalmente oferecidas nesses domínios, de conformidade com as respectivas legislações em vigor.

ARTIGO 8º

As estipulações do presente Acordo não se aplicam às medidas restritivas que qualquer das Partes Contratantes possa tomar para proteção da segurança nacional, da saúde pública e da sanidade da fauna e flo

flora, bem como para a proteção do patrimônio artístico, histórico e arqueológico nacional.

ARTIGO 9º

As Partes Contratantes concordam em estabelecer uma Comissão Mista Comercial, cujas tarefas serão as de examinar o cumprimento do presente Acordo e estudar as possibilidades e medidas para ampliar o comércio, com benefícios recíprocos.

A referida Comissão reunir-se-á, em princípio, uma vez cada dois anos, alternadamente em Brasília e Pequim, e a data concreta do encontro será estabelecida de comum acordo entre as Partes Contratantes.

ARTIGO 10

Após a expiração deste Acordo, todos os contratos comerciais e convênios financeiros relacionados ao comércio, assinados de conformidade com o presente Acordo durante a sua vigência, continuarão a ser cumpridos segundo as disposições nele previstas.

ARTIGO 11

O presente Acordo entrará em vigor, provisoriamente, a par

partir da data de sua assinatura e passará a vigorar definitivamente desde o dia em que as Partes Contratantes se informem, reciprocamente, do cumprimento de suas respectivas formalidades legais internas. O presente Acordo vigorará por um período de três anos e será automaticamente prorrogado por sucessivos períodos de um ano, salvo se uma das Partes Contratantes notificar a outra, por escrito, três meses antes do término do prazo de vigência, de sua intenção de denunciá-lo.

Feito em PEQUIM , aos 7 de janeiro de 1978,
em dois exemplares, nas línguas portuguesa e chinesa, sendo os dois textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República
Federativa do Brasil:



Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo

Pelo Governo da República
Popular da China:



Li Chiang



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br